



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

# **Estudo da História delitiva e auto / hetero percepção em sujeitos sob Regime Tutelar Educativo**

**Filipa Marques Varandas**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Psicologia Clínica e da Saúde**

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Luís Alberto Coelho Rebelo Maia

**Covilhã, Outubro de 2013**



## Dedicatória

Para todos aqueles que sempre souberam que a minha busca era esta.

"Que sobre esse vento que deve levar embora memórias e cansaços".



# Agradecimentos

Com Cordialidade,

Agradeço ao Professor Doutor Luís Maia, pela forma sempre sábia e paciente com que orientou a elaboração desta dissertação, e por sempre acreditar que conseguiria terminar o meu trabalho. Agradeço-lhe também pelas vezes que me fez confiar, acreditar e prosseguir sem hesitações.

Agradeço ao Diretor do Centro Educativo, por “abrir as portas”, daquela que me mostrou ser também a sua casa. Agradeço ainda a todos os profissionais do Centro Educativo que me receberam e colaboraram comigo nas visitas ao Centro Educativo e recolha dos dados junto dos Jovens.

Agradeço o mais profundamente a todos e especialmente a cada um dos jovens internados sob medida tutelar educativa no Centro Educativo, porque me receberam tão bem e desde logo se disponibilizaram a colaborar no meu estudo, partilhando comigo algumas das suas vivências.

Reconheço também a importância a todas as pessoas que em todo o momento me recordaram ao longo do meu percurso académico, da minha capacidade de nunca desistir de nada. Não cabe em mim, o profundo agradecimento a todos e por isso destaco alguns.

Agradeço por isso, e em primeiro lugar, á minha mãe porque desde sempre acreditou em mim, e fez concretizar um sonho de menina a cada passo que dei na vida académica e pessoal. Sem ela, nada seria o mesmo ou possível.

Agradeço á minha irmã, Sofia, por ser o ser mais pequenino e irrequieto que habita em tudo o que faço, por teres acompanhado cada fase da minha vida académica com orgulho, o mesmo que tenho de ti.

Ao meu namorado, Rúben, por tudo o que é para mim. Porque nem sempre foi fácil estar ao meu lado nos momentos de cansaço, porque quando estava prestes a sucumbir perante algumas das dificuldades era a mão dele que sempre encontrava, e assim sei que seguimos juntos.

Agradeço também á Celina, pela proximidade que este trabalho criou em nós.

Não posso ainda deixar de agradecer às minhas amigas, Mariana e Flávia, porque em todo o nosso percurso académico fomos o porto-seguro que nunca vamos esquecer, e só graças ao seu apoio foi possível chegar ao ponto de entrega desta dissertação.

Á minha heroína, á pessoa que sempre chorou quando eu chorava, e sempre riu quando eu estava feliz, avó, este trabalho é para ti. Por pedires todos os dias a Deus por mim. Porque apesar dos poucos conhecimentos literários ou escolares que tens, me deste um nível superior enquanto ser humano, e tu, colocas-te neste trabalho a sabedoria da paciência, da dedicação, e ainda da capacidade de sonhar.

A todos vós, bem-haja.



## Resumo

Na presente investigação pretendeu-se analisar a influência de algumas variáveis psicológicas e relacionais na delinquência juvenil, focando também outras variáveis como problemas de comportamento, delinquência auto relatada, autoestima e desejabilidade social. Foi também analisada a influência de variáveis sociodemográficas e de tipo criminal dos sujeitos.

A amostra é constituída por 99 participantes, com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos de idade. Desta amostra 33 sujeitos eram adolescentes delinquentes, a cumprirem Medidas Tutelares Educativas num Centro Educativo do Interior de Portugal e 66 eram não delinquentes.

No estudo foram aplicados um questionário sociodemográfico e quatro instrumentos de medida psicológica a ambas a subamostras de sujeitos, Escala de Autoestima de Rosenberg, Questionário de Agressividade, Inventário de Comportamentos delinquentes e a Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne.

Dos resultados obtidos destacam-se a influência da família como agente da socialização primária, inquiridos que possuem os pais divorciados são os que dão entrada mais novos no centro educativo uma vez que possui uma média superior (72.7). Os jovens com comportamentos delitivos são oriundos de famílias com níveis educativos baixos, mais de 35 % são analfabetos, os restantes oscilam entre o 1ºCEB e o 3º CEB. Parece haver uma associação entre os níveis de escolaridade e os diversos fatores ligados ao comportamento delitivo, os inquiridos que possuem apenas o 2º ciclo na escala de agressividade apresenta maiores índices (98.00), bem como na análise da escala da delinquência, os inquiridos com 1º Ciclo que dão mais importância à delinquência, tendo a média superior (73.61).

Ao nível da autoestima negativa, o grupo 1 obtiveram uma média de 9.79 (DP=3.542) e o grupo 2 obtiveram média de 9.06 (DP=1.767), observando-se uma grande diferença estatisticamente significativa ( $t=-2.089$ ;  $p=0.037$  e  $t=-2.652$ ;  $p=0.008$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 0.73 (DP=2.655).

O presente estudo torna-se pertinente na medida em que permite compreender magnitude com que os comportamentos delinquentes e violentos atingem a população mais jovem e se repercutem na sociedade dos nossos dias.

## Palavras-chave

Problemas de comportamento; Autoestima; Delinquência juvenil; Desejabilidade social; Comportamento desviante e /ou Perturbação do Comportamento.



# Abstract

In the present study we sought to examine the influence of psychological variables and relational in juvenile delinquency, focusing on other variables such as behavior problems, delinquency, self-esteem and social desirability. We also analyzed the influence of sociodemographics and criminal type of subject.

The sample consists of 99 participants, aged between 14 and 19 years old. Of these 33 subjects were adolescent offenders to abide Guardianship Educational Measurements Educational Center in the Interior of Portugal and 66 were not criminals.

In this study were used: the demographic questionnaire and four instruments of psychological measure, both the subsamples of subjects, Rosenberg Self-Esteem Scale, the Aggression Questionnaire, Behaviour Inventory offenders and Social Desirability Scale Marlowe - Crowne.

The results highlight the influence of the family as the primary socialization agent, respondents who have divorced parents are the ones who give more input on new educational center since it has a higher average (72.7). Adolescence with criminal behavior come from families with low levels of education, more than 35 % are illiterate, the remaining oscillate between the 1st and 3rd basic education. There seems to be an association between levels of education and the various factors related to criminal behavior , respondents who have only the 2nd cycle on aggressiveness scale shows the highest rates ( 98.00 ) , as well as analysis of the scale of crime , respondents with 1 cycle which give more importance to the crime , and the higher average ( 73.61 ) .

At the level of negative self-esteem , group 1 had a mean of 9.79 ( SD = 3.542 ) and group 2 had an average of 9.6 ( SD= 1.767 ), observing a large statistically significant difference (  $t = -2089$  ,  $p = 0.037$  e  $t = -2652$  ,  $p = 0.008$  ) , with a mean difference of pairs was 0.73 ( SD = 2.655).

We think this study is relevant because allows us to understand the magnitude with which delinquent and violent behavior reach the younger and have a huge impact on our society.

## Keywords

Behavior problems; Self esteem; Juvenile Delinquency; social desirability; disturbance behavior.



# Índice

Introdução.....	1
<b>I Parte</b> .....	<b>3</b>
Enquadramento Teórico .....	3
Capítulo 1 .....	5
1.Delinquência Juvenil e Comportamento Delinquente: Conceptualização .....	5
1.1.Teoria da rotulação, etiquetagem social, ou <i>labeling approach</i> .....	7
1.2.Delinquência como uma Perturbação de comportamento.....	8
1.3.A Conduta antissocial e delitiva nos jovens.....	10
1.3.1.Comportamento Agressivo e violento.....	11
1.3.2.Fatores de influência no comportamento Agressivo e violento .....	12
1.4.Adolescência e o Risco .....	14
1.4.1.Desenvolvimento Social do Adolescente .....	17
1.4.2.O papel da família e do grupo de pares .....	18
1.4.3.Desejabilidade Social .....	21
1.5. Evolução das trajetórias criminais .....	23
1.5.1.Da delinquência juvenil á criminalidade na idade adulta.....	26
1.5.2.Fatores de desenvolvimento da delinquência Juvenil .....	27
1.5.3.Trajetoórias de delinquência Juvenil e abuso de (álcool) Substâncias .....	28
1.6. Enquadramento Legal Português .....	30
1.6.1.Lei Tutelar Educativa .....	31
1.6.2.Medidas Tutelares .....	34
1.7. Autoestima: Conceptualização .....	35
1.7.1.Desenvolvimento da Autoestima na adolescência.....	38
1.7.2.Fatores que influenciam a autoestima .....	39
1.7.2.1.Relações parentais e Autoestima .....	40
1.7.3.Autoestima e comportamentos Antissociais e delinquentes .....	41
<b>II Parte</b> .....	<b>43</b>
Estudo Empírico .....	43
Capítulo 2 .....	44
2.Metodologia .....	44
2.1.Método .....	44
2.2.Seleção da amostra.....	45
2.2.1.Caracterização da Amostra .....	45
2.3.Instrumentos .....	48
2.4.Procedimentos.....	51
Capítulo 3 .....	52
3. Resultados .....	52
4. Discussão de Resultados .....	62

Conclusões, Pontos Fortes, Limitações .....	66
Referências Bibliográficas .....	70
ANEXOS .....	84

## Índice de Gráficos

Gráfico 1. Menores em instituições tutelares em Portugal por grupo etário.....	32
--	----



# Índice de Quadros

Quadro 1. Processo de socialização .....	15
--	----



## Índice de Tabelas

Tabela 1. Jovens com medidas tutelares segundo a área geográfica .....	33
Tabela 2. Crimes praticados por jovens .....	33
Tabela 3. Factos qualificados como crimes .....	34
Tabela 4. Caracterização da amostra segundo a idade por grupos .....	46
Tabela 5. Caracterização da amostra segundo idade, escolaridade, meio social (por grupos) 46	
Tabela 6. Caracterização da amostra segundo o meio familiar (por grupos) .....	47
Tabela 7. Resultados obtidos na verificação da variância na idade e escolaridade da amostra .....	52
Tabela 8. Comparação com idade de entrada no centro educativo e escolaridade (ANOVA) ..	52
Tabela 9. Resultados obtidos do emparelhamento das escalas (ANOVA) .....	53
Tabela 10. Atividades ilegais segundo o nível de escolaridade (Teste T).....	54
Tabela 11. Atividades ilegais segundo a amostra por grupos (chi-quadrado) .....	54
Tabela 12. Auto estima vs desajustabilidade social (WILCOXON).....	54
Tabela 13. Idade de entrada no centro educativo vs situação dos pais (Teste dos sinais) .....	55
Tabela 14. Caracterização da relação do pai com o seu descendente (segundo o grupo em %) .....	55
Tabela 15. Caracterização da relação da mãe com o seu descendente (segundo o grupo em %) .....	56
Tabela 16. Idade atividades ilegais vs imagem e medicamentos psiquiátricos (WILCOXON) ...	56
Tabela 17. Problemas familiares (droga, alcoolismo) segundo a amostra por grupos (Teste T) .....	57
Tabela 18. Atividades ilegais segundo a amostra por grupos (ANOVA) .....	57
Tabela 19. Medicamentos psiquiátricos segundo a amostra por grupos (ANOVA) .....	58
Tabela 20. Fatores agressividade da amostra segundo os grupos (Testes dos sinais) .....	58
Tabela 21. Fatores delinquentes da amostra segundo os grupos (Teste dos sinais) .....	59
Tabela 22. Fatores autoestima vs sujeitos (teste dos sinais) .....	60
Tabela 23. Correlação entre as subescalas.....	61



## Lista de Acrónimos

APA	American Psychological Association
CEB	Ciclo Ensino Básico
DSM-IV-TR	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 6th edition
GPLPMJ	Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça
PSP	Polícia de Segurança Pública
GNR	Guarda Nacional Republicana
LTE	Lei Tutelar Educativa
p.e.	por exemplo
UBI	Universidade da Beira Interior





## Introdu ao

Ao perspetivar a adolescência na contemporaneidade ocorre-nos que entre outros fatores que podem relacionar as trajetórias criminais do sujeito, destacam-se aquelas que nos levam a refletir sobre a delinq ncia ser uma forma própria de comunica o nesta fase de grandes transforma es, trajetórias desenvolvimentais se podem assumir como ajustadas/adaptativas ou desajustadas e que a delinq ncia se trata de uma trajetória inadaptativa que pode realçar uma tentativa disfuncional de obter aten o externa pela ado o de comportamentos ditos desviantes<sup>1</sup>, atendendo a que   na adolescência que construmos aspetos fulcrais da nossa identidade e personalidade torna-se primordial compreender esta fase de desenvolvimento. Isto porque, inicialmente torna-se necessário contextualizar a adolescência, caracterizada a maior parte das vezes por uma angústia constante que por si só caracteriza o período e   acompanhada de grandes altera es nos vários ao nível do desenvolvimento global do sujeito.

A teoria, pesquisa/estudos científicos na área, e prática identificam as atitudes e crenças antissociais, isto   as crenças, valores e racionaliza es, como uma importante área de risco no que diz respeito   delinq ncia juvenil, a aplica o de medidas tutelares   um tema relativamente recente em Portugal e de difícil acesso, ainda que os tribunais sejam das institui es que mais preconizam a sua transparência no processo de decisão, pois   mais fácil conhecer a palavra dos menores que a palavra das instâncias de controlo social formal (Al o, 2009).

A escolha deste tema encontra suporte pela magnitude com que os comportamentos delinquentes e violentos atingem a popula o mais jovem e se repercutem na sociedade dos nossos dias.

O objeto deste estudo centra-se, particularmente, nos trajetos de vida dos jovens oficialmente designados como delinquentes. Tendo precocemente experiências ligadas ao desvio,   delinq ncia,   criminalidade e de terem sido condenados pelo sistema judicial, são institucionalizados no âmbito das Medidas Tutelares Educativas, analisando e comparando as suas características pessoais com as de jovens da popula o em geral, relacionado a estrutura e o clima familiar e o contexto escolar pela forma como interagem, tal pode manifestar comprometimentos na delinq ncia.

De acordo com Steiner (2007) a intensidade e a gravidade dos delitos juvenis são em geral determinadas pelas condi es sociais, econ micas e culturais frequentemente praticadas no país. Há evidências de que o aumento universal na criminalidade juvenil se realiza em paralelo com o declínio econ mico, especialmente nos bairros pobres das grandes cidades.   frequente que o facto de as crianças viverem em meios desfavorecidos possa

---

<sup>1</sup> Constructo sociológico que se refere a comportamentos que violam normas ou expectativas sociais numa determinada cultura (Fonseca, 2000; Fonseca et al., 1995)

funcionar como um fator de risco para a prática de comportamentos de risco. A adversidade vivida na infância têm mostrado que ser um dos fatores que se assume como determinante para o início e desenvolvimento de psicopatologia na idade adulta, a literatura científica da área sugere igualmente que a adaptação e o sucesso escolar podem ser afetados nefastamente pelas experiências adversas (Steiner,2007).

O presente estudo ao analisar os dois grupos de jovens pretende investigar até que ponto a institucionalização contribuiu como fator de risco ou fator de proteção para que os jovens possam ser mais resilientes e ficar protegidos contra as tentações desviantes, ou seja, de que forma poderão os jovens conseguir resistir face a eventos indutores de *stress* desenvolvendo estratégias de *coping* mais funcionais, isto é, pretende-se que os jovens reúnam recursos reabilitativos para que eles adquiram o conjunto de recursos educacionais e relacionais compatíveis com um novo trajeto de vida, isto é, com uma trajetória desenvolvimental ajustada.

## I Parte

---

### Enquadramento Teórico



# Capítulo 1

## 1. Delinquência Juvenil e Comportamento

### Delinquente: Conceptualização

A expressão “delinquência Juvenil” tem normalmente uma conotação jurídica vinculada. A delinquência Juvenil não é um termo psicológico, sendo que, traduz os atos cometidos por um indivíduo que se encontra abaixo da idade de responsabilidade criminal, e que infringe as regras e leis estabelecidas. Esta definição relaciona-se com a de conduta antissocial, que por sua vez abrange os comportamentos que não respeitam as regras e violam as normas, e as expectativas socialmente estabelecidas como ajustadas e funcionais dentro da comunidade (Martins, 2005; Negreiros 2001).

No entanto, o que é considerado delinquente num determinado momento e local, pode eventualmente estar conforme a lei numa época ou local diferentes, sendo que, os adolescentes denominados delinquentes ou infratores são aqueles que efetivamente cometeram atos punidos por lei, traduzidos como crimes ou contravenções (Silva, 2002).

Negreiros (2001) considera simultaneamente dois fatores: os atos cometidos pelo sujeito que podem ser objeto de uma sanção penal e a idade do sujeito que comete os atos. Os atos cometidos estarão tipificados na lei penal como crime e a idade refere-se às faixas etárias compreendidas até à idade legal estabelecida para a responsabilidade criminal.

De acordo com Silva (2002) até ao momento não é possível encontrar um conceito unitário de validade universal para a delinquência, uma vez que são várias as disciplinas que a tomaram como objeto de estudo, tais como a Psiquiatria, Psicologia e Sociologia, e cada área analisa e investiga este fenómeno complexo segundo diferentes métodos e objetos de investigação. Segundo o descrito por Ferreira (2000) ao analisar o conceito de delinquência do ponto de vista sociológico, é indispensável referir a existência de modelos distintos sobre o desvio dos jovens: o do “controlo” e o da “subcultura”. Estes dois modelos refletem questões que envolvem o colapso das estruturas de autoridade e controlo social, ou por outro lado, as definem como principais agentes de proteção aos jovens em risco. Desta forma, o modelo de controlo social preconiza que os laços estabelecidos com a sociedade e as instituições ditas convencionais e ainda com crenças ajustadas de legitimidade da ordem social, uma vez que durante a adolescência existem instituições que especificamente estão responsáveis por assegurar o bom ajustamento do jovem, como a família e a escola. No segundo modelo, relacionado com as explicações de ordem cultural ou subcultural, o desvio é visto como a predisposição para a aderência a normas, expectativas e definições que diferem das normas, expectativas e definições em vigor na sociedade, sendo que o jovem acaba por tornar-se adverso a estas. Estes distúrbios do comportamento como constata-se foram alvo de

diversas nomenclaturas, como por exemplo: delinquência juvenil, comportamento antissocial, comportamento desviante, agressividade e hostilidade, comportamentos disruptivos (Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira & Yule, 1995). No entanto, estes termos não são rigorosamente sinónimos (embora se possam sobrepor em alguns aspetos), nem correspondem ao mesmo quadro conceptual. Porém as dificuldades de definição deste conceito está também diretamente relacionada com a diversidade de atividades presentes nos ato delincente, podendo ir desde agressividade, furtos, vandalismo, consumo de substâncias (Delles, 2001; União Europeia, 2001 cit in Simões, Matos, & Batista-Foguet, 2008; Emler & Reicher, 1995 cit in Tarry & Emler, 2007; Farrington, 2004; Negreiros, 2008). Apesar das divergências encontradas verifica-se há unanimidade que estamos perante um assunto complexo e multidimensional, pelo que urge ser estudado e compreendido amplamente, sem o recurso a reducionismos (Silva, 2002; Seabra, 2005; Fonseca, 2004; Faria, 2008; Agra, 2008). Estamos perante um tema recorrente e merecedor de destaque ao longo de várias décadas, contudo nos últimos tempos assume o papel de um fenómeno crescente de impacto social (Negreiros, 2008). Portugal não é exceção, esta problemática torna-se visível na década de noventa, pela mediatização dos casos de criminalidade juvenil (Agra, 1997; Benavente, 2002; Rosado, 2004).

A mediatização da delinquência juvenil e conseqüentemente o aumento da visibilidade junto da população conduz ao aumento do sentimento de insegurança (Carvalho, 2000; Lourenço, Lisboa, & Frias, 1998) que segundo Carvalho (2000) incrementa a intolerância social face aos comportamentos delinquentes. A delinquência juvenil é uma das áreas de preocupação, política e social (Luzes, 2010; Matos, Negreiros, Simões, & Gaspar, 2009, Fernandes, 2008; Benavente, 2002).

Apesar da ausência de uma definição consensual de delinquência, segundo Negreiros (2008) o termo comportamento antissocial é mais amplo, englobando atos e os comportamentos desviantes<sup>2</sup> isto é que infringem às regras sociais<sup>3</sup> (Negreiros, 2008). O comportamento antissocial é um espetro de comportamentos disruptivos interligados pelo ato de transgressão das normas sociais (Stoff, Beriling & Maser, 1997), contudo existem limites para que sejam considerados delinquentes (Carvalho, 2005). Segundo Laranjeira (2007), o comportamento delincente pode apresentar-se sob várias formas de inadaptação ou de perturbação do comportamento que não dependem somente das características internas do indivíduo (desenvolvimento/organização psicológica), como também do nível de influência externa, desta forma, pode existir a ocorrência de situações psicopatológicas relacionadas e determinadas por fenómenos psicossociológicos, o que influencia a captação de valores e normas da sociedade, mas também influenciam negativamente a capacidade de adaptação escolar (Laranjeira, 2007).

---

<sup>2</sup> Constructo sociológico que se refere a comportamentos que violam normas ou expectativas sociais numa determinada cultura (Fonseca, 2000; Fonseca et al., 1995)

<sup>3</sup> Não implicam, obrigatoriamente, nenhum tipo de perturbação psicológica, o desrespeito pelos direitos dos outros, nem violação alguma do código criminal (Fonseca, 2000; Fonseca et al., 1995)

Farrington (1995 citado por Pacheco *et al.*, 2005) refere-se a alguns estudos realizados na última década que têm indicado um crescente aumento na prevalência e intensidade dos problemas de comportamentos e mais especificamente do comportamento antissocial, tanto na infância, como na adolescência, acrescenta que o comportamento delinquente característico nestes adolescentes, se constituiria num padrão antissocial que se iniciou na infância e inclui comportamentos desviantes e atos proibidos pelas leis, como roubo, assalto, vandalismo e uso de drogas.

O fenómeno da delinquência juvenil é um problema persistente e complexo, existe atualmente um especial aumento das condutas violentas e delitivas nos jovens a nível mundial, sendo fundamental que seja analisado como um fenómeno heterogéneo e complexo (Farrington, 1987; Fonseca, 2004; Agra, 2008; Negreiros, 2008), resultado de múltiplas influências biopsicossociais (Lösel, 2003). A preocupação aumenta quando se verifica que os jovens tendem a praticar o seu primeiro ato considerado delinquente cada vez mais cedo, a maioria das vezes com o objetivo de danificar bens materiais e pessoais (Sampaio, 2010). É indispensável concluir que a delinquência, mais do que um problema de natureza meramente jurídica, é também um problema eminentemente social, que implica um maior envolvimento de toda a sociedade na procura de soluções que tenham por objetivo a sua prevenção e combate, e as diversas questões sociais demandam uma profunda reflexão e ação em frente as suas diferentes necessidades. (Costa & Porto, 2008).

### **1.1. Teoria da rotulação, etiquetagem social, ou *labeling approach***

De acordo com Araújo (2010) a teoria da rotulação ou *labeling approach* surgiu em meados do século XX, nos Estados Unidos. A partir do surgimento desta teoria surgiu um novo enfoque sobre a formação do delito, no sentido que passou a ser dado um maior destaque ao estudo do sistema penal. Esta teoria considera que só há desviantes porque existem as normas para assim considerá-los. O comportamento desviante tem origem nas próprias tentativas de controlo pela sociedade por meio de “rotuladores” ou “controladores” oficialmente estabelecidos.

A partir desta nova visão, surge uma nova forma de encarar a criminalidade. O criminoso deixa de ser encarado como um ser bom ou mau por si só, ou munido de fatores biopsicológicos que o levam a ser rotulado como delinquente, e passam a ser o resultado de uma construção social. Assim sendo, o desvio não é a qualidade do ato que a pessoa comete, ou seja, é apenas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um transgressor (Avellar, 2007; Araújo 2010).

Desta forma, *foi a teoria do labelling approach que* introduziu uma nova e revolucionária compreensão do sistema penal, que possibilitou o rompimento com o paradigma tradicional da criminologia, e possibilitou o entendimento da dinâmica de qualidades e defeitos dos autores de atividades criminais, incorporando o pensamento

sistêmico, admitindo que as atitudes do âmbito criminal só podem ser entendidas dentro do contexto da totalidade do corpo social. A sociedade é o produto da interação do comportamento de seus membros que se estabelece numa rede contínua e inseparável de inter-relacionamentos (Almeida, 2001).

Em suma, o modelo opõe-se à ideologia que considera a natureza humana ou a sociedade como dados adquiridos que não sofre mutações, sendo que, as condutas humanas só podem ser analisadas, quando inseridas no contexto social na sua totalidade (Andrade, 1995; Colet & Moura, 1995).

## 1.2. Delinquência como uma Perturbação de comportamento

Negreiros (2001, p. 12-13) caracteriza a delinquência juvenil, ao nível psicopatológico, como uma perturbação do comportamento no qual se constata um:

“ (...) padrão persistente de comportamento anti-social, podendo interferir com diversos domínios da vida do indivíduo. Trata-se, assim, de um conjunto de comportamentos anti-sociais e de oposição (roubos, violência física, crueldade, fugas) caracterizados por conflitos constantes com os outros”.

Segundo o DSM-IV-TR (*American Psychiatric Association, 2002*) os adolescentes que cometem atos delinquentes podem apresentar um diagnóstico de distúrbio de conduta, sendo assim, este quadro é um dos que têm merecido mais atenção podendo ainda designar-se de comportamento delincente, caracterizando-se essencialmente por apresentar um padrão constante de conduta antissocial, agressiva e desafiante em que são violados os direitos básicos dos outros, ou normas e regras sociais vigentes importantes apropriadas à idade. Tais comportamentos estão divididos em quatro grupos principais: a) conduta agressiva: que causa ou ameaça danos físicos a outras pessoas ou animais, b) conduta não agressiva: mas que causa perda ou danos físicos a propriedades, c) fraude ou furto e d) sérias violações de regras. Estes comportamentos devem ter estado presentes durante os últimos meses, com presença de pelo menos um destes nos últimos seis meses.

Trata-se de um sério problema comportamental, que acaba por causar prejuízos no funcionamento social, académico e ocupacional do sujeito, sendo portanto clinicamente significativo e disfuncional. O transtorno de conduta é um diagnóstico com especial prevalência na infância e na adolescência, uma vez que, após os sujeitos perfazerem dezoito anos o diagnóstico deve ser alterado para perturbação da Personalidade Antissocial. O padrão de comportamento em geral está presente numa variedade de contextos, nos quais se destacam a casa, escola e comunidade. As crianças ou adolescentes com esta perturbação iniciam o comportamento agressivo e reagem agressivamente.

As crianças com este tipo de transtorno apresentam um padrão relativamente bem definido, iniciando-se antes dos 13 anos, de permanência fora de casa, mesmo que proibidos pelos pais. Da mesma forma, as crianças com este transtorno podem, com frequência, faltar frequentemente à escola sem justificção. Pode existir um padrão de fugas de casa durante a noite, neste caso, para ser considerada um sintoma de Transtorno da Conduta, a fuga deve ter ocorrido pelo menos duas vezes (ou apenas uma vez, sem o retorno do indivíduo por um extenso período). Os episódios de fuga que ocorrem como efeito direto de abuso físico ou sexual não se qualificam tipicamente para este critério (DSM-IV-TR, 2002).

Segundo Bordin e Offord (2000), o transtorno da conduta caracteriza-se pela tendência permanente em apresentar comportamentos socialmente inadequados, que vão contra as regras do convívio social e que, eventualmente, transgridem as leis do Estado. Considerado o transtorno psiquiátrico mais frequente na infância assume-se como uma preocupação constante para familiares e clínicos.

No que concerne à incidência, o transtorno da conduta é mais comum no sexo masculino e em crianças com mais de dez anos. Estes comportamentos são a maioria das vezes considerados transitórios, neste sentido, e para diferenciar normalidade de psicopatologia, é essencial ter em conta se esses comportamentos ocorrem esporadicamente e de modo isolado ou se constituem síndromes, representando um desvio do padrão de comportamento esperado para pessoas da mesma idade e sexo em determinada cultura. É frequente que a literatura aborde o tema do comportamento antissocial segundo diferentes visões, considerando os aspetos legais e psiquiátricos. Legalmente, a delinquência relaciona-se com comportamentos que infringem as leis. Ainda assim, nem todas as crianças ou jovens que apresentam comportamentos antissociais transgridem as leis, o termo delinquente ficou restrito aos menores infratores, por outro lado, os atos antissociais relacionados aos transtornos psiquiátricos são mais abrangentes e referem-se a comportamentos condenados pela sociedade, que podem ser punidos ou não pela lei do estado, assumindo-se como um diagnóstico problemático, exatamente por se situar nos limites da psiquiatria com a moral e a ética, sem contar as tentativas de atribuir à delinquência aspetos também políticos.

Relativamente aos fatores associados ao transtorno da conduta entre adolescentes, Cruzeiro e colaboradores (2013) consideram os fatores associados ao transtorno de conduta nos adolescentes os comportamentos de risco que podem potenciar a vulnerabilidade face à saúde física e mental de crianças e adolescentes, e que podem constituir como fatores determinantes no desenvolvimento e agravamento de condutas antissociais. Dentro destes fatores destacam-se o nível socioeconómico, consumo de álcool, drogas e violência precoce.

De acordo com Silva (2011) a idade de início do transtorno da conduta é um fator importante para a definição de estratégias de tratamento e prevenção, sendo que a idade de surgimento do transtorno parece ser um fator importante para a delimitação do curso da doença, especialmente para a previsão de sua continuidade e gravidade. Nesse sentido, crianças que manifestam comportamentos antissociais estão sob risco elevado de desenvolvimento de outros transtornos mentais na vida adulta e de prejuízos diversos a sua

vida social, como indicado acima. O começo do transtorno na adolescência não representa risco elevado para o desenvolvimento de outros transtornos mentais ou grandes prejuízos à vida adulta.

Assim sendo, o reconhecimento de transtornos mentais na infância e adolescência torna-se fundamental, como refere Dias (2012), para o processo de desenvolvimento pessoal, o gerenciamento destes distúrbios no seio familiar e escolar possibilitam um desenvolvimento das habilidades da criança e do adolescente, na medida que interferem na aprendizagem e na socialização e formação da personalidade.

### 1.3. A Conduta antissocial e delitiva nos jovens

A definição de Comportamento antissocial é bastante ampla, no entanto, a que é abrangida por um maior número de autores diz respeito à referência a infrações de normas e regras em sociedade, formas de agressão e padrões de comportamento agressivo, com o que caracteriza as perturbações de comportamento, perturbações de oposição e perturbação de personalidade antissocial, os transtornos de conduta, transtornos de oposição, personalidade antissocial entre outros (Baker, Jacobson, Raine, Lozano & Bezdjian, 2007; Sobral, Romero, Luengo & Marzoa, 2000).

A conceptualização de antissocial centra-se em problemas de comportamento com maior foco para os comportamentos delinquentes ou agressivos. Neste sentido encontra-se o estudo de Pacheco, Alvarenga, Reppold & Piccinini (2005), centrado na descrição do comportamento antissocial, como medida de transtornos de conduta no período de mudança da infância para a adolescência, os investigadores pretendiam perceber as alterações comportamentais ao longo desse período de desenvolvimento. O estudo revelou que especificamente o comportamento delincente e a persistência dos atos infracionais são importantes preditores da severidade e continuidade da prática de comportamentos antissociais e de outros problemas psicossociais, tais como isolamento social, abandono escolar e uso de drogas.

Para Moffitt (1993) o comportamento antissocial é encarado sobre dois pontos de vista diferentes, mostra uma relação acentuada com a idade, aumentando durante o período da adolescência, no entanto, a forma como o jovem se vai comportar irá depender em grande parte das suas características individuais, que irão determinar se o comportamento transgressivo do jovem se mantém na adolescência ou vai acompanhá-lo na idade adulta.

Os comportamentos desviantes<sup>4</sup> podem ser considerados comportamentos de desvio às normas e expectativas sociais, sem que haja necessariamente uma infração legal, como é o caso da delinquência (Sanches & Pereira-Gouveia, 2010). Por sua vez, a conduta delitiva define-se como a “designação legal, baseada geralmente no contato com as leis da justiça do

---

<sup>4</sup> Constructo sociológico que se refere a comportamentos que violam normas ou expectativas sociais numa determinada cultura (Fonseca, 2000; Fonseca et al., 1995)

país em que se encontra a criança ou adolescente”, neste sentido é importante ainda referir que “a conduta delitiva não é um constructo psicológico sem uma categoria jurídico-legal, isto porque não é possível agrupar os jovens numa mesma categoria, sem atender às suas especificações individuais, atendendo ao facto de que o que todos têm em comum é ter cometido um ato delinquente” (Kazdin & Buela-Casal, 1996 citado por Sanabria & Rodriguez, 2009).

Breen, Díaz, Àngel & Vázquez (2002), concluíram no seu estudo sobre com 523 sujeitos espanhóis de ambos os sexos entre os 9 e os 18 anos que a maior parte dos jovens com comportamentos antissociais apresentava falta de consciência cívica e ecológica, conflito interno, condutas de motivação económica, tendência ao vandalismo e consumo de substâncias ilegais.

Importa referir que na literatura os termos delinquência e comportamento antissocial são frequentemente utilizados como sinónimos, o primeiro sendo aplicado na investigação clínica e criminológica como se de um diagnóstico clínico se tratasse, o termo delinquência é uma designação jurídica, referindo-se à transgressão das leis, enquanto o termo comportamento antissocial é mais abrangente, referindo-se a atos transgressivos ou a violações de normas ou de expectativas sociais que são considerados inapropriados porque danificam outros e a sociedade (Lemos, 2010).

A estabilidade do comportamento antissocial tem sido investigada por uma série de estudos longitudinais que procuram compreender as variáveis que contribuem para a manutenção e desenvolvimento desse padrão comportamental, vários estudos indicam que a evolução desses problemas nas meninas, embora menos prevalentes, também são preocupantes (Pacheco, 2005).

### 1.3.1. Comportamento Agressivo e violento

O índice de violência, principalmente em casos que envolvam jovens em atos infracionais, gera na sociedade grande impacto, provocado inúmeros questionamentos em relação à responsabilidade dos adolescentes, mais ainda, torna-se relevante verificar quais os limites e possibilidades dos adolescentes, para que a última alternativa em relação aos jovens seja aplicação de uma medida socioeducativa, mas sim, aumentar a qualidade vida, principalmente das comunidades mais carentes, visando propiciar ao adolescente uma melhor integração e um maior fortalecimento pessoal, ou seja, pretende-se que o adolescente reúna estratégias de *coping* ajustadas para lidar com as adversidades/situações indutoras de *stress*.

De acordo com Anderson & Bushman (2002), a agressão humana é qualquer comportamento dirigido para outro indivíduo que é realizada com a intenção de causar danos, tendo o autor da agressão acreditar que o seu comportamento irá ser prejudicial para o alvo que pertence atingir. Sendo assim, os danos que sejam considerados acidentais ou sem objetivo implícito de atingir o outro, não são considerados agressividade. Por sua vez, a

violência é uma forma extrema de agressão que têm efeitos nocivos sobre o alvo que pretende atingir.

A agressividade pode ser confundida com o termo violência. Muitos estudos salientam semelhanças entre os dois termos, chegando por vezes a utilizá-los como se tratassem de um mesmo fenómeno. No entanto, é necessário referir que as causas da agressão são várias, inseridas num contexto e influenciadas por fatores tais como os biológicos, ambientais, psicológicos e sociais, que influenciam o comportamento agressivo, por outro lado, em contraposição, diferentemente das influências contextuais e orgânicas, outra tendência à agressividade está relacionada com a autoestima, vários autores estão em acordo que níveis elevados de autoestima levam a uma influência na agressividade dos sujeitos, nomeadamente quando a sua autoimagem está em risco (Sisto, Silveira & Fernandes, 2012; Ferraril, 2006).

Remetendo ao ponto de vista psiquiátrico, as condutas agressivas e violentas podem desenvolver-se paralelamente ao curso de diferentes desordens, tais como o transtorno de humor, abuso de substâncias, esquizofrenia, antissocial, entre outros. Muitos autores têm distinguido dois tipos de agressão, a agressão reativa ou hostil e a instrumental. A primeira diz respeito ao comportamento agressivo utilizado como meio para atingir um objetivo, têm ainda a finalidade de causar danos ao alvo para a qual é dirigida, regra geral adquire uma forma relacional ou social e não explícita (Chertok, 2009; Papalia, 2010).

Neste contexto, é importante destacar que a agressão e violência envolvidas na criminalidade juvenil representam um sinal de uma adaptação negativa perante circunstâncias e desafios vividos pelo jovem. Loeber & Hay (1997, citado por Hutz, 2002) descrevem o comportamento antissocial como uma resposta necessária para o jovem resistir e sobreviver a locais onde os perigos constituem forte ameaça e são comuns.

### **1.3.2. Fatores de influência no comportamento Agressivo e violento**

De acordo com Brouwers, Appelo e Oei (2010) o comportamento agressivo ou impulsivo é um fenómeno que ocorre com frequência na nossa sociedade, e constitui uma característica que faz parte de um conjunto de diagnósticos psiquiátricos, para além disso, está associado a uma série de fatores de risco entre os quais os neurobiológicos, onde se incluem ainda os fatores psicológicos, cognitivos, afetivos e sociais.

Os fatores neurobiológicos relacionam-se com uma produção aumentada de cortisol, em detrimento de uma produção de atividade de serotonina reduzida, que estão eventualmente relacionados com o consumo de álcool ou drogas associadas. Paralelamente a isto, características pessoais como a impossibilidade ou a falta de autocontrolo por parte do sujeito parecem estar altamente relacionados com o comportamento impulsivo. No que concerne aos fatores sociais os mesmos autores referem a pertença a um grupo social violento e o acesso facilitado a armas, como uma das causas do aumento da violência. Outros fatores,

como os de ordem familiar parecem não se relacionar com a prática de comportamentos agressivos e violentos (Brouwers, Appelo & Oei, 2010).

Segundo Borum (2000), a avaliação de risco de violência entre os jovens é alvo de avaliação constante de Psicólogos e outros profissionais, e inclui três elementos chave para a prevenção e intervenção em situações de risco: a) em primeiro lugar deve considerar-se analisar o comportamento do menor, reconhecendo que os atos de violência têm origem em ideias que incluem um planejamento mais tarde traduzido em ações, b) A violência ocorre na interação entre o potencial agressor e o alvo da violência. Compreender e prevenir os atos de violência deve incluir a exploração dos riscos relevantes e comportamentos dos jovens agressores, c) o ato de violência é o resultado de um processo muitas vezes perceptível e compreensível de pensamento e comportamento.

Identificar e abordar os principais indicadores ou fatores de risco e proteção que estão na precursão do comportamento violento, têm demonstrado ser muito importante para o desenvolvimento da violência através de novas práticas como prevenção e intervenção, que podem evitar o início e desenvolvimento de carreiras delinquentes. Os profissionais que trabalham muito proximamente de jovens com tendência a comportamentos antissociais e violentos acreditam que a cessação desses comportamentos deve ser elaborada de forma integrada em várias áreas, como a judicial, educacional e saúde mental do jovem (Wasserman, Miller & Cothorn, 2000)

Sendo assim, diminuir os fatores de risco e reforçar os fatores de proteção através da ação preventiva, parece ser um bom caminho para a redução da violência

De acordo com Hawkinse e colaboradores (2000) e Flores (2003), entre os fatores que parecem ser mais relevantes para o desenvolvimento da violência entre as camadas mais jovens, destacam-se cinco domínios, são eles:

- Individual (crenças e atitudes favoráveis ao comportamento desviante ou comportamento antissocial, a agressividade, hiperatividade e problemas de concentração);
- Familiar (ligação dos pais a atividades criminosas, situação de divórcio dos pais, maus tratos infantis, pais com historial de consumo de substâncias e violência, práticas de gestão familiar deficitárias, separação precoce da criança e dos pais);
- Escolar (insucesso e abandono escolar, falta de estabilidade escolar);
- Grupo de pares (grupo de pares ligado a atividades delinquentes);
- Comunidade e sociedade (pobreza, desorganização da comunidade que acolhe o jovem, fácil acesso a armas e drogas, exposição á violência real e preconceito).

## 1.4. Adolescência e o Risco

O ser humano, enquanto ser social, passa por diversas fases ao longo da sua vida, no entanto a infância e a adolescência são as etapas de vida fundamentais para desenvolvimento do processo de socialização. Se por um lado durante o período da infância, a criança tem como ponto de referência os pais e mais tarde, na adolescência as suas referências centram-se no seu grupo de pares e todo o ambiente escolar que o rodeia (Born, 2005). O processo de socializar é a forma como o indivíduo se adapta ao meio em que está inserido, isto é no qual vive e em que interage influenciando-o na sua formação e consequentemente sofrendo a sua influência, segundo Oliveira (2002) *“ao mesmo tempo em que a criança modifica seu meio, é modificada por ele”* (Oliveira, 2002, p. 126).

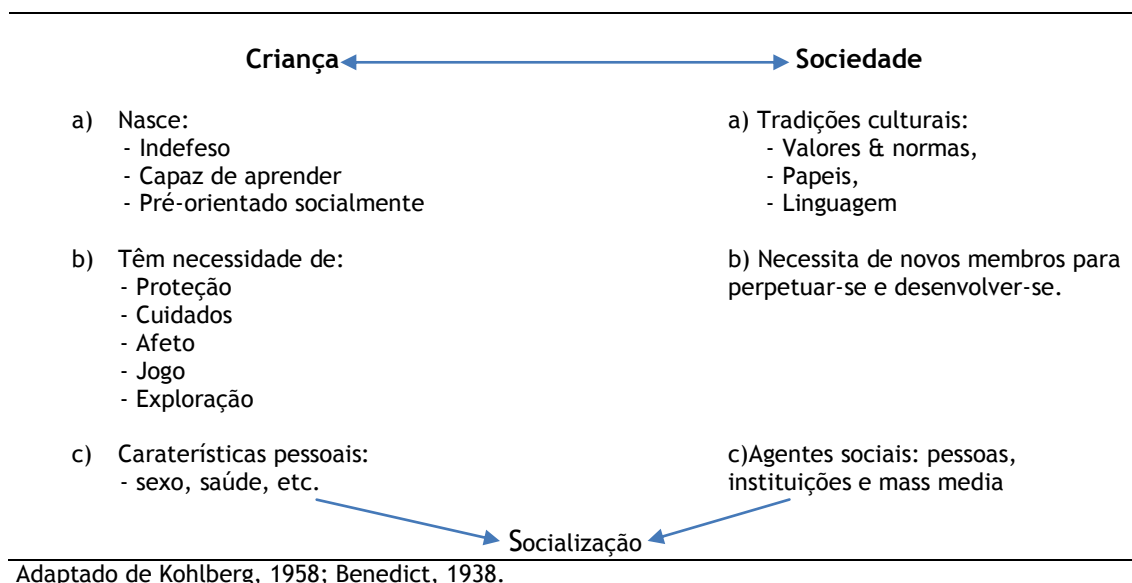
A escola é um lugar privilegiado para refletir sobre as questões que envolvem crianças e jovens, pais, educadores e educandos, assim como as relações sociais e a sociedade. Este é um dos palcos principais da socialização, da promoção da cidadania, de opiniões e o desenvolvimento pessoal podem ser afetado positiva ou negativamente. Essa responsabilidade social deve-se, em parte, ao reconhecimento de que a esfera de convivência repercute diretamente na socialização infanto-juvenil, além de ser, juntamente com a família, espaço crucial para defesa dos direitos humanos (Njaine, Minayo, 2003).

A adolescência é uma fase de desenvolvimento especialmente vulnerável para muitos, uma vez que neste período, têm lugar mudanças físicas e psicológicas que muitas vezes não com as quais por vezes o jovem não lida muito facilmente (Sapienza & Pedromônico, 2005). Este período de transição da infância para a idade adulta (aproximadamente entre os 11 e os 20 anos) é o período complicado da vida, por um lado e apesar das mudanças biológicas serem universais, o seu ritmo e a sua extensão têm uma enorme variedade, por outro lado as mudanças psicossociais permitem ao adolescente desenvolver a sua própria identidade (moral, sexual, política, educacional, etc.) (Berger, 2003). No desenvolvimento da personalidade, identidade e socialização a família e o seu grupo de pares assume um papel importante, podendo mesmo estas figuras ditar grande parte do comportamento futuro do indivíduo (Born, 2005; Martinho, 2010).

O processo de socialização é uma interação entre a criança, ou jovem com o ambiente, a forma como estes agentes atuam depende de numerosos fatores contextuais, como a classe social, o país, a cidade ou zona geográfica em que o processo de desenvolvimento ocorre e de determinados fatores pessoais tais como o género, as aptidões físicas e psicológicas, bem como as suas capacidades sociais (Benedict, 1938; Kohlberg, 1958; Bronnfenbrenner, 1979).

Esta intera ao e o seu resultado, depende das características do individuo e da forma como atua com os agentes sociais, como podemos verificar no quadro 1:

Quadro 1. Processo de socializa ao



A adolescência enquanto período de grandes altera oes revela-se uma fase que tem implícita uma maior vulnerabilidade emocional e uma maior reatividade no que diz respeito a figuras de autoridade, e uma maior dificuldade em lidar com a imposi ao de limites, o que pode estar relacionado com o fato dos adolescentes terem a necessidade de marcarem a sua identidade. Para além disto, a necessidade de afirma ao do adolescente perante o grupo e a sua necessidade de adapta ao constante podem criar-lhe algumas situa oes de conflito interno e externo, que embora passageiros podem levar a situa oes de ansiedade e depressão, que se podem traduzir sobre a forma de comportamento agressivo transmitido para o meio envolvente do jovem (Pral, 2007).

Martins (2005) afirma que a construçao de uma identidade positiva evidencia que o individuo desenvolve a sua forma ao enquanto ser individual e participa na construçao do "eu", ainda que esta seja uma fase de altera oes como têm vindo a ser explorado, o sujeito deve ainda revelar uma delimita ao das imagens parentais interiorizadas e que se compromete com escolhas que garantem a coerência do eu, o que se denota através das escolares, da polariza ao sexual e da sua capacidade para assumir conscientemente compromissos ideológicos de carácter político, religioso ou social.

As dificuldades em lidar com as sucessivas mudanças físicas, sociais geram sentimentos de insegurança, podendo mesmo fazer-se acompanhar por altera oes de humor e alternância de estados psicológicos. Estas vivências segundo Monteiro e Ferreira (2007) podem desencadear tendências agressivas, de conflito face a figura de autoridade e de oposi ao, sobretudo direcionadas para as figuras parentais. Estes autores referem que esta oposi ao pode mesmo expressar-se através de condutas antissociais e desviantes.

A psicopatologia do desenvolvimento investiga as trajetórias individuais de desenvolvimento dos sujeitos e incorpora no seu campo de saber constructos como vulnerabilidade, risco e proteção. A variável que amplia a possibilidade do individuo adquirir determinada doença ao ser exposto a ela é definida como fator de risco. Os fatores de risco podem englobar variáveis genéticas, biológicas e psicossociais (Sapienza & Pedromônico, 2005). Isto é, cada individuo é um ser único, com características individuais e inserido num determinado meio cultural, social e familiar, o qual é influenciado e influencia o jovem. Para Buela-Casal e Kazdin (2001), os fatores de risco para a delinquência juvenil é um amplo leque abrangendo a índole individual, social e familiar, que muitas vezes estarão na base da adoção de comportamentos desviantes, estes fatores incorporam os denominados fatores de risco (Buela-Casal & Kazdin, 2001).

Segundo o que descreve Feijó & Oliveira (2001), os comportamentos de risco podem também ser definidos como a participação em atividades que de alguma forma possam vir a comprometer a saúde física e mental do adolescente. A maior parte destas atividades têm origem quando o jovem decide explorar a realidade que o cerca, e ainda pela exposição do jovem ao meio, no qual se encontra diretamente o grupo de pares e a família.

Um dos fatores que mais contribui para o desenvolvimento de situações que expõem os jovens a situações de risco e vulnerabilidade é a depressão, o que poderá eventualmente relacionar-se com o aumento de situações de *stress* no quotidiano, associado á diminuição dos padrões de tolerância a situações de frustração (Hutz, 2002). Para além deste, destacam-se desnutrição, baixo peso, lesões cerebrais, atraso no desenvolvimento, família desestruturada, minoria social, desemprego, pobreza, e a dificuldade de acesso à saúde e educação (Sapienza & Pedromônico, 2005).

Dentre os fatores de risco encontramos aspetos individuais, tais como o temperamento como a sua baixa autoestima, a agressividade e impulsividade poderão ser fatores que contribuem para uma maior propensão à prática criminal (Buela-Casal & Kazdin, 2001). De acordo com Farrington (1996), níveis elevados de ira e raiva podem aumentar a propensão para a prática antissocial.

Quando falamos de comportamentos que podem levar o adolescente a situações de risco ocorrem-nos logo a princípio todas as que se relacionam com situações de consumo de substâncias, tabaco e comportamentos sexuais de risco, no entanto é totalmente necessário relacionar estes fatores com a necessidade que a maioria dos adolescentes têm de se integrar no grupo de pares, tendo que passar a maioria das vezes por um processo de integração e aceitação.

Para Engels e Bogt (2001, citado por Tomé, 2011), assim se compreende, que dentro dos principais motivos que levam o adolescente a optar por comportamentos de risco se encontram relacionados com o facto de o adolescente necessidade de aprovação e rejeição pelos grupos sociais.

### 1.4.1. Desenvolvimento Social do Adolescente

O desenvolvimento do adolescente acontece num processo delicado de interação com os elementos sociais do seu meio, tem como referencia não só a sua biografia individual mas também a historia e a atualidade da sociedade. Este período como referimos anteriormente produz-se com mais intensidade a interação entre as tendências individuais, as aquisições psicossociais, as metas socialmente disponíveis (Krauskopf, 1994, 1995).

A aceitação no grupo de pares é uma necessidade das crianças e adolescentes em idade escolar. A solidão é contraditória a essa necessidade de pertença e de companheirismo. A pouca aceitação dos pares e ter poucos amigos, ou não ter amigos pode ser algo frustrante para os adolescentes, que podem desenvolver sentimentos negativos de solidão. Estar isolado ou não ter amigos pode ser visto como um sinal de fracasso social, A autoestima poderá ser influenciada por uma amizade mútua, pois essa relação alivia os sentimentos de solidão. Os efeitos mediadores e moderadores da autoestima foram relacionados com a solidão e satisfação com a vida global nos adolescentes, num estudo desenvolvido por Civitci e Civitci (2009) em que participaram 439 estudantes com a faixa etária entre os 15 e os 18 anos, que frequentavam diferentes escolas de ensino médio na Turquia. Os dados foram recolhidos através da utilização da escala de solidão da UCLA, a escala de autoestima de Rosenberg e a Escala de Satisfação com a Vida - SWLS. A análise efetuada dos dados recolhidos permitiu demonstrar que quando a solidão diminui a satisfação global de vida aumenta enquanto a autoestima desempenha um papel de mediador nesse aumento. Este resultado é também consistente com estudos anteriores que mostram que a autoestima tem um efeito mediador das relações de satisfação com a vida e solidão com outras variáveis

Os autores Civitci e Civitci (2009) e Demir e Urberg (2004) concluíram ainda que a satisfação com a vida é um indicador positivo importante ao nível psicológico e de desenvolvimento social dos adolescentes sendo que é um conceito chave para a construção social do adolescente.

No estudo de Loureiro, Frederico-Ferreira & Santos (2013) foi possível a identificação das principais dificuldades na interação com os outros a competência social, como por exemplo falar em público e responder apropriadamente a provocações, e ainda a incapacidade para lidar com as emoções, acompanhada de algum sofrimento emocional para o próprio, a par disto, existe a necessidade crescente de aceitação social, em que o grupo de pares e os amigos são uma base de apoio fundamental para o reconhecimento pessoal, na medida que permitem fortalecer um sentido de pertença e de solidariedade e contribuem para um sentimento de bem-estar pessoal por parte dos jovens. No estudo concluiu-se ainda que largas vezes os jovens tendem a não agir de acordo com as suas crenças e convicções para não se sentirem mal perante os pares e para terem a sua aprovação e aceitação, remetendo-se a si próprios muitas vezes, para um segundo plano. Esta forma de agir leva à desvalorização de algumas das dimensões do Eu, entre elas a autoestima, o que pode estar

relacionado com alguma insegurança pessoal e vai impedir o desenvolvimento adequado das suas competências sociais.

### 1.4.2. O papel da família e do grupo de pares

Na evolução das sociedades verifica-se que o conceito de família bem o seu papel assume várias definições e funções tendo em conta o meio social e cultural (Parsons, 1952). A família atual define-se como “um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados” (Sampaio e Gameiro, 1985, p.11-12).

Como já foi referido anteriormente, é no seio familiar que surge a socialização primária, onde os jovens constroem a sua identidade e desenvolvem a sua personalidade através de diversas vivências e aprendizagens. É junto as famílias que aparecem as primeiras relações intencionais e interrelacionais, através do contacto corporal ou da comunicação, e as relações afetivas mais precoces (Alarcão, 2006; Monteiro & Ferreira, 2007).

A alteração da imagem parental interiorizada no período da infância pode revelar-se gerador de conflito com os pais durante o período de adolescência, para muitos jovens o que irá traduzir-se numa fase em que se geram novas relações, e será este afastamento quase inevitável que irá possibilitar aos adolescentes o processo de automatização e identificação, que regra geral é precursor de problemas entre pais e filhos. Por outro lado, os restantes familiares num núcleo mais alargado passam a ter um maior significado para o jovem e resultam como forma de refúgio para o adolescente, nesta fase (Pral, 2007).

Muitas vezes verifica-se que o processo de socialização primária apresenta severas lacunas, as quais podem advir da estrutura familiar (famílias numerosas), da negligência parental, da escassez ou fraqueza do vínculo familiar, das aspetos socioeconómicos das famílias com escassez económica, separações ou de outros desequilíbrios homeostáticos como a morte de parentes ou a institucionalização. Todos estes fatores podem ser encarados como fatores de risco da Delinquência juvenil (Buéla-Casal & Kazdin, 2001; Hutz 2002; Thornberry & Krohn, 2004).

*“Os investigadores medem a integração social dos jovens pela sua vinculação à família, à escola e, mais tarde, ao trabalho. Demonstram que quanto mais forte for essa integração, menos tendem a cometer crimes (...). O enraizamento de um indivíduo num contexto comunitário confere-lhe uma forte motivação para se em conta as expectativas do meio, o que se traduz no respeito pelas leis” (Cusson, 2002, p.202).*

Cusson (2002) refere que a ausência no desenvolvimento de vínculos familiares é um fator que a investigação considera que poderá estar na base de comportamentos antissociais. Segundo este autor a ausência de vinculação poderá ser responsável pela desintegração social do jovem e conseqüente desrespeito pelas normas regentes de uma sociedade. A comunicação negativa com os progenitores está significativamente relacionada com o comportamento delinvente, uma expressão muito menor de aprovação, de elogios e apoio positivo por parte dos pais e com a percepção de uma comunicação mais agressiva entre os pais e entre os filhos e os seus progenitores (Spillane-Grieco, 2000 citado por Carvalho, 2004).

O meio social seja o familiar, o económico, o relacionamento com os pares, poderá também ser um fator a favor das práticas antissociais que constroem o conceito de Delinquência juvenil. O ambiente socialmente instável associado a meios económicos desfavorecidos, ladeado pela degradação social ou mesmo física, facilmente o jovem se deparam com o trafico de substâncias, furtos, prostituição e toda uma ampla gama de comportamentos delitivos os quais poderão fornecer um caracter positivo á criminalidade podendo culminar na necessidade do jovem em experimentar tais comportamentos (Loeber & Farrington, 2001). Segundo Andrews e colaboradores (citados por Oetting & Donnermeyer, 1998 ) a qualidade dos laços familiares, das transmissão das normas, a modelação parental, a disfunção familiar são relevantes no envolvimento no uso de substâncias. Muitos dos pesquisadores estão de acordo em afirmar que a família têm um papel determinante enquanto fator explicativo dos comportamentos delinquentes dos adolescentes, em muitos destes estudos, foi possível apurar que o ambiente familiar negativo e adverso a par das dificuldades de comunicação com os pais, constituem um fator determinante para a existência deste tipo de comportamentos (Caldwell, Beutler, Ross & Silver, 2006; Jiménez, Murgui, Estévez & Musitu, 2007).

O ambiente escolar têm igualmente um papel muito importante para o desenvolvimento de novas relações com o grupo de pares, a escola constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimentos, apreensão de normas e valores, é ainda o espaço onde muitas vezes o jovem encontra modelos adultos de referência (Pral, 2007, Resgate, 2001).

Compreender o papel da escolarização para o jovem é fundamental para a compreensão do modo como se relaciona com a sociedade, uma vez que a escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das capacidades cognitivas e ainda na promoção do conhecimento social, permitindo a integração em um ou mais grupos de pares que permitem ao jovem construir a sua rede social. É durante a adolescência que o jovem inicia o seu processo de autonomiza-se da família, surgem as questões, altera-se as relações com as pessoas que até então foram as suas referências e aparecem as identificações com os outros: os seus pares (Matos, 2005). A família deixa de ser a figura de apego, e adquire contornos diferentes, esta figura é transporta para o grupo de pares onde o adolescente se sente seguro, e com os quais se identifica (Matos, 2005).

O grupo de pares adquire uma grande importância durante a adolescência, na medida que passa a ser o suporte instrumental e emocional do adolescente, sendo em grande parte responsável pela construção da identidade do adolescente. O grupo leva a jovem a viver experiências com grande significado, e ao ser aceite e integrado ganha o sentido de pertença a esse determinado grupo, que contribui para a construção da sua identidade através de um processo de interações que incluem a partilha de experiências comuns. Neste sentido, é compreensível que o jovem muitas vezes opte pela pertença a um grupo não pertencente à esfera escolar, para salvaguardar, de forma compensatória e disfuncional, a sua autoestima. Isto deve-se ao facto de muitos grupos serem conotados com uma determinada especificidade que os caracteriza, e que normalmente faz identificar os membros do grupo (Gouveia-pereira, Pedro, Amaral, Alves-Martins & Peixoto, 2000).

O jovem torna-se um membro integrante e imprescindível, reconhecido, sendo através deste que se situa na escala social. Selosse (2001) refere que o grupo de pares é aquele em que o adolescente, se por um lado, está implicado enquanto membro solidário de um conjunto de relações, de atividades e de valores que moldam as suas condutas sociais, por outro serve para ordenar o indivíduo na escala social, para satisfazer as suas necessidades de filiação e reconhecimento e definir a sua identidade social.

A necessidade de romper com as figuras paternas e a procura da autonomia empurra o adolescente a transgressão dos limites existentes, podendo esses comportamentos de transgressão ou antissociais serem furto de *acting-out* (Anne Freud & Helene Deutch in Malpique & Queirós, 1984), como forma de exteriorizarem o seu conflito interno e afirmarem a sua autonomia. Desta forma, Pingeon (1982), Marques (2001), Aguilar, Sroufe, Egeland & Carlson (2000), Benavente (2002), Agra (2008) entre outros autores consideram que há uma forte relação entre a adolescência e transgressão, necessária e inevitável para o desenvolvimento e para o processo de aquisição de novas formas de socialização. Apesar do aparecimento destes comportamentos, Braconier e Marcelli (2000) consideram que não são obrigatoriamente de cariz patológico, mas sim um processo adaptativo a sua nova condição.

Este envolvimento com o grupo de pares determina muitas vezes um maior afastamento com o grupo nuclear da família, o que não significa Tomé (2011), que os pais deixem de ser figuras de grande importância para os adolescentes, pois continuam a ter uma grande importância na proteção e segurança do jovem. Blumstein e Cohen (citado por Capaldi e Stoolmiller, 1999) verificaram que os comportamentos delinquentes expressam-se maioritariamente entre os 15 e os 17 anos, havendo um declínio dos mesmos com a entrada na idade adulta, este estudo foi corroborado por outros estudos (Bachman, Fréchete, Le Blanc, citados por Pingeon, 1982). Para Benavente (2002) estas infrações são estratégias para organizar tensões internas, para coordenar a desorganização psíquica, temporária.

Porém, a identificação a um grupo de pares desviantes, onde já predominam os mais variados comportamentos delitivos explica a ampliação da prática criminal aos jovens recém-chegados que integram estes grupos. Os jovens mal adaptados a outro grupo de pares, tendem a sentir-se rejeitadas e agressivas, aumentando a probabilidade de integrarem em

grupos desviantes, por outro lado, encontra-mos outros jovens de risco com tendências a escolhas desadequadas dos seus pares, os jovens que possuem uma educação demasiado punitiva ou permissiva (Bagwell, et al., 2001). A associação a este grupo de adolescentes organizados de forma agressiva/defensiva, estruturado de forma hierárquica, com atitudes contra as normas e valores sociais, permite-lhes obter a sensação de pertença, de reconhecimento, de independência (Selosse, 2001), tornando-se num sistema de suporte social (Emler e Reicher, 1995). Petersen e Wainer (2011) referem que esta associação a grupos desviantes durante a adolescência, requer muita atenção e preocupação, pela força que o grupo exerce no indivíduo conduzindo-o a praticas comportamentos desviantes e/ou transgressivas, tais como o consumo de drogas lícitas ou ilícitas, podendo mesmo escalar para outras situações.

### 1.4.3. Desejabilidade Social

O termo que normalmente se emprega para descrever as situações em que os indivíduos atuam sobre pressões sociais é o de **desejabilidade social**, alguns autores como Leenders e Brugman (2005), debruçaram-se sobre a importância da percepção dos jovens em relação aos comportamentos delinquentes, num estudo em que a principal questão de investigação se refere ao papel dos processos emocionais nos julgamentos morais que categorizam uma ação como uma transgressão moral. Julgamentos de transgressões no domínio moral sugerem que estas podem ser categorizadas como transgressões morais. Os resultados do estudo, demonstraram alterações significativas e uma mudança no domínio da avaliação moral relativamente a situações hipotéticas em comparação com as situações relatadas pelos adolescentes, mesmo quando o comportamento delincente teve lugar no grupo de pares do adolescente.

Tomé (2011) considera que a atividade delincente ou antissocial é em grande parte resultante das alterações que acompanham a sociedade, é por isso um fenómeno social, os factos sociais são formas de pensar, agir, sentir sobre os quais o indivíduo se comporta socialmente, e estão munidos de poder coercivo, a existência de normas e o seu incumprimento está diretamente relacionado com a aplicação de sanções e ainda com a rejeição, pelo grupo social a que pertencem.

De acordo com Paulhus (1984, citado por Guedes, 2012) a desejabilidade social é constituída por dois elementos cuja distinção se torna necessária: positividade auto-enganadora e gestão da impressão. Sendo que a primeira componente é diz respeito a uma visão honesta de si próprio, mas excessivamente positiva. Ao passo que a segunda componente está mais relacionada com a visão tradicional da desejabilidade social e significa que o sujeito deliberadamente apropria as suas respostas de maneira a formar uma imagem social mais positiva.

De acordo com vários autores Lemos (2005) Ribas, Moura & Hutz (2004), a deseabilidade social produz um efeito de distorção nos questionários de personalidade, na medida que os participantes tendem a responder de forma tendenciosa às perguntas apresentadas, no que diz respeito ao trabalho com crianças a influência da deseabilidade social tem uma grande, um grande impacto, uma vez que, geralmente as crianças esforçam-se por dar uma melhor imagem sobre si, com o objetivo de agradar os outros e ser aceite socialmente, rejeitando os comportamentos socialmente indesejáveis.

Os jovens parecem procurar uma obtenção de prestígio e reconhecimento social nomeadamente na falta de recursos tais como os económicos ou mesmo de apoio social, que passam a ser na maioria das vezes alcançadas através de condutas de risco sutilmente legitimadas, justificando as suas atitudes, muitas vezes recorrendo a comportamentos compensatórios.

A adolescência é uma fase em que o jovem tem necessidade de ser reconhecido por quem o rodeia, o que faz acentuar o desejo de pertencer a um grupo de referência e proceder a um afastamento progressivo das influências familiares. Esta necessidade de reconhecimento e aceitação por parte dos outros faz parte de um processo de socialização gradual que não se manifesta apenas na adolescência, mas está presente desde o início da vida social da criança (Senos & Diniz, 1998).

É no contexto de crescente aumento dos comportamentos violentos entre os jovens, que alguns constructos têm adquirido maior relevância no estudo dos comportamentos tal como o de valores humanos, e mais especificamente o estudo das representações sociais dos jovens. De facto, os valores pessoais apresentam mais indícios em predizer tanto as condutas antissociais quanto as delitivas, enquanto há-de salientar os valores sociais e centrais, há uma menor probabilidade de que os jovens apresentem tais condutas. Os valores com que apreendem estar normalizados podem atuar como traços de personalidade ou como uma forte componente de deseabilidade social (Formiga & Gouveia, 2005).

O menor que comete um determinado delito, pode ter várias motivações, que podem estar implícitas na necessidade de reconhecimento social e de autovalorização, ou ainda serem resultado de uma atitude compensatória face a situações de vida experienciadas de forma adversa pelo jovem, tais como uma situação familiar menos favorecedora.

A maioria dos estudos destaca a influência da Deseabilidade social nas medidas de personalidade, uma vez que, como referido anteriormente os sujeitos tendem a responder de acordo com o conformismo social e normas e regras implícitas na sociedade de forma a transmitirem uma imagem positiva de si mesmos. O grupo com o qual o indivíduo se identifica ou já pertence pode ser conotado com uma valência positiva ou negativa dando origem a uma identidade social também positiva ou negativa (Senos & Diniz, 1998).

No entanto, a deseabilidade social têm impacto noutros comportamentos fortemente reprovados pela sociedade tais como a agressão direta e indireta e impulsividade (Vigil-Colet, Ruiz-Pamies, Anguiano-Carrasco & Lorenzo-Seva, 2012).

Vários teóricos referem que as pessoas estão naturalmente motivadas para ganhar aprovação social nas relações interpessoais e agir de forma a atrair a atenção e reconhecimento sociais, outras pessoas, como os socialmente ansiosos demonstram ter dúvidas sobre as competências interpessoais e ainda sobre a dificuldade em criar impressões favoráveis aos outros, sendo que, apenas se esforçam para evitar a desaprovação dos outros (Jackson, 2007).

## 1.5. Evolução das trajetórias criminais

Até muito recentemente a experiência dos adolescentes institucionalizados era em grande parte ignorada e subvalorizada, uma vez que as suas opiniões eram encaradas sob a forma de desconfiança e desconhecimento, levando a que, muitos dos profissionais envolvidos nos processos de tomada de decisão, fossem levados a atuar sem a compreensão dos sistemas e experiências envolvidos no processo de institucionalização por parte dos jovens. Deste modo, entender a forma com os jovens encaram a sua trajetória de delinquência sob o ponto de vista das suas características individuais, pode ser um forte indicador da forma como se vão comportar face a situações e vivências (Shubert, Mulvey, Loughran & Losoya, 2011).

De acordo com Formiga e Diniz (2011 citado por Formiga, 2012) o incremento que se verifica na conduta antissocial e delitiva entre os jovens, mesmo naqueles que não têm história de delinquência na época atual, deve-se a uma mudança cultural que se verifica nos países ocidentais que tem por base, o aumento do individualismo.

No que diz respeito à persistência do comportamento delitivo dos jovens até à idade adulta, as opiniões dos investigadores e público em geral dividem-se, enquanto uns estão de acordo em afirmar que os comportamentos delitivos em adolescentes se devem a problemáticas vindas da infância, outros autores consideram que a delinquência juvenil é fruto do meio envolvente e do ambiente a que o sujeito é exposto ao longo da vida (Loeber, Farrington, & Redondo, 2011).

Deste modo, a adversidade vivida na infância tem provado ser um dos fatores de risco importantes para o desenvolvimento de psicopatologia na idade adulta. Do mesmo modo, a investigação tem mostrado a relação entre as adversidades vividas na idade adulta e os sintomas e problemas atuais (Maia et al., 2007; Kruh, Frick & Clements, 2005).

Loeber e Farrington (2001 citados por Pechorro, 2012) reconhecem no seu estudo a existência de três trajetórias distintas na evolução dos comportamentos delinquentes: a) agressiva/versátil, b) não agressiva e c) exclusivamente de abuso de drogas. Cada uma destas trajetórias teria características distintas. Na agressiva/versátil, por exemplo, haveria problemas de comportamento na infância, comportamentos agressivos, relações muito pobres, problemas de hiperatividade/impulsividade/atenção, competências sociais deficientes. Estes autores concetualizam a existência de três linhas de evolução na delinquência: a) conflito com a autoridade, b) encoberta e c) aberta. Cada uma destas linhas

estaria associada a uma idade específica de início e seguiria uma sequência previsível, sendo que combinações destas levariam às trajetórias distintas acima referidas.

Sobre o desenvolvimento da atividade delincente Moffit (1993), estabeleceu dois tipos diferentes de grupos de delinquentes, a delinquência limitada à adolescência que surge na fase inicial da adolescência, acompanhada de remissão da atividade delincente durante a idade adulta, caracteriza-se por uma prevalência generalizada, porém tende a não ter continuidade por ser um fenômeno temporário e adaptativo. O comportamento antissocial persistente caracteriza-se por manifestações antissociais precoces, que se prolongam devido à sua gravidade na idade adulta, estas têm provavelmente uma base neurobiológica. Este segundo grupo representa uma pequena fração dos que praticam atos delinquentes.

Frechette e le Blanc (1979) distinguem dois caminhos distintos na evolução da trajetória delincente, a delinquência extensiva e a delinquência regressiva. O primeiro diz respeito a atos delinquentes de início precoce, e caracteriza-se por uma atividade persistente e interrupta, o que leva a um agravamento progressivo e a adequação do adolescente a um caráter aquisitivo e utilitário que por sua vez irá originar uma desadequação dos comportamentos sociais grave. No que diz respeito à delinquência regressiva, esta caracteriza-se por um caráter transitório, marcando nomeadamente uma fase da vida do sujeito, é frequentemente um ritual de passagem e é caracterizada por comportamentos desafiantes e de risco, não causa ainda assim desadequação social, o mais frequente segundo os autores é ser frequente na segunda metade da adolescência.

Concomitantemente, Loeber (1997) baseia-se na hipótese de que o sujeito de acordo com as suas características individuais tende a construir um trajeto desviante o tratamento individual e as leituras clínicas surgem desta forma como a resposta à propensão individual desviante.

Farrington (2004) realizou um estudo sem apoio teórico de caráter longitudinal, com 50 anos de duração, realizado num subúrbio de Cambridge, para estabelecer o nascer, continuar e terminar de uma carreira criminal. Apresenta um conjunto de fatores interdependentes entre si, nos quais inclui as variáveis familiares, escolares, comunitárias dos pares e individuais. Entre os quais se destacam:

- A prevalência, que nos revela a relação existente entre a idade e a prática transgressiva;
- A frequência, que se traduz na relação entre o número de atos praticados em função do tempo;
- O início da atividade transgressiva, realçando a relação entre a idade e a gravidade do ato transgressivo;
- A duração, da carreira criminal;
- A continuidade da carreira criminal, ao longo do tempo;
- A especialização e escalada, que diz respeito à variedade/especialização do ato transgressor;

- A co-tansgressividade, que se refere ao nível de participação em grupo na atividade delincente;
- A desistência, que segundo o autor determina que tipo de ofensores irão ser futuramente.

Os estudos do âmbito criminológico têm apontado a preponderância de jovens do sexo masculino, comparativamente com o sexo feminino, a tendência para início da atividade delituosa se situar por volta dos 14 anos e ainda, a propensão para o pico da atividade delincente se situar por volta dos 17, 18 anos (Caspi, 2000; Loeber, & Farrington, & Waschbusch, 1998; Moffit, 1993; Patterson & Yoerger, 2002 citado por Lemos, 2010). As taxas mais elevadas do comportamento antissocial e violento foram identificadas dentre as classes sociais mais desfavorecidas que vivem em meio urbano (Elliott & Huizinga, 1980 citado por Fonseca, 2000) tendencialmente são do sexo masculino (Farrington, 2000, citado por Rutter, 2004). Estes fatores não são circunscritos a uma classe social, segundo Formiga e Gouveia (2005) a mediatização dos casos, torna visível a participação de jovens das classes média e alta, desta forma os comportamentos delitivos e/ou antissociais não podem ser atribuídos apenas em função de um indicador seja o *status* socioeconómico, orientação familiar ou em função da exclusão social.

Formiga e Gouveia (2005) referem que os comportamentos de risco parecem ser legitimados como busca de novas experiências, de prazer e emoção, saída da monotonia, etc., os quais podem permear comportamentos antissociais. Por sua vez Hoge (2010) afirma que o principal motivo que leva a maioria dos jovens a optar por comportamentos delitivos está relacionado com a curiosidade por situações que representem quebrar as regras, estar exposto a riscos e desafiar as normas em sociedade, sendo que não se trata da prática contínua de crimes graves, e previsivelmente acabam por abandonar a prática de atividades criminosas.

Esse fato tem sido observado a partir do espaço social em que vivem os jovens, destacando-se o quanto eles têm investido em comportamentos impulsivos na procura de novas experiências (Formiga, Aguiar & Omar, 2008). Outro grupo de jovens inclui todos aqueles que cometem crimes de natureza violenta, como o roubo de carros ou tráfico de drogas ou de natureza violenta como o assalto e violação e, segundo o autor, são jovens que desenvolvem um padrão crônico e violento, estes embora se encontrem em minoria merecem a atenção das autoridades judiciais.

Um estudo desenvolvido por Sampson & Laub (2003) foi um dos estudos longitudinais que recolheu um maior número de dados sobre o desenvolvimento das trajetórias de crime e delinquência ao longo da vida de um grupo de jovens delinquentes concluiu que, no que diz respeito á avaliação das variáveis idade, diferenças individuais e relações familiares. As explicações o desenvolvimento de histórias delitivas têm indicado variáveis que apontam desde problemas da estrutura e funcionalidade da família, valores humanos e culturais,

desenvolvimento moral, hábitos de lazer e estrutura e traços de personalidade à genética (Formiga, Aguiar & Omar, 2008).

Canterras, Molina, & Cano (2011), desenvolveram um estudo que teve como principal objetivo avaliar se as variáveis ao nível familiar, pessoal e variáveis relacionadas com a execução da medida judicial se relacionavam com a reincidência delitiva, para tal, foram analisados todos os menores infratores cujo processo estava arquivado no Serviço de Justiça Espanhol, os resultados demonstraram que as variáveis como a destruturação familiar, antecedentes judiciais, consumo de drogas e a existência da história de delito no seio familiar, estavam relacionadas positivamente com a reincidência, no que diz respeito às variáveis pessoais os dados demonstram que os jovens que são reincidentes nas atividades delinquentes se caracterizam por ter mais dificuldade de relacionamento social, menor autocontrolo e condutas violentas inclusive baixa tolerância à frustração.

### **1.5.1. Da delinquência juvenil à criminalidade na idade adulta**

Segundo Farrington, Loeber e Howell (2012) a evolução das trajetórias da delinquência juvenil para a idade adulta várias são as hipóteses que justificam um tratamento diferenciado entre adultos e jovens delinquentes, entre as quais se destacam a maturidade emocional menos desenvolvida no caso dos jovens, um autoconceito mais pobre e uma menor capacidade de autorregulação. Deste modo, os delinquentes mais jovens têm tendência a cometer mais riscos, ao invés de analisarem as situações de forma a controlar os impulsos antes de agir. Devido a isto, um desconto é aplicado na aplicação de sanções no caso dos delinquentes mais jovens, assente no nível de maturidade menos desenvolvido, o que leva as autoridades a optarem por sanções com uma componente reabilitativa dos jovens, que incutem nos jovens possibilidades acrescidas de não voltar a delinquir.

De acordo com a hipótese mais comum os comportamentos mais violentos irão manifestar-se com o tempo, vários estudos mostraram que os problemas de comportamento, numa criança com idade entre seis e nove anos, são fortemente associados com o desenvolvimento posterior de delinquência, e a comportamentos associados particularmente o desafiante, agressivo e desobediente (Frechette, 1987). Por outro lado, alguns autores consideram que a relação entre a adolescência e transgressão é necessária e inevitável não sendo obrigatoriamente de cariz patológico ou criminal, mas sim um processo adaptativo a sua nova condição (Pingeon, 1982; Marques, 2001; Aguilar, Sroufe, Egeland & Carlson, 2000; Braconier e Marcelli, 2000; Benavente, 2002; Agra, 2008).

Contrariando o entendimento da transgressão e dos comportamentos antissociais como uma etapa no processo de autonomia, Negreiros (2001) afirma que as mudanças que acontecem no processo antissocial podem sugerir alterações ao nível da intensidade dos atos delinquentes. Isto é, formas menos graves de delinquência podem evoluir para formas mais

graves. Sendo que esta progressão pressupõe um agravamento dos atos praticados pelo sujeito. Ainda assim, após a entrada na vida adulta, esta escalada tem tendência a estabilizar ou mesmo regredir. No sentido do exposto, importar delinear estratégias preventivas e de intervenção precoce a fim de modificar trajetórias e potenciar uma melhor funcionalidade e ajustamento dos sujeitos.

### 1.5.2. Fatores de desenvolvimento da delinquência Juvenil

A vivência de grandes dificuldades económicas, do aumento do desemprego, do trabalho precário e evidentemente da pobreza, potencializa a exclusão social e a emergência de comportamentos de desvio e delinquência por parte dos adolescentes (Sanchez & Gouveia-Pereira, 2010).

Vários estudos têm demonstrado que há um conjunto de fatores que se podem constituir como preditores de comportamentos delinquentes (Perista *et al.*, 2012, Rijo, 2001), revelando que os fatores cognitivo-sociais desempenham um papel importante na génese e manutenção do comportamento antissocial. Assim, o que deve ser foco de intervenção na reabilitação dos jovens delinquentes são os seus sistemas de crenças acerca de si próprios e dos outros, bem como as regras que delas derivam e que orientam o seu comportamento social e / ou violentos (Rijo, 2001).

Na atualidade existem bastantes estudos que investigam as principais causas da delinquência juvenil, sendo que, a maioria estão centrados na importância dos fatores de risco e proteção para os comportamentos antissociais e delitivos e têm o seu principal enfoque na relação com a família, grupo de pares e escola (Nardi & Dell'aglio, 2010).

Assim sendo, na problemática da delinquência juvenil estão a família e a escola, isto porque, é fácil associar a causa da delinquência juvenil à fraca capacidade destas duas estruturas se organizarem para dar à criança e adolescente os mecanismos necessários que lhes permitam adquirir responsabilidades ao nível social e pessoal. A falta de acompanhamento e supervisão por parte dos adultos é muitas vezes atribuída ao início de trajetórias delinquentes, levando à necessidade da intervenção de outras estruturas sociais complementares (Ferreira, 1997; Nardi & Dell'aglio, 2010; Tomé, 2011).

Futuramente, pensasse que as novas tecnologias possam ter um grande impacto sobre o desenvolvimento da delinquência, ao mesmo tempo o abandono escolar constitui-se um forte elemento de desigualdades entre os jovens e causa de novas formas de delinquência. É ainda previsível que, o comportamento dos jovens de zonas rurais seja diferente do praticado em zonas urbanas, sendo que de modo geral os jovens nas zonas urbanas revelam percentagens mais elevadas no que diz respeito a práticas delinquentes.

A análise dos fatores que influenciam a prática delincente deve ainda incluir os fatores biológicos e psicológicos bem como o contributo das teorias biológicas do crime e da delinquência que consideravam que o comportamento delincente era causado por um

mecanismo interno individual. Sendo que a criminalidade tinha uma causa biológica que era hereditária (Sampaio, 2010; Silva, 2002).

Segundo Perista, Cardoso, Silva & Carillho (2012) a relação entre os fatores biológicos e o comportamento delinquente seria condicionada pelos fatores do meio, que poderiam, assim, alterar as condições biológicas ou a sua influência no comportamento.

De acordo com Gallo, Cavalcanti & Williams, (2005) podem dividir-se os fatores de risco para a conduta delinquente em fatores de natureza biológica ou de natureza ambiental, embora esta divisão seja meramente fictícia, uma vez que estas variáveis interagem de forma determinar multiplamente a conduta. Para além disto, é muito importante frisar que o comportamento humano não se encontra determinado meramente por um conjunto de variáveis, segundo os mesmos autores, o comportamento resulta das interações complexas entre variáveis biológicas e ambientais, sendo que, um fator de risco não é suficiente para determinar a casualidade de um comportamento. Determina-se assim, que um indivíduo que viola normas sociais, como é o caso do adolescente em conflito com a lei, deve o comportamento á interação de diversos fatores de risco pessoais, familiares, sociais, escolares e biológicos. No entanto, há muitos adolescentes que foram ou são expostos a uma série de fatores de risco, mas são socialmente adaptados, não exibindo níveis de agressões e comportamentos antissociais.

Os adolescentes que apesar de expostos gradualmente a comportamentos de risco, não apresentam comportamentos que violam as normas sociais estabelecidas, podem refletir a ação dos fatores de proteção, e ainda espelhar a sua eficácia.

Neste sentido, num estudo desenvolvido por Cavalcanti & Williams (2008), constatou-se que os participantes com nível educacional mais alto viviam com ambos os pais, enquanto aqueles com escolaridade mais baixa se encontravam inseridos em famílias monoparentais. Tendo em conta que a frequência à escola reduziu a severidade e frequência do ato infracional, o uso de armas e o emprego de drogas, muito pode ser contribuído para enfrentar os desafios de acolher estes adolescentes no sistema educacional, em vez de os expulsar. Resumidamente, pode-se referir que os preditores de um comportamento delinquente, entre os/as jovens, estão relacionados não só com as características e fatores pessoais do/a próprio/a jovem mas também com o seu enquadramento social, familiar, escolar, residencial e relacional.

### **1.5.3. Trajetórias de delinquência Juvenil e abuso de (álcool) Substâncias**

A adolescência é geralmente considerada como um período de saúde, dada a menor vulnerabilidade dos jovens à doença. No entanto, a adolescência é também um período crítico na cronologia da saúde, devido às escolhas por que se pode optar nesta fase de desenvolvimento, atendendo ao desenvolvimento da capacidade de abertura à experiência e a necessidade de experimentar novas sensações que contribuam para a integração num grupo

ou para o experienciar do papel social de líder. Neste sentido, destacam-se o consumo de substâncias que colocam em causa o curso normal de várias áreas de desenvolvimento do adolescente, e para além disso colocam o jovem numa situação de vulnerabilidade e risco, de entre os vários fatores em estudo, o tabaco e o álcool funcionam como percussores para o consumo de drogas ilícitas (Simões, Matos, & Batista-Foguet, 2006).

Segundo Pechansky, Szobota & Scivolettob, (2004) o consumo de álcool está cada vez mais difundido entre os jovens, iniciando-se mais precocemente o que aumenta o risco de futuramente o jovem vir a tornar-se dependente. Concomitantemente o consumo de álcool está associado a comportamentos violentos, fraco desempenho escolar, perdas na memória e controlo dos impulsos. O consumo de álcool por parte dos adolescentes está interligado a uma série de problemas de desenvolvimento na adolescência, tais como:

- O consumo de álcool na fase de adolescência está mais relacionado com a causa de morte do que as substâncias psicoativas, associada à vulnerabilidade do jovem face a acidentes automobilísticos;
- Aquando do consumo exagerado de álcool o jovem fica mais vulnerável a situações de risco e violência sexual;
- O consumo de álcool está associado a um menor desempenho académico, devido à sua associação com perda de memória, por outro lado, a autoestima relacionada com o baixo rendimento académico pode contribuir para o início do consumo;
- Os jovens parecem desvalorizar os efeitos negativos do consumo de álcool, uma vez que muitas vezes parecem não compreender o impacto ao nível social, e familiar que o consumo de álcool pode ter nas suas vidas.

Segundo o referido por Wainer e a sua equipa (2003 citado por Santana e Negreiros, 2008), têm-se observado uma forte relação de comorbilidade entre a depressão major (perturbação de humor) e as perturbações de ansiedade com o abuso de substâncias psicoativas, situações que conduzem o indivíduo a um quadro de maior vulnerabilidade. Neste sentido, é importante frisar um estudo realizado com 311 pacientes com níveis variados de dependência, que indicou que os estados emocionais negativos foram responsáveis por 35% das recaídas, os conflitos interpessoais por 16% e a pressão social por 20% do universo pesquisado (Scott, Williams & Beck, 1994 citado por Santana & Negreiros, 2008).

O consumo de drogas é uma questão complexa que ultrapassa vários subsistemas da vida individual e social. As representações sociais que levam à adesão ou à condenação dependem do contexto sociocultural. Os constrangimentos impostos numa determinada cultura são diversos noutras. Sendo que, é necessário compreender os códigos do contexto e a rede de significados que envolvem a sociedade em geral, os grupos específicos dentro de determinado tempo histórico (Schenker & Minayo, 2005), assumindo assim o impacto que as variáveis socio culturais podem assumir. O tabagismo na adolescência é um problema

bastante prevalente em todo o mundo, segundo Malcona, Menezes<sup>b</sup> e Chatkin<sup>b</sup> (2003) um terço dos jovens começam a fumar aos 18 anos.

No que diz respeito ao uso de álcool, Martins e Pillon (2008) demonstram que é uma das substâncias psicoativas mais precocemente consumidas pelos jovens. O bom relacionamento com os pais e na escola diminui o risco de o adolescente apresentar problemas de comportamento e de usar álcool e outras drogas. O primeiro contato dá-se quando o adolescente tem amigos que usam drogas, o que gera uma pressão de grupo na direção do uso. Vários estudos apontam para que a agressividade predispõe ao uso de drogas e precede o comportamento delinquente.

Existe a evidência de vários estudos que demonstram a existência de fatores determinantes no comportamento de consumo de substâncias, tais como os que se seguem.

Brunelle, Cousineau e Brochu (2005) realizaram um estudo qualitativo, no qual foram entrevistados 36 rapazes e 26 raparigas que se encontravam num centro de tratamento de toxicod dependência e centros de juvenis. O estudo revelou que as trajetórias desviantes nos jovens se apresentam em cinco fases distintas, tendo os jovens apresentado motivações distintas para o consumo de drogas. Os resultados são apresentados de acordo com os motivos pelos quais jovens delinquentes parecem optar pelo consumo de drogas, que se relacionam segundo os autores com a tentativa de amenizar sentimentos e ultrapassar situações negativas ao mesmo tempo que representam uma forma de obter prazer, e ainda a curiosidade por situações novas e desafiantes.

Segundo Simões, Matos e Batista-Foguet (2006) dentro destes fatores que estão relacionados com o consumo de álcool ou drogas estão a família, o grupo de pares e a escola. Estes contextos representam os principais contextos de socialização, é então natural que funcionem também como fatores de risco ou de proteção para o desenvolvimento de comportamentos de risco, e determinam um maior ou menor envolvimento dos jovens neste tipo de comportamentos.

São diversas as consequências para o jovem, derivadas do consumo de álcool ou substâncias psicoativas, e representam como já foi descrito resultados nefastos a curto, médio e longo prazo nas várias áreas da vida do jovem, em particular na pessoal, interpessoal, familiar, escolar e profissional.

## **1.6. Enquadramento Legal Português**

Em Portugal a maioridade penal tem início aos 16 anos, sendo os jovens a partir desta idade penalmente imputáveis nos termos do disposto no artigo 19.º do Código Penal, quer isto dizer que, os quadros jurídicos relativamente às problemáticas da delinquência e da criminalidade delimitam como patamar mínimo para a imputabilidade penal os 16 anos de idade, dois anos abaixo da maioridade civil que se alcança aos 18 anos. Dito ainda de outro

modo, quer dizer que o “menor” do ponto de vista da lei civil não significa o mesmo que o “menor” do ponto de vista da lei penal (Neves, 2008).

Sendo assim, uma qualquer infração que tenha lugar até aos 16 anos, ainda que punida pela lei penal e qualificada como crime, pode no caso dos delinquentes menores ser alvo de intervenção que leve ao estabelecimento de medidas educativas e de proteção, não podendo, em caso algum a criança ou jovem ser levado a julgamento criminal que tenha como risco o cumprimento de uma pena de prisão.

Segundo o que descreve Carvalho (2002), a criança ou adolescente não possui maturidade emocional suficiente, não existe por isso a necessidade de imposição de um código na execução de uma pena, mais que isso, compreende-se a importância da aplicação de uma medida tutelar que atue no sentido de moldar o comportamento do jovem, e promover a não reincidência.

Assim, estes jovens ficam sujeitos a legislação própria, especificamente, os jovens com idades compreendidas entre os 12 e menos de 16 anos que tenham praticado factos punidos pela lei como crimes encontram-se sob alçada da Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de setembro), no entanto, a “execução das medidas tutelares pode prolongar-se até aos 21 anos, momento em que cessa obrigatoriamente (Lei Tutelar Educativa, artigo 5º).

### **1.6.1. Lei Tutelar Educativa**

A Lei Tutelar Educativa é uma lei tutelar, uma vez que integra em termos constitucionais a proteção das crianças e jovens a cargo do Estado, é uma lei educativa, porque pretende prevenir infrações futuras e garantir a segurança da sociedade, desenvolvendo ainda nos jovens competências integradoras para alterar comportamentos desajustados, e ainda promover a aquisição de normas em sociedade. A Lei consagra um conjunto de medidas, designadas como medidas tutelares educativas que “visam a educação do menor para o direito e a sua inserção de forma digna e responsável, na vida em comunidade” (Lei Tutelar Educativa, artigo 2º).

A aplicação da Lei Tutelar Educativa pressupõe a existência de condições adequadas à execução das medidas tutelares educativas e de outras decisões judiciais, nomeadamente das que implicam o internamento de menores e jovens em instituições do sistema da justiça (Alão, 2009). A Lei 166/99, de 14 de Setembro, prevê que a entrada em vigor do novo regime legal ocorrerá com o início de vigência de ato regulamentar do Governo que cria os centros educativos e estabelece a sua classificação e com o decreto-lei que aprova o regulamento geral e disciplinar dos centros educativos.

De acordo com a Lei Tutelar Educativa, os centros educativos são estabelecimentos orgânicos e hierarquicamente dependentes dos serviços de reinserção social e destinam-se, exclusivamente, à execução da medida tutelar de internamento, à execução da medida cautelar de guarda em centro educativo, ao internamento para realização de perícia sobre a

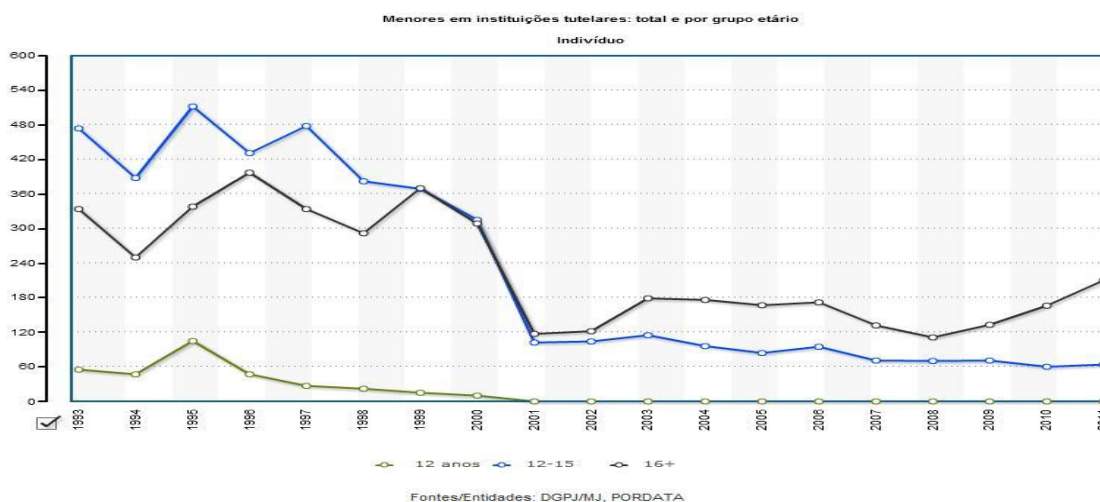
personalidade quando incumba aos serviços de reinserção social. O seu regime de funcionamento e grau de abertura ao exterior é condicionado pela respetiva classificação - aberto, semiaberto ou fechado - de acordo com o regime de execução das medidas de internamento.

Neste âmbito, o internamento em Centro Educativo constitui-se como a única medida de caráter institucional prevista, sendo aplicável a jovens que evidenciem «*necessidades educativas especiais*» que impliquem o «*afastamento temporário do seu meio habitual*» e o recurso a «*programas e métodos pedagógicos*» (Lei tutelar Educativa, artigo 17, nº3).

O número de jovens envolvidos em atividades delinquentes e criminosas tem vindo a aumentar e resulta numa atitude de exclusão e insegurança por parte das comunidades. É importante encontrar o equilíbrio entre a proteção da comunidade e o desenvolvimento de uma melhor socialização e desenvolvimento do jovem em risco, sendo que, a privatização da liberdade deve em todo o caso ser o último recurso (Karamanli, 2011).

Os dados nacionais analisando o gráfico 1, verifica-se que ao longo dos anos tem ocorrido uma diminuição ao recurso das instituições tutelares de uma forma em geral em todas as faixas etárias, no entanto, esse decréscimo é mais acentuado no ano 2000/2002. É de salientar que até ao ano 2002 (inclusive), os valores apresentados referem-se aos menores em colégios de acolhimento, educação e formação e em unidades residenciais autónomas; a partir de 1 de Janeiro de 2001, os menores em centros educativos.

Gráfico 1. Menores em instituições tutelares em Portugal por grupo etário



Ainda em conformidade com o gráfico os jovens adolescentes apresentam um novo crescimento no número de aplicações de medidas em regime institucional tutelar. Os dados do *Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça* relativos aos jovens sujeitos de processos tutelares educativos findos e aos quais foi aplicada uma medida tutelar nos anos de 2001 e 2002, a residência da grande maioria dos jovens delinquentes situava-se no litoral do país (73,4%) (Tabela 1).

Tabela 1. Jovens com medidas tutelares segundo a área geográfica

	2001			2002			Total		
	N�	%	% acum	N�	%	% acum	N�	%	% acum
Porto	236	17,5	17,5	234	20,8	20,8	470	19,0	19,0
Lisboa	218	16,2	33,7	249	22,2	43,0	467	18,9	37,9
Setúbal	107	7,9	41,6	76	6,8	49,8	183	7,4	45,3
Faro	103	7,6	49,3	67	6,0	55,7	170	6,9	52,2
Braga	96	7,1	56,4	66	5,9	61,6	162	6,6	58,8
Aveiro	97	7,2	63,6	52	4,6	66,3	149	6,0	64,8
Coimbra	43	3,2	66,8	67	6,0	72,2	110	4,5	69,2
Leiria	70	5,2	72,0	33	2,9	75,2	103	4,2	73,4
Funchal	39	2,9	74,9	63	5,6	80,8	102	4,1	77,5
Ponta Delgada	55	4,1	78,9	15	1,3	82,1	70	2,8	80,4
Outros	284	21,1	100,0	201	17,9	100,0	485	19,6	100,0
<b>Total Geral</b>	<b>1348</b>	<b>100</b>		<b>1123</b>	<b>18</b>		<b>2471</b>	<b>20</b>	
N.a. ou n.e.	51			14			65		

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Analisando os dados da tabela 1, verifica-se que os distritos mais populacionais das regiões do litoral apresentam um numero mais elevado de jovens julgados em processo educativo e aos quais lhes foi aplicado alguma medida tutelar. Dentre os diferentes distritos representados, encontramos em primeiro lugar Lisboa (com 218 medidas em 2001 tendo aumentando para 249 em 2002) seguindo-se do Porto (236 casos em 2001 e com um ligeiro decréscimo de 2 casos em 2002).

Tabela 2. Crimes praticados por jovens

Crimes contra as Pessoas	83 050
Crimes contra a Propriedade	213 450
Crimes contra a Vida em Sociedade	34 248
Crimes contra o Estado	3 104
Outros	3
<b>Total</b>	<b>333 855</b>

Fonte: Relatório anual de segurança interna, 2000

Na tabela 2, verificamos que 60 % da criminalidade juvenil está distribuída por 5 distritos: Lisboa, Porto, Setúbal, Faro e Braga. Em conformidade com os dados registados, verifica-se que em termos absolutos, a criminalidade juvenil em Portugal esta sedeadada nos grandes centros econ micos e populacionais. Segundo o relatório anual de segurança interna (2000), as ocorrências registadas pela PSP e GNR, foram registados diversos tipos de crimes sendo maioritariamente crimes aquisitivos ou contra o patrim nio. Procurando uma análise mais abrangente dos crimes cometidos pelos jovens, segundo o GPLPMJ e referente aos anos 2001 e 2002, para além dos crimes de dano, o furto simples e qualificado foram os mais praticados (49%). Analisando os dados da tabela 3, verifica-se que os crimes relacionados com

o tráfico de estupefaciente representa 2,6% dos crimes, assumindo assim um peso bastante baixo, assim como as violações de domicílio (1,2%).

Tabela 3. Factos qualificados como crimes

Prática de Actos Qualificados como Crime	2001		2002		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Furto simples e qualificado	694	49,6	545	47,9	1239	48,9
Dano simples e qualificado	182	13,0	67	5,9	249	9,8
Ofensa à integridade física simples e privilegiada	140	10,0	95	8,4	235	9,3
Condução sem habilitação legal	141	10,1	93	8,2	234	9,2
Roubo ou violência depois da subtração	53	3,8	154	13,5	207	8,2
Tráfico de estupefacientes e consumo	33	2,4	34	3,0	67	2,6
Crimes contra a liberdade sexual	31	2,2	21	1,8	52	2,1
Outros crimes contra a honra	18	1,3	18	1,6	36	1,4
Violação de domicílio, introdução lugar vedado público	18	1,3	12	1,1	30	1,2
Ameaça ou coação	17	1,2	9	0,8	26	1,0
Outros crimes	72	5,1	89	7,8	161	6,3
<b>Total:</b>	<b>1399</b>	<b>100</b>	<b>1137</b>	<b>100</b>	<b>2536</b>	<b>100</b>

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (GPLPMJ)

Os dados do GPLPMJ revelam que há diferenças entre os crimes praticados segundo o género, os crimes de integridade física forma predominantemente praticados pelas jovens, no caso dos jovens do sexo masculino destacam-se em crimes de danos simples e qualificados assim como crimes de condução sem habilitação legal.

### 1.6.2. Medidas Tutelares

Entre as medidas não institucionais mencionadas na Lei Tutelar Educativa constam:

- a) Admoestação.
- b) Privação do direito de conduzir ciclomotores ou obter permissão para o efeito.
- c) Reparação ao/à ofendido/a.
- d) Realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade.
- e) Imposição de regras de conduta: “Não frequentar certos meios, locais ou espetáculos”; “não acompanhar determinadas pessoas”; “não consumir bebidas alcoólicas”; “Não frequentar certos grupos ou associações”; “não ter em seu poder certos objetos”...
- f) Imposição de obrigações (i.e. frequência da escola; de formação profissional, de programas de tratamento de natureza variada ou outras ações que permitam o fortalecimento de condições psicobiológicas necessárias ao desenvolvimento da personalidade do/a menor)
- g) Frequência de programas formativos.
- h) Acompanhamento educativo.

A medida de carácter institucional prevista na Lei Tutelar Educativa é a do internamento em Centro Educativo (artigo 4º) que implica o afastamento temporário do/a jovem do seu meio natural de vida.

Como já foi acima referido, o internamento em Centro Educativo pode ter lugar em regime, aberto, fechado ou semiaberto.

A medida de internamento em regime semiaberto é aplicável ao/à jovem que tenha praticado um facto qualificado como crime contra as pessoas, ou dois ou mais factos qualificados como crimes, e aos quais corresponda a pena máxima, abstratamente aplicável, superior a três anos (Lei Tutelar Educativa, artigo 17º, n.º 3).

A medida de internamento em regime fechado só é aplicável quando concomitantemente estejam presentes as seguintes condições (Gomes *et al*, 2010):

- Ter o/a menor cometido facto qualificado pela lei como crime, a que corresponde a pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a cinco anos;
- Ter cometido dois ou mais factos contra as pessoas qualificados como crimes a que corresponda a pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a três anos;
- Ter o/a menor idade superior a 14 anos de idade à data da aplicação da medida.

A aplicação da medida tutelar educativa deve ser em todo o caso orientada pelo interesse do/a menor, e que permita uma responsabilização do menor pelos atos praticados (Gomes *et al*, 2004).

Neste sentido, será dada preferência à medida que represente menor intervenção na autonomia de decisão e de condução de vida do/a menor e que seja suscetível de obter a sua maior adesão e da família, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda. A medida tutelar deve ainda ser proporcional à gravidade do facto e à necessidade de educação do menor para o direito manifestado na prática do facto e subsistente no momento da decisão.

## 1.7. Autoestima: Conceptualização

A autoestima é definida de uma forma literal, pela importância e valor que a pessoa dá a si própria. A maioria das pessoas atribui-lhe uma grande importância, sendo praticamente impossível ignorar o significado que tem para o desenvolvimento de características do indivíduo, e da forma como se comporta emocionalmente. Para além disso, as alterações ao nível da autoestima determinam muitas vezes os principais sucessos e fracassos dos indivíduos ao longo da vida (Baumeister, Campbell, Krueger & Vohs, 2008). Segundo Coopersmith (1967 em Avanci, Assis, Santos & Oliveira, 2007) a autoestima diz respeito à avaliação que o indivíduo faz de si mesmo. A forma como expressa uma atitude de aprovação ou de repulsa de si e engloba o autojulgamento em relação à competência e valor.

É o juízo pessoal de valor revelado através das atitudes que um indivíduo tem consigo mesmo, sendo uma experiência subjetiva acessível às pessoas através de relatos verbais e comportamentos observáveis (Coopersmith, 1967 em Avanci, Assis, Santos & Oliveira, 2007).

Para Vaz Serra (1986), a autoestima é a faceta mais importante do autoconceito, encontrando-se associada aos aspetos avaliativos que o sujeito elabora a seu respeito, baseado nas suas capacidades e desempenhos. As pessoas com baixa autoestima tendem a realizar uma série de interpretações da realidade que podem ser muito prejudiciais, tais como: a tendência á generalização, na medida que tomam uma exceção uma regra, como “Ninguém gosta de mim”, as pessoas com baixa autoestima, revelam ainda uma tendência para ter frequentes pensamentos dicotômicos ou absolutistas. Assim, encontra-se associada aos fenómenos de compensação ou de descompensação emocional do indivíduo. A autoestima pode ser definida como o resultado do valor que uma pessoa atribui aos elementos afetivos e sociais da representação que tem sobre si própria, (Avanci, Assis, Santos & Oliveira, 2007; Feldman, 2002; Pedro & Peixoto, 2006).

A autoestima expressa um sentimento ou uma atitude de aprovação ou a repulsa de si mesmo, e até que ponto o sujeito se considera capaz, significativo, bem-sucedido e valioso. É o juízo pessoal de valor expresso nas atitudes que o adolescente tem consigo mesmo. É uma experiência subjetiva acessível às pessoas através de relatos verbais e comportamentos observáveis (Coopersmith, 1967, Rosenberg, 1989). A definição proposta por Coopersmith (1967) analisa a auto estima perante quatro componentes: (a) o poder: capacidade de influenciar e controlar os outros; (b) os outros significativos: aceitação, atenção e afeição aos outros; (c) a virtude: princípios morais e éticos pelos quais se rege; (d) a competência alta e bem-sucedida, que se realiza na tentativa de reunir e procurar objetivos definidos e de atingir elevados níveis de excelência. De acordo com esta definição, a autoestima permite ao sujeito, avaliar-se a si próprio e dar a si próprio uma noção de valor, através de uma atitude de aprovação ou reprovação.

Wells e Marwell (1976) consideram que existem dois tipos de autoestima: (a) baseada num sentido de virtude ou valor moral; (b) e num sentido de competência, poder ou eficácia.

No seguimento do exposto, o constructo de autoestima pode ser avaliado segundo três níveis: baixo, médio e alto. A baixa autoestima determina-se pelo sentimento de incompetência, de inadequação à vida e inabilidade de superação de desafios, a alta manifesta um sentimento de confiança e competência, e a média situa-se de forma intermédia entre o sentimento de adequação ou inadequação, manifestando essa inconsistência no comportamento (Rosenberg, 1956 em Avanci, Assis, Santos & Oliveira, 2007).

Mruk (1995) refere á importância do desenvolvimento do constructo da autoestima, fundamentalmente por cinco razões diferenciadas: a) é um fenómeno de grande complexidade, porque está relacionada a processos ligados ao desenvolvimento da personalidade; b) está implícita no quotidiano dos sujeitos, uma vez que está relacionada com a saúde mental e bem-estar psicológico dos indivíduos; c) para além do seu grande

impacto pode ainda ser geradora de problemas tais como a depressão, suicídio, sentimentos de inadequação e ansiedade; d) a autoestima analisa a percepção das pessoas acerca de si mesmas, relacionando as suas experiências sociais e relacionais experienciadas na sociedade.

A autoestima e o autoconceito são muitas vezes vistos como sinónimos, e estão associados à potencialização máxima das capacidades do sujeito, são ainda essenciais ao desenvolvimento da pessoa desde o seu nascimento até ao fim da vida, na medida que são responsáveis pela relação que construímos com nós mesmos e com os outros, numa realidade mais alargada (Rosselló, 1980; Solís, 1996; em Pecchorro, 2012), estes dois conceitos apesar de se completarem são distintos, o autocontrolo refere-se a aspetos ao nível cognitivo dos sujeitos no que se refere ao conhecimento do próprio e ainda ao julgamento que o sujeito elabora sobre a sua forma de ser, e sobre o que pensamos que os outros pensam de nós e também de como gostaríamos de ser. A autoestima está mais relacionada aos aspetos cognitivos do conhecimento do próprio e com aspetos avaliativo-afetivos (Martinez, Rosello, & Alfonso, 2010).

A autoestima tem sido investigada como um constructo importante na construção do *self*, sendo uma forma de sentir o valor próprio, diversas vezes associada a comportamentos adaptativos e estilos de vida saudáveis, encontrando-se associada à estabilidade emocional (Brown, 2010; Boden, Fergusson & Harwood, 2007; Santos, 2006). Ao passo que, autoestima baixa está relacionado com doença mental e psicopatologias, tais como, depressão e ansiedade e distúrbios alimentares (Polivy & Herman, 2002 citado por Santos, 2006).

Paralelamente a isto, pesquisa no campo da autoestima indica ainda que esta não é estática, varia consoante o tempo e os eventos ao longo da vida, em particular na adolescência (Auerbach & Gardiner, 2012).

No que diz respeito à avaliação da autoestima segundo as diferenças de género, é possível, segundo Bolognini, Plancherel, Pettschart & Halfon (1996) pode-se afirmar que as raparigas tendem a ter níveis de autoestima significativamente mais baixos que os rapazes, ao passo que, os níveis de autoestima também se refletem em níveis de humor consideravelmente mais baixos, novamente no caso das raparigas.

A autoestima global dos adolescentes, foi analisada por Walker & Greene (1985) tendo em conta dois aspetos das suas vidas diárias, o primeiro refere-se à percepção da qualidade dos relacionamentos com os pais e grupo de pares, ao passo que o segundo se refere à sua autoavaliação sobre o seu desempenho ao nível escolar e nível de popularidade. Conclui-se que a qualidade das relações com os pais tem repercussões significativas nos níveis de autoestima para ambos os sexos, no que diz respeito ao relacionamento com o grupo de pares os resultados indicaram no mesmo estudo que a qualidade das relações entre rapazes e o seu grupo de pares, não têm efeitos significativos na autoestima, a autoavaliação do nível de popularidade nas raparigas esta relacionada com a autoestima global, ao passo que a avaliação de desempenho escolar era mais importante para os rapazes.

### 1.7.1. Desenvolvimento da Autoestima na adolescência

Segundo Briggs (2000), a autoestima não é formada unicamente em uma fase do desenvolvimento, mas eternamente construída e sujeita a mudanças, por isso a base familiar e escolar deve ser segura e confiante para que possa superar as dificuldades da vida com mais facilidade.

A autoestima mostra ser um dos fatores com maior impacto sobre o bem-estar físico e social e ainda sobre o bem-estar do sujeito na fase de desenvolvimento da adolescência (Heinonem, Raikkonen, Keskivaara, Keltikangas-Jarvinen, 2002). Segundo Erikson (1972) é na adolescência que a construção da identidade assume um papel central intimamente relacionada com a autoestima, a qual é fundamental para o ajustamento psicológico e social (Antunes *et al.*, 2006; Quiles & Espada, 2009) e para a realização do potencial do indivíduo (Baumeister, 1993) durante este período do desenvolvimento. A autoestima é uma dimensão central para se alcançar com sucesso a identidade na adolescência (Quiles & Espada, 2009). Pelo facto de a autoestima ser um conceito que acompanha o desenvolvimento conseqüentemente torna-se um processo dinâmico, que ao longo do tempo e das circunstâncias altera-se e redefine-se (Quiles & Espada, 2009).

Harter (1990) Robins, Trzesniewski, Tracy, Gosling e Potter (2002) consideram que o estudo entorno do desenvolvimento da autoestima durante a adolescência não é consensual, contudo consideram que se verifica uma diminuição quando a criança transita para a adolescência.

Feliciano e Afonso (2012), num estudo que procurou avaliar e comparar valores da autoestima nas várias fases da adolescência e apurar as diferenças entre géneros, contextos sociais e intenção de prosseguir para o ensino superior revelou que os adolescentes que apresentam uma autoestima mais elevada são os mais velhos, do género masculino que têm ligação à prática desportiva. Estes resultados surgem em consistência com os relativos à idade e que apoiam a ideia de uma autoestima mais baixa no início da adolescência e mais elevada no final da mesma.

No estudo longitudinal desenvolvido por Erol & Orth (2011), foi examinado o desenvolvimento da autoestima na adolescência e idade adulta. O estudo com jovens adultos desenvolveu-se num período de 14 anos, com sujeitos com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos de idade. As análises indicaram que a autoestima aumenta durante a adolescência e continua a aumentar, ainda que mais lentamente na idade adulta. No campo da autoestima indica ainda que esta não é estática, varia consoante o tempo e os eventos ao longo da vida, em particular na adolescência (Auerbach & Gardiner, 2012).

Alguns autores como Erol e Orth, (2011), Auerbach e Gardiner (2012) Birkeland, Melkevik, Holsen, Wold (2012) Jiménez, Murgui, Estévez e Musitu (2007) referem que a baixa autoestima na adolescência e idade adulta jovem é um risco e também um fator relevante

para os resultados negativos em vários domínios importantes da vida. A baixa auto estima durante a adolescência revela uma saúde física e mental claramente mais pobre a par com uma maior predisposição á atividade criminosa. Por outro lado, o nível de autoestima pode indicar o modo de como os adolescentes estão preparados para lidar com alterações importantes que ocorrem nesta fase, e os novos desafios que têm que ultrapassar.

Na adolescência, os domínios com uma importância relevante na construção da autoestima incluem a imagem corporal, a aceitação do grupo de pares, o desempenho escolar, a competência atlética e o comportamento geral, em que a não-aceitação das normas sociais é, frequentemente, valorizada (Bizarro, 1999 citado por Lila, 2009).

As pesquisas revelam diferenças individuais e contextuais significativas em relação á autoestima no período de desenvolvimento da adolescência relativamente aos géneros, sendo que vários estudos indicam que indivíduos do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de autoestima, o que provavelmente se justifica com a menor preocupação estética relativamente ao sexo masculino (Hutz, 2002).

De um modo geral, as crianças com alta autoestima serão previsivelmente adolescentes com alta autoestima, uma vez que segundo Silva (2002), a autoestima aumenta significativamente na segunda década de vida, no entanto este aumento é precedido por um declínio no início da adolescência, relacionado com as rápidas modificações que são características da puberdade, muitas vezes vistas como incontroláveis pelo adolescente, sendo que o período em que existem maiores flutuações da autoestima é por volta dos 12, 13 anos de idade.

A autoestima parece sofrer uma quebra sensivelmente a meio da adolescência, em ambos os sexos, embora ao longo do tempo o nível médio seja mais elevado nos rapazes do que nas raparigas, no que diz respeito aos comportamentos de beber e fumar sejam associados à depressão e mesmo à baixa autoestima, a maioria dos estudos concorda em que, para a maioria dos adolescentes, beber e fumar são, na generalidade, adotados por alguns adolescentes por serem associados ao estatuto de adultos. Os adolescentes podem mesmo adotá-los para compensar insucessos em áreas socialmente investidas como seja, por exemplo, o sucesso escolar (Antunes *et al.*, 2006).

### **1.7.2. Fatores que influenciam a autoestima**

A avaliação das implicações e efeitos da autoestima é complexa, pois é influenciada por uma variedade de características individuais e contextuais. Baumeister, Campbell, Krueger e Vohs (2003), referem que a autoestima não se correlaciona com desempenhos escolares elevados, no entanto, resultados escolares positivos originam normalmente uma autoestima elevada. Ou seja, a autoestima revela-se como a satisfação pelos bons resultados escolares e pelo brio pessoal do sujeito. Os mesmos autores, revelam que o maior número de atividades ocupacionais do sujeito, pode aumentar a autoestima significativamente, e o aumento da

autoestima pode levar em muitos dos casos ao aumento da capacidade do sujeito para melhorar o desempenho de tarefas, as percepções da capacidade pessoal para manifestar os comportamentos necessários para alcançar determinados objetivos, constituem importante fator motivacional, atuando como mediadoras entre as capacidades do indivíduo e o seu desempenho.

A autoestima tem relevado um conjunto de consequências que se explicam em dois tipos essenciais, o primeiro diz respeito às que derivam das constantes variações da autoestima que influenciam os comportamentos de forma negativa, tornando-os prováveis. Por outro lado, as consequências da autoestima podem advir do facto de acontecimentos de vida ou circunstâncias predizerem os resultados. A autoestima está altamente correlacionada a comportamentos e formas complexas (Emler, 2001). Por exemplo, a autoestima elevada, leva as pessoas a integrarem-se melhor e de forma mais rápida num grupo, isto porque a crença nas suas capacidades, e na imagem positiva que os outros têm de si, faz com que mais facilmente consigam entrar em diálogo e criar mais oportunidades do que as pessoas com autoestima baixa. Segundo Branden (2002),

*“Quando a auto-estima é baixa, frequentemente o medo nos manipula. Medo da realidade, à qual nos sentimos inadequados. Medo das verdades sobre nós mesmos - ou sobre os outros - que temos negado, rejeitado ou reprimido. Medo do colapso de nossos fingimentos. Medo de nos expor. Medo da humilhação do fracasso e, às vezes, das responsabilidades do sucesso. Vivemos mais para evitar o sofrimento que para experimentar o prazer” (p. 77).*

### 1.7.2.1. Relações parentais e Autoestima

A adolescência pode ser um grande teste para o adolescente no que diz respeito à forma como se vê a si próprio, numa fase de grandes alterações a nível físico e emocional.

Apesar de obrigatoriamente todos passarem por esta fase de transformações, para alguns dos adolescentes significa uma quebra na sua autoestima, uma vez que passam a considerar a opinião dos outros como determinante para a sua forma de ser e agir, sendo que o jovem tem necessidade de ser reconhecido pelos que o cercam. Rosenberg (1979 citado por Lila, 2009) confirma que os adolescentes que têm relações mais próximas com os pais têm uma probabilidade maior de apresentarem níveis mais elevados de autoestima.

Na verdade, várias investigações empíricas indicam que o apoio dos pais, encorajamento e carinho são positivamente relacionado com a criança a autoestima (Walker & Greene, 1985). No estudo realizado por Peixoto (2004), os resultados revelam que a associação entre autoestima e a qualidade das relações familiares sofre algumas modificações durante a adolescência, isto é, a qualidade do funcionamento de algumas famílias que

previsivelmente não teriam grandes hipóteses de organização e relacionamento, leva a que surjam sentimentos de eficácia e competência, gerando uma autoestima positiva.

Um ambiente familiar de diálogo e compreensão, acompanhado por uma atitude empática revela o desenvolvimento de uma autoestima positiva e neste sentido, a adoção de comportamentos adequados e ajustados (Jiménez, Murgui, Estévez & Musitu, 2007; Laible, Carlo & Roesch, 2004). Ou seja, a qualidade das relações parentais é um fator determinante no desenvolvimento da autoestima Global, estando amplamente relacionada com a capacidade do adolescente promover e incrementar o seu autodesenvolvimento.

### 1.7.3. Autoestima e comportamentos Antissociais e delinquentes

São vários os investigadores que consideram a autoestima como um fator importante no desenvolvimento externalização de comportamentos como a agressividade, delinquência, e a adoção de comportamentos antissociais, sendo que muitos dos estudos confirmam a relação da baixa autoestima com os comportamentos de externalização enquanto processos que relacionam ambiente social e cultural, resultando muitas vezes como forma de proteção social (Donnellan, Trzesniewski, Robins, Moffitt, & Caspi, 2005; Mathias, Biebl, Dilalla, 2011). Os estudos sobre a relação entre os comportamentos de risco e a autoestima revelam que os jovens que apresentam comportamentos antissociais, nomeadamente consumos de substâncias tóxicas nem sempre se distinguem, em termos de autoestima global, dos jovens da mesma idade que não apresentam comportamentos de risco (Baumeister, Campbell, Krueger, & Vohs, 2003 citado por Antunes *et al.*, 2006).

A relação entre agressividade, comportamento delitivo e autoestima é complexa, na medida que, muitos dos estudos revelam correlações negativas entre conduta antissocial e a autoestima, uma vez que as crianças e adolescentes que apresentam autoestima e auto conceito elevados tendem a manifestar um menor número de condutas antissociais e delinquentes, quando comparados com os adolescentes que manifestam baixam autoestima. As pessoas com autoestima mais baixa revelam maiores dificuldades em lidar com situações de rejeição do que aquelas que têm uma autoestima mais elevada (Sommer & Baumeister, 2002).

Se por um lado estudos revelam que os jovens com comportamentos delitivos apresenta uma autoestima muito baixa e que optavam por estes comportamento como forma de a elevarem (Gomide, 1998), por outro lado Gabarino (1999) revela que os jovens com elevada autoestima tendem a apresentar comportamentos delinquentes. No que toca a relação da autoestima com os comportamentos violentos, é frequente que os indivíduos agressivos com elevada autoestima se sintam de alguma forma superiores aos outros e assim legitimem o uso da violência (Mathias, Biebl, Dilalla, 2011).

De acordo com Baumeister, Jennifer, Campbell, Krueger e Vohs (2008), a avaliação dos efeitos da autoestima é complexa devido a vários fatores, dos quais se destaca o facto de muitas pessoas com uma autoestima elevada tenderem a exacerbar os seus sucessos e características positivas tornando a sua percepção mais difícil. Segundo Crocker, Brook, Niiya & Villacorta (2006), o facto de os indivíduos serem confrontados com fracassos e dificuldades levam a que se esforcem frequentemente na procura de estratégias de enfrentamento e consecução de objetivos, a obtenção de resultados positivos leva o indivíduo a obter um elevado nível de satisfação pelo esforço em evitar o fracasso e conseguir uma auto regulação que leva ao incremento da auto estima. Paradoxalmente adoção de comportamentos de risco pode ser uma forma de manter a autoestima, ancorando-a em comportamentos de contracultura, quando o seu sucesso em áreas em que necessitam de aprovação social (Antunes *et al.*, 2006).

A ligação entre a autoestima global e a agressividade é atualmente debatida por vários investigadores, sendo que muitos deles defendem que os indivíduos com baixa auto-estima são propensos a problemas de externalização do mundo real, tais como a delinquência e comportamento anti-social (Donnellan, Trzesniewski, Robins, Moffitt, & Caspi, 2005; Mathias, Biebl & Dilalla, 2011; Boden, Fergusson & Harwood, 2007; Woessner & Schneider, 2013).

Neste sentido, o estudo concretizado por López, Ferrer e Ochoa (2005), teve como objetivo a análise das diferenças em termos de autoestima entre adolescentes com problemas de agressividade na escola. A amostra destes jovens compreendia ao mesmo tempo agressores e vítimas dentro do contexto escolar e foram analisadas as dimensões familiares, escolar, social e emocional. Participaram na investigação 965 adolescentes com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos de idade. Dos resultados concluiu-se que existem diferenças entre agressores e vítimas de violência. No que concerne á auto estima, os agressores apresentam níveis mais elevados de autoestima social e emocional, ao passo que o grupo de agressores apresenta pontuações mais elevadas no eu diz respeito á autoestima familiar e escolar.

A investigação levada a cabo por Aguirre, Castillo e Zanetti (2010), teve como objetivo averiguar a relação existente da autoestima e consumo de álcool em adolescentes, para tal fez-se um estudo descritivo transversal, com uma amostra de 109 estudantes entre os 17 e os 20 anos, na qual foi aplicado o questionário de autoestima de Rosenberg para a validação da autoestima global. Verificou-se que, quase a totalidade dos adolescentes, demonstraram possuir uma autoestima elevada, e nenhum demonstrou ter uma autoestima baixa. Por outro lado, uma percentagem de 80.7% dos adolescentes que fizeram parte da amostra não tem por hábito o consumo de álcool, logo, segundo as conclusões do estudo os adolescentes obtiveram resultados de valores elevados de autoestima, associados ao baixo consumo de álcool.

## II Parte

---

### Estudo Empírico

## Capítulo 2

### 2. Metodologia

Neste ponto iremos abordar a metodologia do nosso estudo, procurando apresentar o conjunto de procedimentos elaborados, visando abordar uma realidade que será palco deste estudo.

Desta forma e com base nos pressupostos teóricos apresentados, este trabalho tem como objetivo geral caracterizar as diferenças do perfil do jovem com comportamentos delitivos, numa amostra de jovens institucionalizados num centro tutelar educativo, e investigar as possíveis relações bidirecionais entre este comportamento e a autoestima, assim como o papel da deseabilidade social no aparecimento ou manutenção destes comportamentos.

A presente investigação dispensa do levantamento de hipóteses, uma vez que se caracteriza como um estudo exploratório, ainda assim foram desenvolvidas, com base no objetivo do estudo, algumas questões de investigação, tais como:

- a) Possuirão os sujeitos com menor autoestima uma predisposição superior para a prática de comportamentos agressivos e delinquentes?
- b) Os Sujeitos que manifestem comportamentos agressivos e delinquentes tendem a auto perceberem-se de forma compensatória e disfuncional?
- c) Há diferenças na percepção da autoestima entre os grupos estudados

#### 2.1. Método

A opção por uma abordagem quantitativa relaciona-se precisamente com o facto de se pretender aceder ao fenómeno, através proximidade com o contexto em que os intervenientes estão inseridos, naquele que é de momento o seu contexto natural, promovendo um contato direto, facilitador da emergência de atribuição de significados e referências não estandardizados relativamente ao fenómeno estudado. Estas investigações exigem por parte do investigador uma maior flexibilidade, na procura da recolha de dados no contexto que pretende estudar.

O delineamento da pesquisa caracteriza-se por ser quantitativo, transversal, comparativo e descritivo, sendo o protocolo de avaliação administrado a dois grupos de jovens dos 14 aos 18 universitários em dois momentos.

## 2.2. Seleção da amostra

De acordo com os objetivos e delineamento apresentados anteriormente, foram estabelecidos alguns critérios de seleção de participantes, dentro dos indivíduos de ambos os grupos, a seleção da amostra dependeu do número de participantes do centro educativo tutelar, a segunda amostra procurou ser um reflexo ao nível sendo fundamental que:

- a) Os elementos da amostra quisessem participar livremente no estudo após terem sido informado sobre os objetivos do estudo
- b) Com idades compreendidas entre os 14 e 19 anos
- c) Níveis educativos equiparados
- d) Pertencentes ao sexo masculino
- e) Sendo necessário no:
  - a. Grupo 1 estivessem sob medidas tutelares
  - b. Grupo 2 nunca tenha apresentado comportamentos delitivos nem tivessem qualquer tipo de medidas tutelares

A amostra intencional é composta por 66 indivíduos do género masculino. A amostra encontra-se dividida em 2 grupo, o primeiro é composto por 33 indivíduos internados num Centro tutelar Educativo da região interior centro do país (trata-se de uma das nove instituições preparadas para acolher os jovens delinquentes em Regime especial de internamento a funcionar em Portugal), o segundo grupo de 33 indivíduos selecionados da amostra normativa, sem qualquer indicação de comportamentos delitivos.

O emparelhamento estatístico depende da combinação entre o objetivo do processo de integração e da informação disponível, onde o mais importante é a representatividade do seu resultado. Os dados emparelhados permite uma comparação mais perfeita, já que outros fatores poderão influenciar o resultado em qualquer uma das amostras.

O emparelhamento dos grupos por escolaridade, verificou-se que existiam diferenças significativas entre os níveis de escolaridade, isto é, os indivíduos do grupo 1, frequentavam no Centro Educativo um Currículo alternativo de estudos, por outro lado, os do grupo 2, frequentam o ensino fundamental, o que irá criar diferenças consideráveis no grau de escolaridade.

### 2.2.1. Caracterização da Amostra

A nossa amostra é composta por 66 jovens (Tabela 4), todos do género masculino, verifica-se que o grupo 1, jovens do centro educativo (CE) tem média de idades de 16,55 anos (DP=1,175), por outro lado, a media de idades do grupo 2 é de 16,13 (DP=1,362) em ambas as situações com o limite mínimo de 14 e o máximo de 19 anos

Tabela 4. Caracteriza o da amostra segundo a idade por grupos

	Idade			
	Média	DP	Mínima	Máxima
Grupo 1	16.55	1.175	14	19
Grupo 2	16.13	1.362	14	19

Na sequência da caracteriza o da amostra em rela o ao meio proveniente, em conformidade com os dados apresentados na tabela 5, verifica-se que no 1  grupo (centro educativo) a maioria dos intervenientes são oriundos do meio urbano (97%) e apenas os restantes (3.0%) da amostra reside em meio Rural. Tendo em considera o os dados da tabela em rela o ao 2  grupo não se verifica um desequilíbrio tão marcante, assim verifica-se que há 59,4% originários do meio urbano e os restantes 40,6% do meio rural.

Tabela 5. Caracteriza o da amostra segundo idade, escolaridade, meio social (por grupos)

	Grupo 1		Grupo 2		
	n	%	n	%	
<b>Idade</b>	14	1	3.0%	4	12.5%
	15	5	15.2%	6	18.8%
	16	11	33.3%	12	37.5%
	17	8	24.2%	3	9.4%
	18	7	21.2%	6	18.8%
	19	1	3.0%	1	3.1%
<b>Escolaridade</b>	1� Ciclo	28	84.8%		
	2� Ciclo	2	6.1%	1	3.1%
	3� Ciclo	3	9.1%	13	40.6%
	Secundário	0	0	18	56.3%
<b>Meio</b>	Rural	1	3.0%	13	40.6%
	Urbano	32	97.0%	19	59.4%

Por outro lado, ainda na tabela 5, verifica-se que ao nível da escolaridade, os sujeitos do grupo 1 apresentam níveis de escolaridade 28 frequentam o 1  ciclo do ensino básico (84,8%), dos restantes frequentam o 1 Ciclo (6,1%), e a frequentar o 3  CEB encontram-se 3 indivíduos (9.1%) da amostra. A amostra do grupo 2 tem um nível de escolaridade superior,

apenas 3,1% apenas possuem o 2º CEB, 13 inquiridos no 3º CEB, e os restantes no secundário (59,4%).

Na tabela 6, podemos analisar os dados quanto as características familiares, verificamos que no grupo 1 relativamente á situação conjugal dos pais, há um grande desequilíbrio face ao grupo 2. Isto é, 72,7 % dos indivíduos do grupo 1 os progenitores estão separados ou divorciados, contrastando com 9,1 % do grupo 2, por outro lado, os restantes 90,9 % deste último grupo ambos os progenitores estão casados.

**Tabela 6. Caracterização da amostra segundo o meio familiar (por grupos)**

	Grupo 1		Grupo 2		
	n	%	N	%	
Situação Parental	Casados	6	18,2	30	90,9
	Divorciados	24	72,7	3	9,1
	Órfão de Pai	2	6,1		
	Órfão de Mãe	1	3,0		
Escolaridade Pai	1º CEB	3	9,1	1	3,0
	2º CEB	11	33,3		
	3 CEB	3	9,1	17	51,5
	Ensino Superior			12	36,4
	Analfabeto	16	48,5	3	9,1
Escolaridade Mãe	1º CEB	4	12,1	1	3
	2º CEB	13	39,4		0
	3 CEB	2	6,1	20	60,6
	Secundário	2	6,1		0
	Ensino Superior		0	9	27,3
	Analfabeto	12	36,4	15	22,7
Problemas	Toxicodependência		18,2		
	Alcoolismo		45,5		
	Nenhum		36,4		100

Ainda em conformidade com a tabela 6, verifica-mos que há diferenças significativas quanto ao nível académico dos progenitores segundo os grupos estudados. No grupo 1, 48,5%

dos jovens tem pais analfabetos, 33,3% concluíram o 2º CEB, 9,1% o 3º CEB e 1os restantes apenas concluíram o 1º CEB. Quanto à figura materna apresentam igualmente taxas elevadas de analfabetismo (36,4%), no entanto no global a escolaridade é ligeiramente superior ao progenitor, existindo 6,1% ao nível do secundário. O segundo grupo, apenas 3% dos progenitores do género masculino tem o 1º CEB básico, seguindo-se de 9,1% analfabetos, e os restantes estão dispersos entre o 3º CEB (51,5%) e o ensino superior (36,4%). No que diz respeito à mãe, o desequilíbrio entre amostras mantém-se, verifica-se que 22,7% de analfabetismo, 3% tem o 1º CEB, 60,6% tem o 3º CEB, 27,3% concluíram o ensino superior.

O alcoolismo parece ser o principal problema que afeta os membros da família dos sujeitos da amostra 1 (45.5%), no entanto, outros motivos tais como a toxicod dependência (18.2%) foram referidos pelos sujeitos (tabela 6). Quanto à preocupação com a imagem que os sujeitos transmitem para os outros, a quase totalidade da amostra dos sujeitos do grupo 1 revela ter um elevado nível de preocupação (90.0%), relativamente à imagem que pretende transmitir para os outros.

### 2.3. Instrumentos

Para a concretização dos objetivos da presente investigação, recorreu-se a um questionário sociodemográfico, que permitiu recolher questões relativas a dados sociodemográficos, bem como à situação escolar e familiar dos participantes, de forma a recolher informação relevante para a caracterização da amostra. O Questionário Sócio Demográfico composto por questões que incluem dados de identificação (sexo, idade, escolaridade, escolaridade) e informação familiar (número de agregado familiar, grau de escolaridade dos pais e agregado familiar). Foram também aplicadas questões de resposta breve, relativas à Institucionalização (motivo, duração e detenções anteriores).

No que diz respeito à avaliação dos constructos em estudo, para se proceder à avaliação da autoestima global da amostra, foi utilizada a *Rosenberg Self-Esteem Scale (RSES)* é um dos instrumentos mais utilizados para a avaliação da autoestima global, sendo uma medida unidimensional, que avalia a autoestima global. Apesar das suas limitações, nomeadamente no que se refere às suas qualidades psicométricas, esta escala continua a ser muito utilizada pela sua brevidade e facilidade de utilização (Romano, Negreiros, & Martins, 2007). A RSES é constituída por 10 itens, com conteúdos relativos aos sentimentos de respeito e aceitação de si mesmo. Metade dos itens estão enunciados positivamente e a outra metade negativamente. Para cada afirmação existem quatro opções de resposta (concordo totalmente=4, concordo=3, discordo=2 e discordo totalmente=1). Depois das devidas inversões, a média dos 10 itens dá-nos a cotação da escala cuja pontuação total oscila entre 10 e 40; a obtenção de uma pontuação alta reflete uma autoestima elevada (Faria, Luisa, Pepsi & Alesi, 2004). Os itens da escala, cinco positivos e cinco negativos encontram-se misturados para tornar a estrutura da amostra menos transparente, no que diz respeito a

pontuação das respostas, a pontuação máxima corresponde á concordância total com os itens que refletem atitudes positivas em relação ao *self* (Carvalho, 2009).

A consistência interna desta escala, aplicada à amostra de sujeitos do Centro Educativo, a cumprir medida tutelar educativa, revela-se razoável, com um *alpha* de 0.70, relativamente à amostra normativa a consistência interna mostra-se boa, com um *alpha* de 0,73.

Foi também administrado aos indivíduos da amostra, um inventário de 30 itens referentes a **Comportamentos delinquentes**, construída por Lago (2009) com base nos itens selecionados e retirados do questionário internacional de delinquência autorrevelada, construído por uma equipa do Ministério da Justiça Holandês, em 1992, para fins comparativos da delinquência em vários países, tendo sido aferido e adaptado pelo Observatório Permanente de Segurança do Porto, em 1999, por Agra, Marques-Teixeira, Fonseca e Quintas (Pechorro, 2004). A grande extensão do questionário obrigou à seleção das questões, feita de forma a abranger os aspetos gerais do comportamento desviante, nomeadamente, comportamentos de furto e provocação de danos, desobediência, consumo de substâncias e comportamentos violentos. Estas questões caracterizam a prevalência de comportamentos delinquentes ao longo da vida. Foi, então, pedido aos sujeitos que indicassem a frequência (nunca, uma vez, de vez em quando, ou frequentemente) com que haviam adotado cada um dos comportamentos referidos, durante o último ano. As respostas aos itens foram codificadas de forma a atribuir uma cotação de 0 a 4 a cada frequência de comportamentos, em que o 0 se refere a “nunca” e o 4 a “frequentemente”. Pela soma das respostas a todos os itens, foi possível obter pontuações parciais (para cada subcategoria de comportamentos) e uma pontuação total, sendo que uma pontuação mais alta é indicadora de maior número de comportamentos delinquentes no último ano (Menezes, 2008). Relativamente á consistência interna desta escala para o Centro educativo, é de 0.831, e para a população normativa é de 0.938. revelando-se boa em ambos os casos.

A variável relativa à agressividade foi operacionalizada através do **Questionário de Agressividade** (Buss & Perry, 1992 citado por (Vieira & Soeiro, 2002), aferido para a população Portuguesa por Simões (1993). O BPAQ é um instrumento que tem por base o Buss-Durkee Hostility Inventory (BDHI), desenvolvido por Buss e Durkee (1957). O BPAQ trata-se de um questionário composto por 29 itens, que avaliam a agressividade em quatro medidas: agressão física, agressão verbal, raiva e hostilidade. Cada uma das medidas é constituída por um número de itens referentes a essa mesma medida, onde a agressão física é composta por 9 itens; a agressão verbal avaliada por 5 itens; a raiva por 3 itens; por último a hostilidade é medida por 8 itens. Este instrumento permite avaliar a agressividade nas suas três componentes: a agressão física e verbal representa a componente instrumental ou motora dos comportamentos que envolvem magoar ou infligir danos a outra pessoa; a medida de raiva representa a componente emocional do comportamento, abrangendo uma atividade fisiológica e uma preparação para o comportamento agressivo; e a hostilidade representa a componente cognitiva do comportamento, sendo composta pelos pensamentos de maldade e

injustiça (Buss & Perry, 1992). A resposta a cada um dos itens é dada numa escala de *Likert* de 5 pontos, em que os extremos correspondem a “nunca ou quase nunca” e “sempre ou quase sempre”. O questionário fornece um resultado total, obtido pela soma das pontuações das 4 subescalas que o compõem. O primeiro estudo de validação deste instrumento para a população portuguesa foi realizado por Simões (1993) tendo sido obtidos níveis adequados de consistência interna para as várias medidas consideradas pelo instrumento (Silva, 2012).

A escala consiste em 33 itens de resposta dicotómica (verdadeiro ou falso), 18 dos quais pontuados com um ponto nas *respostas verdadeiras* e 15 pontuados com um ponto nas *respostas falsas*, em função da tendência esperada. No que diz respeito á consistência interna da escala, obteve-se um  $\alpha$  de Cronbach de 0.74 para a população do Centro Educativo e de 0.70 para a população normativa.

A **Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne** (*Marlowe-Crowne Social Desirability Scale*) foi originalmente concebida para avaliar a tendência que certas pessoas têm em apresentar as suas qualidades de forma inflacionada ou exagerada, minimizando simultaneamente as suas fraquezas, isto é, tentam apresentar-se a si próprias como estando dentro dos ideais das normas da sua sociedade. Ballard (1992), tomando os 33 itens dicotómicos da escala original de Marlowe- Crowne e uma amostra de 399 estudantes universitários, construiu várias versões curtas, sendo que a mais difundida em termos de utilização, constituída por 13 itens, ficou conhecida como subescala compósita (*Marlowe-Crowne Social Desirability Scale - Short Form - MCSDS-SF*; Ballard, 1992). A pontuação total desta versão curta é obtida 81 somando os resultados dos itens dicotómicos (e.g., Falso = 1; Verdadeiro = 2), sendo que previamente se devem reverter os itens indicados (nomeadamente os itens 1, 2, 3, 5, 6, 8, 11 e 12 da escala curta) (Pechorro, 2011). No que diz respeito á consistência interna desta escala a mesma revela-se adequada (0.72) para ambos os grupos. No entanto realizando a análise em conformidade com os grupos verificamos que altera bruscamente a consistência para um nível baixo, isto é no caso do Centro Educativo (grupo 1) é de 0.432 e para a população normativa (grupo 2) é de 0.243.

Segundo a literatura científica existente, são inúmeros os fatores que influenciam a consistência interna, tais como:

a) o número de itens: a confiabilidade do questionário pode ser aumentada quando mais itens são incluídos, o que seria equivalente ao conceito de diminuir o erro de amostragem através do aumento do tamanho da amostra (Hayes,1995). O número de itens não deve ser excessivo, pode levar a respostas impulsivas, e mesmo culminar no aumento da incidência de itens sem resposta, devido à fadiga/desinteresse do avaliador.

b) o tempo de aplicação do questionário: Segundo Cronbach (2004, p.42), “quando o questionário é muito grande, o coeficiente alfa não deve ser utilizado. Por exemplo, em um teste aplicado por um tempo limitado, um apreciável número de estudantes parou de responder antes de chegar aos últimos itens”.

c) uma amostra de pessoas semelhantes pode resultar em um questionário de baixa confiabilidade. Segundo Hayes (1995, p.10), “se desejamos obter medidas com alta

confiabilidade, precisamos basear essas medidas em uma amostra de pessoas que sejam heterogêneas no que diz respeito ao conceito que está sendo medido”.

## 2.4. Procedimentos

No presente estudo importa referir dois momentos distintos. A primeira fase do procedimento deste trabalho consistiram na elaboração de um pedido de autorização para a realização do estudo académico, enviado em simultâneo à Direção Geral de Reinserção Social e ao Diretor do Centro Educativo do Mondego.

Posteriormente à resposta de autorização do Centro Educativo, em Novembro de 2012, entrou-se em contacto telefónico com o mesmo, para solicitar a marcação de uma reunião, de forma a tomar conhecimento do número de alunos disponíveis para participação, e definir a calendarização, de modo a não prejudicar a rotina diária da instituição.

Aquando da recolha de dados, em Janeiro de 2013, durante a recolha dos consentimentos informados, os participantes e os responsáveis tutelares foram informados sobre o teor do presente estudo, dos procedimentos de confidencialidade e a livre escolha na participação do estudo.

As análises estatísticas foram executadas e os dados resultantes analisados mediante o programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22, com que procedemos aos cálculos necessários para as estatísticas descritivas e inferenciais. Em relação às estatísticas descritivas, foram calculadas frequências, percentagens, médias e desvios-padrão das variáveis caracterizadoras.

## Capítulo 3

### 3. Resultados

Na tabela 7, representada foi o *T-Test* de forma a verificar se a média dos dois grupos, Centro educativo e normativos, são significativamente diferentes tendo em consideração a idade e a escolaridade dos inquiridos. Assim sendo e uma vez feita esta análise constatamos que o único fator com relevância é a escolaridade uma vez que o *pvalue* da mesma é de  $<0.001$  sendo desta forma inferior a 0.05. A idade possui valores de *pvalue* superiores a 0.05, nomeadamente 0.187, logo não se verificam diferenças significativamente estatísticas.

Tabela 7. Resultados obtidos na verificação da variância na idade e escolaridade da amostra

		Média	Desvio-Padrão	t	P
Idade	Grupo 1	16.55	1.175	1.334	0.187
	Grupo 2	16.13	1.362		
Escolaridade	Grupo 1	1.24	0.614	Z	p
	Grupo 2	3.53	0.567	-15.601	$<0.001$

Comparando a escolaridade dos indivíduos, verificou-se que os inquiridos do centro educativo obtiveram uma média de 1.24 (DP=0.614) e os inquiridos normativos obtiveram média de 3.53 (DP=0.567), observando-se uma grande diferença estatisticamente significativa ( $Z=-5.488$ ;  $p < 0.001$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 0.03 e DP=9.644. Desta forma podemos concluir que os inquiridos do centro educativo possuem piores índices de escolaridade que os inquiridos normativos, ou seja a maior parte dos inquiridos que frequentam o centro educativo têm escolaridade bastante inferior em relação aos inquiridos normativos.

Tabela 8. Comparação com idade de entrada no centro educativo e escolaridade (ANOVA)

		Média	Desvio-Padrão	F	P
Idade	1º Ciclo	14.96	1.621	0.378	0.688
	2º Ciclo	14.50	0.707		
	3º Ciclo	15.67	1.155		

A tabela 8, apresenta a análise da idade de entrada no centro educativo e a escolaridade dos sujeitos. Como podemos verificar não se verificou nenhuma diferença estatisticamente significativa entre os grupos uma vez que a maior parte dos utentes do centro educativo possuem apenas o 1º ciclo de escolaridade.

**Tabela 9.** Resultados obtidos do emparelhamento das escalas (ANOVA)

		Média	Desvio-Padrão	F	P
Auto - Estima	1º Ciclo	25.00	4.489	4.039	0.011
	2º Ciclo	16.33	14.224		
	3º Ciclo	24.38	2.849		
	Secundário	25.37	1.862		
Desejabilidade	1º Ciclo	5.93	2.433	0.842	0.476
	2º Ciclo	5.67	1.528		
	3º Ciclo	5.75	1.528		
	Secundário	5.05	1.129		
Agressividade	1º Ciclo	74.11	19.027	3.231	0.028
	2º Ciclo	98.00	38.974		
	3º Ciclo	82.75	6.170		
	Secundário	83.05	7.268		
Delinquência	1º Ciclo	73.61	19.401	25.131	<0.001
	2º Ciclo	59.67	21.502		
	3º Ciclo	44.00	16.829		
	Secundário	54.89	2.104		

Como podemos verificar na tabela 9, apenas a escala da desejabilidade não possui diferenças estatisticamente significativas comparando com a escolaridade. Conforme determinado pelo *one-way ANOVA* na escala do autoestima ( $F = 4.039$ ,  $p = 0.011$ ), agressividade ( $F = 3.231$ ,  $p = 0.028$ ) e delinquência ( $F = 25.131$ ,  $p < 0.001$ ), sendo assim inferior a 0,05. Desta forma e analisando as medidas de tendência central, verificamos que os inquiridos que possuem escolaridade de nível secundário dão mais importância à autoestima verificando-se que estes efetivamente possuem um nível de autoestima superior que os restantes inquiridos uma vez que possuem uma média superior (25.37) em comparação com os restantes. No que concerne à escala de agressividade, verificamos que são os inquiridos que possuem apenas o 2º ciclo que dão mais importância a esta escala, em comparação com os restantes inquiridos, uma vez que possuem uma média superior (98.00). Por ultimo, na análise da escala da delinquência verificamos que são os inquiridos com 1º Ciclo que dão mais importância à delinquência, tendo a média superior (73.61).

Tabela 10. Atividades ilegais segundo o nível de escolaridade (Teste T)

	Atividades Ilegais	Média	Desvio- Padrão	T	P
Escolaridade	Sim	1.26	0.631	-11.857	<0.001
	Não	3.40	0.812		

Na tabela 10, verifica-se que as atividades ilegais segundo a escolaridade da nossa amostra. Verifica-se que há diferenças estatisticamente significativas entre a média de escolaridade (por nível de ciclos) dos inquiridos que já se envolveram em atividades ilegais (1.26) e a dos inquiridos que nunca se envolveram em atividades ilegais (3.40), concluindo assim que os inquiridos que nunca se envolveram em atividades ilegais não só dão mais importância à escolaridade como possuem escolaridade superior relativamente aos inquiridos que já se envolveram em atividades ilegais uma vez que possuem uma média superior tendo um valor de t de -11.857 e um *pvalue* de <0.001.

Tabela 11. Atividades ilegais segundo a amostra por grupos (chi-quadrado)

		Média	$\chi^2$	p
Atividades Ilegais	Grupo 1 (CE <sup>5</sup> )	18.0	57.571	<0.001
	Grupo 2	49.00		

No que concerne à análise entre atividades ilegais e inquiridos, os dados da tabela 11, revelam que existe uma relação entre as mesmas ( $\chi^2=57,571$   $p < 0,05$ ). Verificamos ainda, e analisando as medidas de tendência central que a população normativa (grupo 2) tem tendência a não se envolver em atividades ilegais em comparação com a população do centro educativo (grupo 1) uma vez que tem uma média superior.

Tabela 12. Auto estima vs desejabilidade social (WILCOXON)

	Média	Desvio- Padrão	Z	P
Auto Estima	24.56	4.565	-7.060	<0.001
Desejabilidade social	5.62	1.887		

Comparando auto estima versus desejabilidade social (tabela 12), verificou-se que a escala da autoestima obtiveram uma média de 24.56 (DP=4.565) e a escala desejabilidade social obtiveram média de 5.62 (DP=1.887), observando-se uma grande diferença

<sup>5</sup> CE- Centro educativo

estatisticamente significativa ( $t=-7.060$ ;  $p < 0.001$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 18.94 (DP=3.226).

Tabela 13. Idade de entrada no centro educativo vs situação dos pais (Teste dos sinais)

		Média	Desvio-Padrão	T	P
Idade de entrada no centro educativo	Pais Casados	18.2	18.2	-5.570	<0.001
	Pais Divorciados	72.7	72.7		
	Pai já Faleceu	6.1	6.1		
	Mãe já Faleceu	3.0	3.0		

O cruzamento das variáveis a idade de entrada no centro de educativo e a situação dos pais (tabela 13) verifica-se que os pais casados apresentam uma média de 18.2 (DP=18.2); os pais divorciados obtiveram uma média de 72.7 (DP=72.7); as famílias monoparentais em que o pai já faleceu tem uma média 6.1 (DP=6.1) e por último as famílias em que a mãe já faleceu obtiveram uma média de 3.0 (DP=3.0) verificam-se diferenças estatisticamente significativas ( $T=-5.570$ ;  $p < 0.001$ ). Desta forma e analisando as medidas de tendência central verificamos que os inquiridos que possuem os pais divorciados são os que dão entrada mais novos no centro educativo uma vez que possui uma média superior (72.7) em relação às outras características.

Tabela 14. Caracterização da relação do pai com o seu descendente (segundo o grupo em %)

		Grupo			
			1	2	Total
Relação com o pai	Muito boa	N	1	2	3
		%	3,0%	6,1%	4,5%
	Boa	N	2	10	12
		%	6,1%	30,3%	18,2%
	Normal	N	13	20	33
		%	39,4%	60,6%	50,0%
	Má	N	16	1	17
		%	48,5%	3,0%	25,8%
	Muito Má	N	1	0	1
		%	3,0%	0,0%	1,5%

Analisando percentuais sobre a relação do pai com o seu descendente, tabela 14, verifica-se que a maioria dos jovens do grupo 1(CE), isto é, 48,5% consideram-na má e 3% muito má, contrastando com o grupo 2, em que apenas 3% tem esta visão. Os restantes 97 %

dos elementos deste ultimo grupo consideram que a relação com o Pai normal, boa e mesmo muito boa.

**Tabela 15. Caracterização da relação da mãe com o seu descendente (segundo o grupo em %)**

			Grupo		
			1	2	Total
Relação com a Mãe	Muito boa	N	0	6	6
		%	0,0%	18,2%	9,1%
	Boa	N	14	9	23
		%	42,4%	27,3%	34,8%
	Normal	N	7	18	25
		%	21,2%	54,5%	37,9%
	Má	N	10	0	10
		%	30,3%	0,0%	15,2%
	Muito Má	N	2	0	2
		%	6,1%	0,0%	3,0%

Na tabela 15, e no seguimento dos dados anteriores analisamos a percepção dos jovens quanto à sua relação com a figura materna. Os dados percentuais permite-nos inferir que a amostra que compõe o grupo 1 caracterizam a relação com a mãe como sendo Boa (42.4%), contrastando com os restantes que a consideram normal (21,2%), má (30,3%) e muito má (6,1%). Em comparação entre os dados da tabela anterior verifica-se que os jovens apresentam uma relação mais próxima com a figura materna, esta tendência é igualmente manifestada pelo segundo grupo, onde não se verifica nenhuma percepção negativa sobre a mesma.

**Tabela 16. Idade atividades ilegais vs imagem e medicamentos psiquiátricos (WILCOXON)**

		Média	Desvio-Padrão	T	P
Imagem	Sim	11.96	1.990	-4.798	<0.001
	Não	11.67	2.887		
Medicamentos Psiquiátricos	Sim	12.00	0.000	-4.795	<0.001
	Não	11.93	2.069		

Comparando a idade com que iniciaram com as atividades ilegais com a imagem, verificou-se que os inquiridos que já estiveram envolvidos em atividades ilegais obtiveram uma média de 11.96 (DP=1.990) e a os inquiridos que não estiveram envolvidos em atividades ilegais obtiveram média de 11.67 (DP=2.887), observando-se uma grande diferença

estatisticamente significativa ( $t=-4.798$ ;  $p < 0.001$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 0.29 e  $DP=2.439$ .

Ainda em conformidade com a tabela 16, verifica-se que os inquiridos que estiveram envolvidos em atividades ilegais e o consumo de medicamentos psiquiátricos apresentam uma média de 12.00,  $DP=0.000$ , e os inquiridos que nunca estiveram envolvidos em atividades ilegais tiveram média de 11.93,  $DP=2.069$ , com uma média de diferença de pares de 0.07,  $DP=1.035$ , verificando-se diferenças estatisticamente significativas ( $t=-4.795$ ;  $p < 0.001$ ).

Tabela 17. Problemas familiares (droga, alcoolismo) segundo a amostra por grupos (Teste T)

		Média	Desvio-Padrão	T	P
Problemas	Grupo1	2.55	1.175	-7.111	<0.001
	Grupo2	4.00	0.000		

Na tabela 17, foi aplicado o *T-Test* de forma a verificar se a média dos dois grupos, Centro educativo (1) e normativos (2), são significativamente diferentes tendo em consideração aos problemas dos inquiridos. Verificamos que existem evidências de diferenças estatisticamente significativas entre a média do grupo 1 (2.55) e a média do grupo 2 (4.00) uma vez que o *p value* é de  $< 0.001$ , concluindo assim que os inquiridos normativos têm menos problemas que os inquiridos do centro educativo uma vez que possuem uma média superior e tendo um valor de *t* de -7.111. Como podemos verificar através do desvio padrão (0.000) e da média (4.00) nenhum individuo normativos possui problemas, sejam eles toxicod dependência, alcoolismo ou depressão por enquanto os inquiridos do centro educativo apenas 36% não possui qualquer problema.

Tabela 18. Atividades ilegais segundo a amostra por grupos (ANOVA)

		Média	Desvio-Padrão	F	P
Atividades ilegais	Grupo 1	1.06	0.242	496.000	<0.001
	Grupo 2	2.00	0.000		

No que concerne à análise das atividades ilegais versus os medicamentos que os inquiridos tomam para os “nervos” ou “cabeça” verificamos que existe uma diferença estatisticamente significativa entre os inquiridos do grupo 1 e 2, uma vez que possui valores significativos ( $F= 496.000$ ;  $p < 0.001$ ). Analisando as medidas de tendência central, verificamos que o grupo 2 não se envolveu em atividades ilegais uma vez que a média é superior (média 2.00;  $DP 0.000$ ) aos inquiridos do grupo 1 (média 1.06;  $DP 0.242$ ).

Tabela 19. Medicamentos psiquiátricos segundo a amostra por grupos (ANOVA)

		Média	Desvio-Padrão	F	P
Medicamentos	Grupo 1 (CE)	1.97	0.174	1.000	0.321
	Grupo 2 (N)	2.00	0.000		

Como podemos verificar pela tabela 19, quando a toma de medica o, não existem diferenças significativamente estatísticas uma vez que o *p value*   superior a 0.005, nomeadamente (F=1.000; P=0.321).

Tabela 20. Fatores agressividade da amostra segundo os grupos (Testes dos sinais)

		Média	Desvio-Padrão	Z	P
Agressão Física	Grupo 1	22.41	8.348	2.233	0.026
	Grupo 2	21.15	3.337	1.044	0.296
Agressividade verbal	Grupo 1	11.29	2.312	2.625	0.009
	Grupo 2	12.48	1.503	1.591	0.112
Irritabilidade	Grupo 1	20.86	4.468	1.125	0.261
	Grupo 2	22.45	2.526	1.591	0.112
Hostilidade	Grupo 1	20.14	3.819	0.248	0.804
	Grupo 2	20.64	2.655	0.530	0.596

Procurando analisar os fatores de agressividade segundo os grupos, no que diz respeito   Escala Agressão física, verificou-se que os inquiridos do grupo 1 obtiveram uma média de 22.41 (DP=8.348) e a o grupo 2 obtiveram média de 21.15 (DP=3.337), observando-se uma grande diferença estatisticamente significativa ( $t=-2.233$ ;  $p=0,026$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 1.26 (DP=5.843). Quanto   dimensão Agressividade verbal, os do grupo 1 obtiveram média de 11.29 (DP=2,312), e o grupo 2 tiveram média de 12.48 (DP=1.503), com uma média de diferença de pares de -1,19 (DP=1.908), verificando-se diferenças estatisticamente significativas ( $t=-2.625$ ;  $p=0,009$ ). Na irritabilidade, o grupo 1 obtiveram média de 20.86 (DP=4.468) e o grupo 2 obtiveram média 22.45, (DP=2.526), não se tendo verificado diferenças estatisticamente significativas. Em rela o   hostilidade, o grupo 1 obtiveram média de 20.14 e DP=3.819, e o grupo 2 tiveram média de 20.64 (DP=2.655), com

uma diferença de m dia de -0.5 (DP=3.237), sendo que não se verificaram diferenças estatisticamente significativas (Tabela 20).

Tabela 21. Fatores delinquentes da amostra segundo os grupos (Teste dos sinais)

		Média	Desvio-Padrão	Z	P
Danos	Grupo 1	6.24	2.845	-5.040	<0.001
	Grupo 2	4.00	0.000	-4.419	<0.001
Roubo	Grupo 1	13.97	6.924	-1.736	0.082
	Grupo 2	8.00	0.000	-3.005	0.003
Transgressão de menores	Grupo 1	12.00	4.282	-2.585	0.010
	Grupo 2	8.64	0.549	-2.785	0.005
Agressão Violência	Grupo 1	15.36	8.225	-0.496	0.620
	Grupo 2	9.15	0.508	-2.298	0.022
Uso Droga	Grupo 1	7.32	2.603	-4.801	<0.001
	Grupo 2	6.21	1.576	-3.830	<0.001

Da análise da dimensão referente aos danos e segundo os grupos, verifica-se que o grupo 1 tem uma média de 6.24 com o desvio padrão de 2.845, por outro lado o grupo 2 tem uma média de 4.00 e com desvio padrão de 0.000. Com base nestes dados constata-se uma diferença estatisticamente significativa ( $t=-5.040$ ;  $p < 0.001$  e  $T=-4.419$ ;  $p < 0.001$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 2.24 e DP=1.423.

Quanto   dimensão roubo, o grupo 1 apresenta uma média de 13.97 (DP=6.924), e o grupo 2 uma média de 8.00, (DP=0.000), sendo a média da diferença de pares de 5.97 (DP=3.462), revelam-se estatisticamente significativas ( $t=-3.005$ ;  $p=0,003$ ) (tabela 21).

No que concerne   transgressão de menores, os dados apresentados na tabela 21, evidenciam que as diferenças entre os grupos são estaticamente significativas  $t=-2.585$ ;  $p=0,010$  e  $t=-2.785$ ;  $p=0.005$  (as m dias do grupo 1 foi de 12.00 com desvio padrão de 4.282 e o grupo 2 de 8.64 com desvio padrão de 0.549). Na dimensão de agressão violência, verifica-se que média, segundo a divisão da amostra, foi para o grupo 1 de 15.36 (DP=8.225), e para o grupo 2 de 9.15 (DP=0.508) com uma diferença de m dia de 6.21 (DP=4.367), verificando-se diferenças estatisticamente significativas ( $t=-2.298$ ;  $p=0.022$ ). Por último em rela o ao uso droga o grupo 1 obtiveram média de 7.32 (DP=2.603) e o grupo 2 obtiveram média 6.21

(DP=1.576) verificando-se diferenças estatisticamente significativas ( $t=-4.801$ ;  $p < 0.001$  e  $t=-3.830$ ;  $p < 0.001$ ).

Tabela 22. Fatores autoestima vs sujeitos (teste dos sinais)

		Média	Desvio-Padrão	Z	P
<b>Auto Estima Negativa</b>	Centro educativo	9.79	3.542	-2.089	0.037
	Normativos	9.06	1.767	-2.652	0.008
<b>Auto Estima Positiva</b>	Centro educativo	14.18	4.019	-0.718	0.472
	Normativos	16.09	1.721	0.000	1.000

No que diz respeito   Escala auto estima negativa, verificou-se que os inquiridos do grupo 1 obtiveram uma média de 9.79 (DP=3.542) e o grupo 2 obtiveram média de 9.06 (DP=1.767), observando-se uma grande diferença estatisticamente significativa ( $t=-2.089$ ;  $p=0.037$  e  $t=-2.652$ ;  $p=0.008$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 0.73 (DP=2.655). Quanto   dimensão autoestima positiva, os do grupo 1 obtiveram média de 14.18 (DP=4.019), e o grupo 2 tiveram média de 16.09 (DP=1.721), com uma média de diferença de pares de -1.91 (DP=2.87), não se verificando diferenças estatisticamente significativas.

Na tabela 23, verifica-se a correla o entre as diferentes subescalas utilizadas no presente estudo. Verifica-se que a correla o entre as escalas de autoestima e as restantes há fortes rela oes positivas, o que significa que quando um fator sobe o outro sobe igualmente. As rela oes mais relevantes são entre autoestima positiva e a agressividade física, assim como o roubo e autoestima positiva, e entre a última e transgressões menores. No entanto, não existe qualquer (co)rela o entre a autoestima e as restantes subescalas.

Tabela 23. Correlação entre as subescalas

		A.	A.									
		física	verbal	irritabilidade	hostilidade	Danos	Roubo	Trans menore	A. violenta	Drogas	Auto negativa	Auto positiva
A. física	Pearson	1	,291 <sup>*</sup>	,389 <sup>**</sup>	,518 <sup>**</sup>	,276 <sup>*</sup>	,304 <sup>*</sup>	,227	,239	,204	-,221	-,485 <sup>**</sup>
	Sig. (2 extremidades)		,018	,001	,000	,025	,013	,067	,053	,100	,075	,000
A. verbal	Pearson	,291 <sup>*</sup>	1	,625 <sup>**</sup>	,555 <sup>**</sup>	-	-	-,312 <sup>*</sup>	-,325 <sup>**</sup>	-,021	-,017	,017
	Sig. (2 extremidades)	,018		,000	,000	,007	,004	,011	,008	,870	,894	,890
Irritabilidade	Pearson	,389 <sup>**</sup>	,625 <sup>**</sup>	1	,652 <sup>**</sup>	-,164	-,123	-,102	-,139	,053	,021	,085
	Sig. (2 extremidades)	,001	,000		,000	,187	,325	,415	,266	,674	,869	,498
Hostilidade	Pearson	,518 <sup>**</sup>	,555 <sup>**</sup>	,652 <sup>**</sup>	1	,025	,025	-,012	,011	,025	,181	-,208
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000		,841	,841	,922	,929	,842	,145	,093
Danos	Pearson	,276 <sup>*</sup>	-,331 <sup>**</sup>	-,164	,025	1	,864 <sup>**</sup>	,868 <sup>**</sup>	,749 <sup>**</sup>	,577 <sup>**</sup>	,043	-,211
	Sig. (2 extremidades)	,025	,007	,187	,841		,000	,000	,000	,000	,732	,090
Roubo	Pearson	,304 <sup>*</sup>	-,352 <sup>**</sup>	-,123	,025	,864 <sup>**</sup>	1	,914 <sup>**</sup>	,900 <sup>**</sup>	,604 <sup>**</sup>	,086	-,323 <sup>**</sup>
	Sig. (2 extremidades)	,013	,004	,325	,841	,000		,000	,000	,000	,491	,008
Transmenore	Pearson	,227	-,312 <sup>*</sup>	-,102	-,012	,868 <sup>**</sup>	,914 <sup>**</sup>	1	,832 <sup>**</sup>	,703 <sup>**</sup>	-,019	-,280 <sup>*</sup>
	Sig. (2 extremidades)	,067	,011	,415	,922	,000	,000		,000	,000	,878	,023
A. violenta	Pearson	,239	-,325 <sup>**</sup>	-,139	,011	,749 <sup>**</sup>	,900 <sup>**</sup>	,832 <sup>**</sup>	1	,590 <sup>**</sup>	,135	-,180
	Sig. (2 extremidades)	,053	,008	,266	,929	,000	,000	,000		,000	,281	,148
Drogas	Pearson	,204	-,021	,053	,025	,577 <sup>**</sup>	,604 <sup>**</sup>	,703 <sup>**</sup>	,590 <sup>**</sup>	1	,015	-,117
	Sig. (2 extremidades)	,100	,870	,674	,842	,000	,000	,000	,000		,905	,348
AUTONEGATIVA	Pearson	-,221	-,017	,021	,181	,043	,086	-,019	,135	,015	1	,147
	Sig. (2 extremidades)	,075	,894	,869	,145	,732	,491	,878	,281	,905		,238
AUTOPOSITIVA	Pearson	-	,017	,085	-,208	-,211	-	-,280 <sup>*</sup>	-,180	-,117	,147	1
	Sig. (2 extremidades)	,485 <sup>**</sup>	,890	,498	,093	,090	,323 <sup>**</sup>	,023	,148	,348	,238	

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades). \* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

## 4. Discussão de Resultados

Estudos sobre a etiologia dos comportamentos delitivos parecem ter adquirido um novo interesse por parte dos investigadores, em parte na tentativa de compreender as características e o perfil da população de interesse, por outro lado pela projeção mediática que na última década tem apresentado. De uma forma em geral estes estudos visam extrapolar dados para a população geral e aprimorar programas de prevenção existentes de forma a responder às necessidades reais dos indivíduos que as integram.

Tendo presente a complexidade do tema e as diferentes medidas educativas e os esforços solicitados às escolas, às famílias, bem como aos próprios jovens, procurámos investigar de modo a descortinar se o perfil do jovem com comportamentos delitivos, procurando os sujeitos com menor autoestima uma tem alguma predisposição superior para a prática de comportamentos agressivos e delinquentes, bem como é que o jovem comportamentos agressivos e delinquentes se auto percecionam (compensatória e disfuncional), quais as diferenças entre os grupos quanto as origens sociodemográficas, familiares, mas sobretudo no que diz respeito à percepção da autoestima.

A investigação envolveu uma amostra de 66 jovens com idades compreendidas entre os 14 e 19 anos de idade, todos do género masculino. A amostra encontra-se dividida em dois grupos, os jovens do centro tutelar educativo e o segundo grupo, o qual consideramos um grupo normativo. Verifica-se que o grupo 1, jovens do centro educativo (CE) tem média de idades de 16,55 anos (DP=1,175), por outro lado, a media de idades do grupo 2 é de 16,13 (DP=1,362).

Numa primeira fase da investigação analisámos as qualidades psicométricas dos instrumentos selecionados para operacionalizar as variáveis. Foi utilizada a **Rosenberg Self-Esteem Scale (RSES)** é um dos instrumentos mais utilizados para a avaliação da autoestima global, sendo uma medida unidimensional, que avalia a autoestima global. Apesar das suas limitações, nomeadamente no que se refere às suas qualidades psicométricas, esta escala continua a ser muito utilizada pela sua brevidade e facilidade de utilização (Romano, Negreiros, & Martins, 2007). A consistência interna desta escala, aplicada à amostra de sujeitos do Centro Educativo, a cumprir medida tutelar educativa, revela-se razoável, com um *alpha* de 0.70, relativamente à amostra normativa a consistência interna mostra-se boa, com um *alpha* de 0,73. Um inventário de 30 itens referentes a **Comportamentos delinquentes**, construída por Lago (2009) Relativamente á consistência interna desta escala para o Centro educativo, é de 0.831, e para a população normativa é de 0.938. revelando-se boa em ambos os casos. O **Questionário de Agressividade** (Buss & Perry, 1992 citado por (Vieira & Soeiro, 2002), aferido para a população Portuguesa por Simões (1993), com uma consistência interna da escala de 0.74 para a população do Centro Educativo e de 0.70 para a população normativa. A **Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (Marlowe-Crowne Social Desirability Scale)** No entanto realizando a análise em conformidade com os

grupos verificamos que altera bruscamente a consistência para um nível baixo, isto é no caso do Centro Educativo (grupo 1) é de 0.432 e para a população normativa (grupo 2) é de 0.243. Concluimos pela adequabilidade psicométrica dos instrumentos para a presente amostra, mediante a presença de indicadores satisfatórios. E por fim um questionário sociodemográfico, procurando não só a caracterização da amostra bem como os aspetos familiares ao nível do relacionamento familiar, modelos parentais ou figuras presentes na vida do jovem, bem como a caracterização da família.

Tendo por base os resultados do estudo e em consideração com um dos grandes objetivos, a identificação do perfil do jovem com problemas de comportamento, mais concretamente o jovem delitivo, verifica-se que há uma maior tendência e, indivíduos com baixa escolaridade, alteração da dinâmica familiar e exposição anterior a fatores de risco. Ao analisar os dados das características familiares, verifica-se que no grupo 1 relativamente à situação conjugal dos pais há um grande desequilíbrio face ao grupo 2, esse desequilíbrio é notória pela existência de 72,7 % dos indivíduos do grupo 1, apresentam uma alteração na estrutura familiar, isto é os progenitores estão separados ou divorciados, contrastando com 9,1 % do grupo 2, por outro lado, os restantes 90,9 % os progenitores estão casados. Se por um lado, a dinâmica familiar encontra-se alterada, os dados parecem comprovar, um tema sobejamente debatido nas mais diversas áreas, quanto à influência do nível socioeducativo dos progenitores no desenvolvimento dos jovens. Verifica-se que os jovens com comportamentos delitivos advém de ambientes familiares com um nível educativo inferior, a maioria dos pais, isto é, 48,5% são analfabetos, 33,3% concluíram o 2º CEB, 9,1% o 3º CEB e 10 restantes apenas concluíram o 1º CEB, por outro lado, as mães apresentam igualmente taxas elevadas de analfabetismo (36,4%), no entanto no global a escolaridade é ligeiramente superior ao progenitor, existindo 6,1% ao nível do secundário. O segundo grupo, apenas 3% dos progenitores do género masculino tem o 1º CEB básico, seguindo-se de 9,1% analfabetos, e os restantes estão dispersos entre o 3º CEB (51,5%) e o ensino superior (36,4%). No que diz respeito à mãe, o desequilíbrio entre amostras mantem-se, verifica-se que 22,7% de analfabetismo, 3% tem o 1º CEB, 60,6% tem o 3º CEB, 27,3% concluíram o ensino superior.

Os dados corroboram o estudo apresentado por Elliott e Huizinga (1980) revelando que o meio socioeconómico influencia o aparecimento deste tipo de comportamentos, porém não estão totalmente circunscritos a uma classe social (Fomrigh & Gouveia, 2005) a mediatização dos casos, torna visível a participação de jovens das classes média e alta, desta forma os comportamentos delitivos e/ou antissociais não podem ser atribuídos apenas em função de um indicador seja o *status* socioeconómico, orientação familiar ou em função da exclusão social.

Zuckerman e Kuhlman (2000), onde concluíram, a família ou agentes da socialização primária cometem falhas na transmissão de valores, parecendo assumir um papel de desinibidores do álcool e das drogas, e parecem ter um papel preponderante no envolvimento em comportamentos de risco (Hayaki et al., 2006; Lomba, 2006; Bellis & Hughes, 2004; Calafat, Juan, Becoña, & Mantecón, 2008). Quanto ao estudo da idade de entrada no centro

de educativo versus a situação dos pais, os pais casados apresentam uma média de 18.2 (DP=18.2); os pais divorciados obtiveram uma média de 72.7 (DP=72.7); as famílias monoparentais em que o pai já faleceu tem uma média 6.1 (DP=6.1) e por último as famílias em que a mãe já faleceu obtiveram uma média de 3.0 (DP=3.0) verificam-se diferenças estatisticamente significativas ( $T=-5.570$ ;  $p < 0.001$ ). Desta forma e analisando as medidas de tendência central verificamos que os inquiridos que possuem os pais divorciados são os que dão entrada mais novos no centro educativo uma vez que possui uma média superior (72.7) em relação às outras características. A causalidade direta entre a escolaridade dos progenitores e o aparecimento de comportamentos delitivos, não ficou clara, porém quanto ao nível académico da amostra, verifica-se que são os inquiridos que possuem apenas o 2º ciclo que se destacam na escala de agressividade apresentando uma média superior (98.00), bem como na análise da escala da delinquência, os inquiridos com 1º Ciclo que dão mais importância à delinquência, tendo a média superior (73.61).

Durante o período de transição entre a infância e a adolescência inicia-se o período de autoafirmação e rutura familiar (Martins e Pillon, 2008) surgindo por volta dos 14 anos de idade a propensão para a atividade delinquente (Caspi, 2000; Loeber, & Farrington, & Waschbusch, 1998; Moffit, 1993). Como sinal desta rutura com a família e associada aos fatores socioeducativos verifica-se que nenhum indivíduo normativo possui problemas, sejam eles toxicod dependência, alcoolismo ou depressão no entanto o mesmo não se verifica em relação aos inquiridos do centro educativo, onde apenas 36% não possui qualquer problema. Por outro lado outro indicador de rutura ou de um vínculo deficitário com os agentes de socialização primários, presente entre a amostra do grupo 1. Isto é, há uma relação deficitária com os ascendentes com maior intensidade (superior a 50%) com a figura paterna, podendo a qualidade dos laços familiares, da transmissão das normas, a modelação parental, a disfunção familiar são fatores relevantes e mesmo determinantes da predisposição para o comportamento delinquente (Oetting & Donnermeyer, 1998; Caldwell, Beutler, Ross & Silver, 2006; Jiménez, Murgui, Estévez & Musitu, 2007).

Segundo os teóricos desta temática há entre o período da adolescência e a adultez emergente, isto é entre os 17 e os 25 anos de idade, um novo pico da atividade delinquente (Lemos et al., 2006; Lomba, 2006), aumentando a sua prevalência com o aumento da idade (Coon & Mitterer, 2008; Reich et al., 2010; Lomba et al., 2011), aspeto que poderá ser estudado futuramente.

O estado emocional, afetivo e de valorização pessoal (autoestima) alterado que pode surgir ao longo do desenvolvimento (Reich *et al.*, 2010; Monteiro *et al.*, 2009), segundo a literatura, pode potenciar o comportamento delitivo ou desviante, procurando neste efeito desinibidor que as mesmas podem desencadear. No entanto, os dados não nos permitem inferir que existe uma relação direta entre a autoestima e o comportamento delitivo, mantendo a dúvida de muitos autores sobre quem assume o papel de causa e de consequência. Apesar dos dados relacionais não nos permitirem concluir uma relação entre os dois fatores, verificamos que os valores da autoestima apresentados pelos indivíduos internados no centro

educativo tutelar (grupo 1) apresentam índices inferiores ao grupo 2, parecendo corroborar com outros estudos realizados por Erol e Orth, (2011), Auerbach e Gardiner (2012) Birkeland, Melkevik, Holsen, Wold (2012) Jiménez, Murgui, Estévez e Musitu (2007), os quais enfatizam que os seus níveis baixos de durante a adolescência para além de revelarem uma saúde física e mental, parece ser um forte indicador de uma maior predisposição à atividade criminosa. Na Escala auto estima negativa, verificou-se que os inquiridos do grupo 1 obtiveram uma média de 9.79 (DP=3.542) e o grupo 2 obtiveram média de 9.06 (DP=1.767), observando-se uma grande diferença estatisticamente significativa ( $t=-2.089$ ;  $p=0.037$  e  $t=-2.652$ ;  $p=0.008$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 0.73 (DP=2.655). Quanto à dimensão autoestima positiva, os do grupo 1 obtiveram média de 14.18 (DP=4.019), e o grupo 2 tiveram média de 16.09 (DP=1.721), com uma média de diferença de pares de -1.91 (DP=2.87), não se verificando diferenças estatisticamente significativas.

A ligação entre a autoestima global e a agressividade (outro fator estudado) é defendida referenciada por vários autores (Donnellan, Trzesniewski, Robins, Moffitt, & Caspi, 2005; Mathias, Biebl & Dilalla, 2011; Boden, Fergusson & Harwood, 2007; Woessner & Schneider, 2013) de que uma autoestima potencia problemas de externalização do mundo real, tais como a delinquência e comportamento antissocial, verificamos que os indivíduos com baixa autoestima apresentam maiores índices de agressividade e verifica-se igualmente a presença de alguns comportamentos delitivos. No que diz respeito à Escala Agressão física, e a agressão verbal, verifica-se que há diferenças significativas entre os grupos, em ambos os casos o 1º grupo apresenta uma tendência superior. Assim no que diz respeito à primeira, os inquiridos do grupo 1 obtiveram uma média de 22.41 (DP=8.348) e a o grupo 2 obtiveram média de 21.15 (DP=3.337), observando-se uma grande diferença estatisticamente significativa ( $t=-2.233$ ;  $p=0,026$ ), sendo que a média da diferença de pares foi de 1.26 (DP=5.843). Quanto à dimensão Agressividade verbal, os do grupo 1 obtiveram média de 11.29 (DP=2,312), e o grupo 2 tiveram média de 12.48 (DP=1.503), com uma média de diferença de pares de -1,19 (DP=1.908), verificando-se diferenças estatisticamente significativas ( $t=-2.625$ ;  $p=0,009$ ). Por outro lado ao nível da irritabilidade e hostilidade em ambos os grupos há um equilíbrio, não existindo diferenças significativas.

Desta forma e analisando as medidas de tendência central, verificamos que os inquiridos que possuem escolaridade de nível secundário dão mais importância à autoestima verificando-se que estes efetivamente possuem um nível de autoestima superior que os restantes inquiridos uma vez que possuem uma média superior (25.37). No que concerne à escala de agressividade, verificamos que são os inquiridos que possuem apenas o 2º ciclo que dão mais importância a esta escala, em comparação com os restantes inquiridos, uma vez que possuem uma média superior (98.00). Por ultimo, na análise da escala da delinquência verificamos que são os inquiridos com 1º Ciclo que dão mais importância à delinquência, tendo a média superior (73.61).

Nas várias dimensões estudadas a amostra revelou diferenças significativas nos fatores de agressividade, delinquência, autoestima, bem como ao nível das relações

parentais. Uma quota de trabalhos realizados no domínio da delinquência e dos fatores supramencionados sublinham que os sujeitos delinquentes tendem a revelar uma história pessoal marcada pela alteração na estrutura da família, quer como uma figura severamente presente quer ausente ou permissiva no acompanhamento do desenvolvimento infantil (Andry, 1960; Berzansky, 1981). Sendo muitas vezes este desajustamento familiar acompanhado por agressividade e comportamentos delitivo (Peixoto, 2004).

## Conclusões, Pontos Fortes, Limitações

O presente estudo corrobora com outros estudos efetuados ao longo de várias décadas, revelando que as questões que assombram o tema assentam em pilares estabelecidos, intergeracionais, intemporais, não apresentando alterações significativas ao longo da evolução das diferentes sociedades. A família como agente educativo e socializador primário assume sem dúvida um papel preponderante no desenvolvimento dos valores sociais, humanos e morais, influenciando o seu jovem. Por outro lado, os fatores individuais, também são sobejamente influenciados ainda que discretamente por este agente.

Desde o início que se depreende é que os jovens manifestam o desejo de deixar o Centro Educativo. Assim, procuram comportar-se no seu dia-a-dia e socialmente de modo a não atrasar o momento da saída, o que pudera ter-se refletido na forma como responderam aos questionários. Partimos do pressuposto que os jovens internados no Centro Educativo provenientes dos extratos sociais mais desfavorecidos da população, mantiveram ao longo da sua vida, uma relação de conflitualidade com diversas instituições, nomeadamente, a escola e a família. Pensamos, também, que estes jovens por se terem insurgido contra a sociedade, e por terem adotado um comportamento delinvente, foram punidos com uma medida de internamento num Centro Educativo. Também, ali, o conflito esteve presente, afetando sobretudo as relações dos jovens com os colegas e os monitores, pessoas que com eles mais privavam.

Daqui se depreende que os jovens encontram várias justificações para explicar o seu comportamento delinvente e segundo Duarte (2010, p. 282),

*“a justificação mais comum é a desvalorização do ato e da nocividade do seu comportamento, ao considerarem que eles não são graves. Associado a esta desvalorização, há também uma desqualificação do ator, principalmente das vítimas, pelo processo de afastamento identitário. A esta incapacidade de dimensionar os efeitos que os seus atos provocam sobre outros, junta-se uma certa incapacidade para determinar a consequência dos seus atos e, se a primeira vez correu bem a segunda também há-de correr.”*

No entanto, se podermos conceber positivamente o fato das crianças internadas no Centro Educativo, estão ainda que temporariamente acolhidas do perigo a que encontram, o mínimo que podem ter são as condições básicas necessárias ao seu bem-estar físico e emocional e uma definição célere de um projeto de vida efetivo e acompanhado.

A institucionalização de crianças e adolescentes autoras de fatos qualificados como crime tem sido um tema “esquecido” no domínio científico até há bem pouco tempo, sendo raras as referências teóricas a este tema. Nos últimos anos, verifica-se que esta área tem sido dotada de algumas investigações, todavia, há ainda um longo caminho a percorrer, quer no que respeita ao domínio científico, quer no que concerne às questões sociais, políticas e ideológicas que o enquadram e influenciam. Cientes da significância deste passo no sentido de um melhor conhecimento da experiência do acolhimento institucional, é de esperar, ainda assim que o nosso trabalho tenha contribuído para que este fenómeno se torne mais um aproximar da realidade dos nossos dias.

Uma análise global dos resultados obtidos direciona-nos para uma reflexão sobre as limitações inerentes à natureza do tipo de estudo utilizado e sobre as características da nossa amostra. Apesar da escolha do método ter sido ponderado face aos objetivos do estudo, procuramos associar o fator eficácia, rapidez e financeiramente mais viável. Porém, emergiram varias limitações no que se refere ao tipo de ilações a retirar perante as supostas alterações/ mudanças que as variáveis em estudo podem apresentar nos sujeitos, quando estes se encontram em meios educativos diferentes. Na presente investigação utilizámos sujeitos que frequentavam o centro educativo e um grupo normativo, tentámos averiguar a presença de diferenças significativas ao nível das nossas variáveis. Assim, para tentar ultrapassar esta limitação seria aconselhável utilizar um estudo de natureza longitudinal.

Relativamente à nossa amostra, apesar de o seu número poder ser considerado de alguma relevância estatística, consideramos que mesmo assim é uma amostra que levanta questões que merecem da nossa parte uma análise crítica, sugerindo que em estudos futuros a amostra deverá ser mais abrangente. Desta análise crítica levantamos:

- A primeira constatação revela-nos uma amostra que reflete maioritariamente características masculinas.
- A segunda limitação coloca-nos no momento em que se administraram os instrumentos, onde se consideraram apenas os sujeitos presentes na situação em que foram contactados para participar. Neste sentido, foram excluídos sujeitos que poderiam apresentar características relevantes para o presente estudo e que podem não estar representadas na nossa amostra.
- A terceira depara-se com as características demográficas das amostras, a regionalização da amostra normativa pode levar-nos ao aparecimento de fatores culturais os quais poderão interferir nos resultados de forma implícita ou mesmo explícita.

Outras limitações dizem respeito a questões metodológicas. A experiência técnica da investigadora, mais concretamente na mediação de grupos focais, embora progressivamente melhorada ao longo das entrevistas, especialmente a simplificação da linguagem verbal, era inexistente aquando do início da realização da investigação. Este aspeto pode ter influenciado os resultados obtidos, nomeadamente as frequências absolutas mais vigorosas nos segundos grupos focais realizados. Aperfeiçoar a técnica é e será um desafio contínuo. Ainda assim, é de considerar que a recolha dos dados em Centro Educativo acabou por revelar-se mais organizada, na medida que, o fato da recolha ter sido acompanhada pelos técnicos do Centro tornando-se difícil obter uma presença discreta. Este acompanhamento funcionou de forma limitativa quanto a observação não participativa do centro, no entanto, devido a estrutura rígida de funcionamento do mesmo a presença de um elemento estranho poderia causar alterações nas tarefas diárias internas. Por outro lado, o local da aplicação do instrumento de avaliação, ou seja, o facto de o seu preenchimento ter sido realizada em contexto informal e muitas vezes ter sido pedido ao aluno que levasse o questionário para casa, juntamente com o consentimento informado, para entregar posteriormente pudera ter levado á influência de variáveis que não foram passíveis de ser controladas.

A nível pessoal realço a parca experiencia no processo de investigação limitou-a em vários aspetos, nomeadamente o estabelecimento dos protocolos necessários para iniciar o estudo com jovens menores de idade, assim como o moroso tempo entre os pedidos de autorização (Comissão de proteção de dados; o centro educativo, os menores e os responsáveis tutelares - ou encarregados de educação) e o processo de execução. Por outro lado, a criação de um questionário sociodemográfico adequado as necessidades, processo aparentemente fácil, ao longo final da elaboração da tese e do tratamento de dados constatei que apresentava lacunas, nomeadamente, os graus académicos completos quer dos jovens bem como dos seus progenitores, ausência de um parâmetro identificativo do tipo de ensino frequentado, bem como a caracterização mais aprofundada da situação socioeconómica e profissional dos pais. E não menos importante o tempo que convivem ou conviveram com os seus pais diariamente, e por exemplo o local de diálogo e tipo de diálogo que tem com os mesmos.

Em suma, consideramos que o estudo apesar de apresentar algumas limitações, entre as quais destacamos a restrição da amostra a um estabelecimento educativo tutelar, seria portanto, pertinente que o estudo se alargasse a outros estabelecimentos, procurando desta forma elaborar um perfil delitivo e, sobretudo, de risco de vir a sê-lo. Consideramos que seria uma mais valia aumentar a localização geográfica, uma vez que se encontra limitado a uma zona do país, no interior centro, não permitindo desta forma generalizar os dados, ou compara-los com outros jovens do litoral.

Considera-se que um estudo de carater longitudinal poderá ser uma mais-valia, com um aprofundamento na caracterização da amostra e da sua relação com os agentes de socialização primária, seria útil verificar a integração dos jovens após a frequência do centro educativo na sociedade, bem como a influência que o centro tem na postura do jovem face

ao desvio, e/ou o seu papel da dissipação ou potencia o comportamento desajustado ou delitivo.

## Referências Bibliográficas

- Agra, C., Marques-Teixeira, J., Fonseca, E., & Quintas, J. (1999). Questionário Internacional de Delinquência Auto-Revelada. Versão Portuguesa.
- Aguille, A.A., Castillo, M.M.A., & Zanetti, A.C.G. (2010). Consumo de álcool y autoestima en adolescentes. *Revista Latino-Americana Enfermagem*, 18, 634-40.
- Alão, A. (2009). Menores entre a adversidade, o insucesso, o risco, o crime e a justiça tutelar portuguesa do final do século XX, *Actas dos Ateliês do V Congresso Português de Sociologia - Direito, Crime e Dependências*.
- Almeida, M.M.B. (2001). Paradigma da reação social. Uma nova compreensão do sistema penal. *Unimontes científica*, 1 (1), 1-14.
- American Psychiatric Association. (2006). Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais. Lisboa: Climepsi Editores.
- Anderson, A. C., & Bushman, B.J. (2002). Human Aggression. *Annu. Rev. Psychol*, 53, 27-51.
- Andrade, V.R.P. (1995). Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e Permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Sequência*, 16 (30), 24-36.
- Andry, R. G. (1960). *Delinquency and parental pathology*. N.Y.: Methuen.
- Antunes, C., et al. (2006). Autoestima e comportamentos de saúde e de risco no Adolescente: efeitos diferenciais em alunos do 7º ao 10º ano. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7 (1), 117-123.
- Assis, S.G., et al. (2003). Representação social do ser adolescente: um passo decisivo na Promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8 (3), 669-680.
- Avanci, J.Q., Assis, S.G., Santos, N.C., & Oliveira, R.V.C. (2006). Adaptação Transcultural de Escala de Autoestima para Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (3), 397-405.
- Avellar, A.P. (2007). Rompimento familiar e Delinquência juvenil: quais as possíveis conexões? *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 1 (1), 181-200.

- Baker, L. A., Kristen, C. J., Raine, A., Lorazo, I. D., & Bezdjian, S. (2007). Genetic and Environmental Bases of Childhood Antisocial: A Multi-Informant Twin Study. *J Abnorm Psychol*, 116 (2), 219-235.
- Ballard, R. (1992). Short forms of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Psychological Reports*, 1, 1155-1160.
- Baumeister, R.F., Campbell, J.D., Krueger, J.I., & Vohs, K.D. (2003). Does high self esteem cause better performance, interpersonal success, happiness, or healthier lifestyles? *Psychological Science in the public interest*, 30 (1), 1-44.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção Social à Psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (20), 637-645.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX), 637-645.
- Bernabeu, E. P. (1958). Underlying ego mechanisms in delinquency. *Psychoanalytic Quarterly*, 27, 383-396.
- Boden, J.M., Fergusson, D.M., & Hordwood, L.J. (2007). Protective and compensatory factors mitigating the influence of deviant friends on delinquent behaviors during early adolescence. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol*, 30 (1), 881 -891.
- Bordin, I.A.S. & Offord, D.R. (2002). Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Rev Bras Psiquiatr*, 22(2), 12-5.
- Borum, R. (2000). Assessing Violence Risk among Youth. *Journal of clinical psychology*, 56 56 (10), 1263-1288.
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi.
- Branden, N. (1995). *Los seis pilares de la autoestima*, Barcelona: Paidós.
- Breen, P.E., Díaz, M.C., & Vázquez, M.Á.V. (2002). Conducta antisocial y desarrollo en el menor. *Psicothema*, 27(2), 26-35.
- Brikeland, M. S., Melkevik, O., Holsen, I., & Wold, B. (2012). Trajectories of global self-esteem development during adolescence. *Journal of Adolescence*, 35 (1), 43-54.
- Brouwers, R.C., Appelo, M., & Oei, T.I. (2010). *Transnational Criminology Manual*. (2ªEd.). Wolf Legal Publishers.

- Brown, J. (2010): High self-esteem buffers negative feedback: Once more with feeling. *Cognition & Emotion*, 24(8), 1389-1404.
- Brunelle, N., Cousineau, M.M., & Brochu. (2005). Juvenile Drug Use and Delinquency: Youths' Accounts of Their Trajectories. *Substance Use & Misuse*, 40 (5),721-734.
- Burgner, M. (1985). The oedipal experience: Effects on development of an absent father. *International Journal of Psychoanalysis*, 66, 311-320.
- Buss, A.H., & Perry, M. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63 (3), 452-459.
- Calafat, A. et al. (2008). "Qué drogas se prefieren para las relaciones sexuales en contextos recreativos". *Adicciones*, 20 (1), 37-48.
- Calafat, A.; Blay, N.; Juan, M.; Adrover, D.; Bellis, M.; Hughes, K.; Stocco, P.; Siamou, I.; Mendes, F.; Bohrn, K. (2009). "Traffic risk behaviors at nightlife: drinking, taking drugs, driving, and use of public transport by young People". *Traffic Injury Prevention*, 10: 162-169.
- Caldwell, R.M.,Beutley, E.L., Ross, S.A.,& Silver, N.C.(2006). Brief report: An examination of the relationships between parental monitoring, self-esteem and delinquency among Mexican American male adolescents. *Journal of Adolescence*, 29 (3), 459-464.
- Carvalho, A.F.N. (2011). Análise dos factores que levam os jovens a delinquir. (Tese de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa.
- Carvalho, M. J. L. (2012). Imputabilidade penal e maioridade civil: à procura de uma idade. CesNova - Centro de Estudos de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, M.F.T. (2009). Avaliação da autoestima nos portadores de Prótese Dentária Removível. Monografia apresentada á Universidade Fernando Pessoa. Universidade Fernando Pessoa - Faculdade de Ciências da Saúde.
- Chertok, A. (2009). Desarrollo y Tratamiento de los Comportamientos Agresivos Enfoque cognitivo - conductual. Conferencia dictada en la Sociedad de Psiquiatría del Uruguay. Retirado de: <http://www.spu.org.uy/DesarrolloyTratamientodeComportamientosAgresivos.pdf>

- Çivitci, N., & Çivitci, A. (2009). Self-esteem as mediator and moderator of the relationship between loneliness and life satisfaction in adolescents. *Personality and Individual Differences*, 47(8), 954-958.
- Colet, C.P., & Moura, P.B. (2008). A aplicabilidade da lei penal e a punibilidade do senso Comum: a criminologia da reação social na conduta desviada. *Direito em debate*, 17(29), 35-57.
- Conterras, L., Moliva, V., & Cano, M.C. (2010). In Search of Psychosocial variables linked to the recidivism in young offenders. *European journal of Psychology applied to legal context*. 3(1), 77-88.
- Coopersmith, S. (1967). Self-esteem inventories. *Consulting Pschologiste Press*, Paio Alto.
- Croker, J, Brook, T., & Villacorta, M. (2006). The Pursuit of Self-Esteem: Contingencies of Low Self-Esteem. *Psychological Bulletin*, 130 (3), 392- 414.
- Cruzeiro, A.L.S., et al. (2013). Prevalência e fatores associados ao transtorno da conduta entre adolescentes: um estudo de base populacional. *Cad. Saúde Pública*, 24(9), 2013-2020.
- Decreto Lei nº 166/99 de 14 de Setembro. Diário da República nº 215/99 - I Série A.
- Donnellan, B., Trzesniewski, K. H., Robins, R. W., Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2004). Low Self-Esteem Is Related to Aggression, Antisocial Behavior, and Delinquency. *Psychological Science*, 16(4), 328-335.
- Donnellan, M. B., Trzesniewski, K. H., Robins, R. W., Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2005). Low self-esteem is related to aggression, antisocial behavior, and delinquency. *Psychological Science*, 16, 328-335.
- Erol, R.Y., & Orth, U. (2011). Self-Esteem Development From Age 14 to 30 Years: A Longitudinal Study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(3), 607-619.
- Faria, Luisa., Pepsi, A., & Alesi, M. (2004). Concepções pessoais de inteligência e Autoestima: Que diferenças entre estudantes portugueses e italianos? *Análise Psicológica*, 4 (22), 747-764.
- Faria, M. (2008). *O auto-conceito e a resolução de problemas na delinquência juvenil*. Tese de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Farrington, D. P. (1987). Epidemiology. In Quay, H. C. (Eds), *Handbook of juvenile delinquency* (pp. 33-59). New York: John Wiley & Sons.

- Farrington, D. P. (2004). Conduct disorder, aggression, and delinquency. In Lerner, R. & Steinberg, L. (eds.), *Handbook of adolescent psychology* (2ª Ed.) (pp.627-664). New York: Wiley.
- Farrington, D. P., Loeber, R. and Howell, J. C. (2012) Young adult offenders: The need for more effective legislative options and justice processing. *Criminology and Public Policy*, 11(4), 727-750.
- Farrington, D.P. & Painter, K.A. (2004). Gender differences in offending: implications for risk-focused prevention. London
- Feijó, R.B. & Oliveira, É.A. (2001). Comportamento de risco na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 77(2),125-134.
- Feliciano, I.P., & Afonso, R.M. (2012). Estudo sobre a auto-estima em adolescentes dos 12 aos 17 anos. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 13(2),252-265.
- Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (2002). Male and female offending trajectories. *Development and Psychopathology*, Retirado de <http://www.otago.ac.nz/christchurch/otago014776.pdf>
- Fernandes, B. (2008). *Delinquência juvenil em Portugal: diferentes formas de expressão em meios urbanos e em meios: estudo exploratório e comparativo da delinquência juvenil em população estudantil de cinco concelhos Portugueses com características urbanas e rurais e situados no litoral e interior do país*. Tese de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, 32, 913-924.
- Fonseca, A. C. (2004). *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta*. Coimbra: Almedina.
- Formiga, N. S. (2004). A explicação dos comportamentos desviantes a partir dos indicadores da relação familiar. *Revista Psicologia Argumento*, 22 (37), 45-52.
- Formiga, N. S. (2012). Sentimento anômico e condutas antissociais e delitivas: verificação de um modelo causal em jovens brasileiros, *Liberabit*, 19(1), 33-44.
- Formiga, N.S., & Gouveia, V.V. (2005).Valores humanos e condutas anti sociais e delitivas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(2),134-170.
- Frechette, M. & LeBlanc, M. (1987). *Délinquances et délinquants*. Québec: Gaetan Morin.
- Frechette, M. & LeBlanc, M. (1987). *Délinquances et délinquants*. Québec: Gaetan Morin.

- Frick, P., & White, S. (2008). The importance of callous-unemotional traits for the developmental models of aggressive and antisocial behaviour. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49(4), 359-375.
- Fritz, M., Ruchkin, V., Kaposov, R., & Klinteberg, B. (2008). Antisocial process screening device: Validation on a Russian sample of juvenile delinquents with the emphasis on the role of personality and parental rearing. *International Journal of Law and Psychiatry*, 31, 438-446.
- Gallo, A.E. & Williams, L.C.A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.
- Gallo, A.E. & Williams, L.C.A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 41-59.
- Garaigordobil, M. (2005). Conducta antisocial durante la adolescencia: correlatos socio emocionales, predictores y diferencias de género. *Psicología Conductual*, 2(13), 197-215.
- Gardiner, C.K., & Auerbach, R.P.(2012). Moving beyond the trait conceptualization of self-esteem: The prospective effect of impulsiveness, coping, and risky behavior engagement. *Behaviour Research and Therapy*, 50, 596-603.
- Gomes, C. (coord.), et. al. (2010). *Entre a Lei e a Prática: subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*, Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra / Direcção-Geral de Reinserção Social.
- Gomes, C., et al. (2004). *Os caminhos difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa: uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia.
- Hawkins, J.D., Herrenkohl, T.I., Farrington, D.P., Brewer, D., Catalano, R.F., Harachi, T., and Cothorn, L. 2000. *Predictors of Youth Violence*. Bulletin. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Hayaki, J.; Anderson, B. & Stein, M. (2006). “Sexual risk behaviors among substance users: relationship to impulsivity”. *Psychology of Addictive Behaviors*, 20 (3), 328-332.
- Heinonen, K., Raikkonen, K.,Keskivaara, P. & Keltikangas-Jarvinen., L. (2002). Difficult Temperament Predicts Self-Esteem in Adolescence. *European Journal of Personality*, 16, 439-455.

- Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense: Pesquisa, Prática clínica e aplicações*. Artmed: Porto Alegre.
- Hutz, C.S. (2002). Aspectos teóricos e estratégias de intervenção. (1ªEd). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Jackson, T. (2007). Protective self-presentation, sources of socialization, and loneliness among Australian adolescents and young adults. *Personality and Individual Differences*, 43, 1552 -1562.
- Jiménez, T.I., Murgui, S., Estévez, E., & Musito, G. (2007). Comunicación familiar y comportamientos delictivos en adolescentes españoles: el doble rol mediador de la auto-estima. *Revista Latino americana de Psicología*, 39 (3), 473-485.
- Jones, L.; Bellis, M.; Dedman, D. (2008). Alcohol-attributable fractions for England: alcohol-attributable mortality and hospital admissions. North West Public Health Observatory, CPH, LJMU, Liverpool.
- Kam, C. (2013). Probing item social desirability by correlating personality items with Balanced Inventory of Desirable Responding (BIDR): A validity examination. *Personality and Individual Differences*, 54, 513-518.
- Karamanli, M. (2011). Young offenders: social measures, education and rehabilitation. Social, Health and Family Affairs Committee. *France, Socialist Group*, 2-11.
- Kruh, I.P., Frick, P.J. & Clements, C.B. (2005). Historical and personality correlates to the violence patterns of juveniles tried as adults. *Criminal Justice and behavior*, 32 (1), 69-96.
- Laible, D.J., Carlo, G., & Roesch, S.C. (2004). Pathways to Self-Esteem in Late Adolescence: The Role of Parent and Peer Attachment, Empathy, and Social Behaviors. *Journal of Adolescence*, 27 (6), 703-716.
- Laranjeira, C. A. (2007). A análise Psicossocial do Jovem delinquente: uma revisão da literatura. *Análise Psicológica*, 12(2), 221-227.
- Leenders, I., & Brugman, D. (2005). Moral/non-moral domain shift in young adolescents in relation to delinquent behaviour. *British Journal of Developmental Psychology*, 23(1), 65-79.
- Lemos, I.T. (2007). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso Delinquente. *Análise Psicológica*, 1 (28), 117-132.

- Lemos, V. (2005). Construcción y validacion de una escala para la evaluacion de la deseabilidad social infantil (edesi). *Interdisciplinaria*, 22 (1), 77-96.
- Lemos, V. (2006). La deseabilidad social en la evaluación de la personalidad infantil. *Suma Psicológica*, 13 (1), 7-14.
- Lila, T.F.V.B. (2009). *Autoestima e percepção das práticas parentais na fase final da Adolescência*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra.
- Lochman, J., Powell, N., Boxmeyer, C., Young, L., & Baden, R. (2010). Historical conceptions of risk subtyping among children and adolescents. In R. Salekin & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 49-78). New York: The Guilford Press.
- Loeber, R., & Farrington, D. (2001). The significance of child delinquency. In R. Loeber & D. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention and service needs* (pp. 1-24). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Loeber, R., & Hay, D. (1997). Key issues in the development of aggression and violence from childhood to early adulthood. *Annual Review of Psychology*, 48, 371-410.
- Loeber, R., Farrington, D.P. & Redondo, S. (2012) La transición desde la delincuencia juvenil a la delincuencia adulta. *Revista Espanola de Investigacion Criminologica*, (monografías de investigación).
- Loeber, R., Farrington, D.P., and Petechuk, D. (2003). Child Delinquency: Early Intervention and Prevention. Bulletin. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Lomba, L. (2006). “Os jovens e o consumo de drogas” In Relvas, J., Lomba, L. & Mendes, F. *Novas drogas e ambientes recreativos*. Loures: Lusociência. pp. 15-34.
- López, E.E., Ferrer, B.M., & Ochoa, G.M. (2006). La autoestima en adolescentes agresores y víctimas en la escuela: La perspectiva multidimensional. *Intervención Psicosocial*, 2, 223-232.
- Loureiro, C., Frederico-Ferreira, M.M., & Santos, M.R. (2013). Identificação dos fatores determinantes no desenvolvimento das competências sociais dos adolescentes. *Revista de Enfermagem Referência*, 10, 79-88.
- Lynam, D., Caspi, A., Moffitt, T., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2007). Longitudinal evidence that psychopathy scores in early adolescence predict adult psychopathy. *Journal of Abnormal Psychology*, 116, 155-165.

- Maia, A., Guimarães, C., Magalhães, E., Capitão, L., Campos, M., & Capela, S. (2007). Experiências adversas e funcionamento actual: um estudo com jovens portugueses. VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia.
- Malcona, M.C., Menezes, A.M.B.M., & Chatkinb, M. (2003). Prevalência e fatores de risco para tabagismo em adolescentes. *Rev Saúde Pública*, 37(1), 1-7.
- Marcotte, G., Marcotte, D., & Bouffard, T. (2002). The influence of familial support and dysfunctional attitudes on depression and delinquency in an adolescent population. *European Journal of Psychology of Education*, XVII (4), 363-376.
- Marques-Teixeira, J. (2004). Factores de risco e factores de protecção de comportamentos delinquentes em adolescentes do Grande Porto. *Revista de Saúde Mental*, VI (6), 9-15.
- Martínez, B.I.V., Roselló, J., & Toro-Alfonso, J. (2010). Autoestima y juventud puertorriqueña: Eficacia de un modelo de intervención para mejorar la autoestima y disminuir los síntomas de depresión. *Revista Puertorriqueña de Psicología*, 21, 36-61
- Martins, A.J.D. (2005). Condutas agressivas na adolescência: Factores de risco e de protecção. *Análise Psicológica*, 2 (23), 129-135.
- Martins, M.C. & Pillon, S.C. (2008). A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cad. Saúde Pública*, 24 (5), 1112-1120.
- Martins, M.J.D. (2005). O problema da violência escolar: clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação*, 18, 93-115.
- Matos, M, Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). *Violência, bullying e delinquência*. Lisboa: Coisas de Ler - Edições Unipessoal.
- Matos, M.M. (2012). Crime e violência em denúncias ao tribunal de família e menores: um estudo exploratório. (Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Psicologia). Universidade Católica Portuguesa.
- Menezes, M.M.P.N.C. (2008). Satisfação conjugal, autoestima e imagem corporal em indivíduos ostomizados. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Faculdade de psicologia e ciências da educação.
- Miriam Schenker, M., Minayo, M.C.S. (2005). Fatores de risco e de protecção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717.

- Moffitt, T.E. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, 100 (4), 674-701.
- Nardi, F.L, & Dell`Aglío, D.D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de psicologia*, 13, 69-77.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis: trajetórias, intervenções e prevenção*. Porto: Livpsic.
- Negreiros, J., Romano, A., & Martins. (2007). Contributos para a validação da escala de auto estima de rosenberg numa amostra de adolescentes da região interior norte do país. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 8(1),109-116.
- Negreiros, Jorge (2001). *Delinquências juvenis*. Colecção Comportamentos. Lisboa: Editorial Notícias.
- Nelson, C., & Valliant, P. M. (1993). Personality dynamics of adolescent boys where the father is absent. *Perceptual and Motor Skills*, 76, 435-443.
- Neto, F. (2000). *Psicologia Social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neves, T. (2008). Educação para o direito e mediação de conflitos. *Educação Sociedade & Culturas*, 27, 73-88.
- Nicholas, E. (2001). Self-esteem. Joseph Rowntree Foundation. Retirado de <http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/n71.pdf>
- Nodin, N., & Leal, I. (2005). Representações paternas na anorexia nervosa. *Análise psicológica*, 2(23), 201-208.
- Ody, M., & Smadja, C. (1985). Carence paternelle : Importance du père et de la fonction paternelle dans le développement du fonctionnement mental. In S.Lebovici, R. Diatkine, & M. Soulé, *Nouveau traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent* (vol. IV). Paris: Presses Universitaires de France.
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinni, C.A., & Hutz, C.S. (2005). Estabilidade do Comportamento Anti-social na Transição da Infância para a Adolescência: Uma Perspectiva Desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 55-61.
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R.D. (2007). *Desenvolvimento Humano*. (10ªed). Porto Alegre: Mcgrawhill.

- Pardini, D., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2005). Developmental Shifts in Parent and Peer Influences on Boys' Beliefs About Delinquent Behavior. *Journal of Research on Adolescence*, 15, 3, 299-323.
- Paschall, M. J., Ringwalt, C. L., & Flewelling, R. L. (2003). Effects of parenting, father absence and affiliation with delinquent peers on delinquent behavior among African-American male adolescents. *Adolescence*, 38(149), 15-34.
- Pechansky, F., Szobot, C.M., & Scivoletto, S. (2004). Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. *Rev Bras Psiquiatr* 26(1),14-17;
- Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento Acadêmico. *Análise Psicológica*, 1(22), 235-244.
- Perrista, Cardoso, Silva & Carrilho. ().Criminalidade e Violência Juvenil: Resultados de um Estudo Europeu sobre Delinquência e Prevenção (YouPrev). CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social, disponível em [http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev\\_Summary+Recommendations\\_PT.pdf](http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev_Summary+Recommendations_PT.pdf)
- Ribas, R.C., Moura, M.L.S., & Hutz, C.S. (2004). Adaptação brasileira da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne. *Avaliação Psicológica*, 3(2), 83-92.
- Rijo, D. (2001). "Combata-se a Delinquência, não os delinquentes". Público, edição de 23 de Setembro. Página consultada no dia 21 de Agosto de 2013, disponível em [http://static.publico.pt/dossiers/cidadania/html/delinquencia\\_solu1.htm](http://static.publico.pt/dossiers/cidadania/html/delinquencia_solu1.htm)
- Robins, R. W., Nofhle, E. E., Trzesniewski, K. H., & Roberts, B. W. (2005). Do people know how their personality has changed? Correlates of perceived and actual personality change in young adulthood. *Journal of Personality*, 73, 489-521.
- Romano, A., Negreiros, J., & Martins, T. (2007). Contributos para a validação da escala de autoestima de Rosenberg numa amostra de adolescentes da região interior norte do país. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 8 (1), 109-116.
- Romano, A., Negreiros, J., & Martins., T. (2007). Contributos para a validação da Escala de Auto-estima de Rosenberg numa amostra de adolescentes da região interior norte do país. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 8 (1), 109-116.
- Roy F. Baumeister, R.F., Campbell, J.D., J.I.,Krueger., & Vohs, K.D. (2008). Does high self-esteem cause better performance, interpersonal success, happiness, or healthier lifestyles? *Psychological science in the public interest*,1, 1-44.

- Samapaio, M.B.G.S. (2010). O outro lado da vida: Delinquência Juvenil e Justiça. Dissertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social. Dissertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social, Porto.
- Sampson, R.J., Laube, J.H. (2004). Life-course desisters? Trajectories of crime among delinquent boys followed to age 70. *Criminology*, 3, 301-339.
- Sanabria, A. M. & Uribe, A. F. (2009). Conductas antisociales y delictivas en adolescentes infractores y no infractores. *Pensamiento Psicológico*, 13 (6), 203-218.
- Sanches, C., & Gouveia-Pereira, M. (2010). Julgamentos de justiça em contexto escolar e comportamentos desviantes na adolescência. *Análise Psicológica*, 1, 71-84.
- Santana, S.M. & Negreiros, J. (2008). Consumo de álcool e depressão em jovens portugueses. *Revista toxicodependências*, 14(1), 17-24.
- Santos, A.F. (2006). Auto-Percepções físicas (PSPP), auto-estima (EAE), Ansiedade físico-social (AEFS), e imagem corporal global (QIC) dos instrutores de fitness. Diferenças entre géneros, Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Sapienza, G., & Pedromônico M. R. M. (2006). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10 (2), 209-216.
- Scubert, C.A., Loughran, T.A., & Losoya, S.H. (2011). Perceptions of Institutional experience and community outcomes for serious adolescent offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 39, 71-92.
- Senos, J., & Diniz, T. (1998). Auto-estima, resultados escolares e indisciplina. Estudo exploratório numa amostra de adolescentes. *Análise Psicológica*, 2, 267-276.
- Serra, A. (2006). O Risco de Transgredir: Estudo Prospectivo Longitudinal Acelerado numa Perspectiva Desenvolvimental. Tese de doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Shecaira, S.S. (2010). A teoria criminológica do labelling approach e as medidas socioeducativas. Dissertação de Mestrado, Faculdade de direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, D.F.M. (2002). O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinquente em adolescentes infratores. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Psicologia, Porto Alegre.

- Silva, L.R.F. Conduct disorder: an opportunity for prevention in mental health?. *Interface - Comunic., Saude, Educ*, 15(36), 165-73
- Simões, C., Matos, M.G. & Batista-Foguet, J. (2006). Consumo de Substâncias na adolescência: um modelo explicativo. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7 (2), 147-164.
- Sisto, F. F., Silveira, F. J & Fernandes, D. C. (2000). Genetics of Kidney Disease. *American Journal of Kidney Diseases*, 35 (4), 160-169.
- Sisto, F. F., Silveira, F. J & Fernandes, D. C. (2012). Jovens delinquentes e universitários agressivos: diferenças comportamentais. *Psico-USF*, 17 (2), 205-214.
- Sobral, J., Romero, E., Luengo, A. y Marzoa, J. (2000). Personalidad y conducta antisocial: amplificadores individuales de los efectos contextuales. *Psicothema*, 4(12), 661-670.
- Sommer, K.L., & Baumeister, R.L. (2002). Self evaluation, Persistence and Performance following Implicit Rejection: The Role of trait self esteem. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 7,926-938.
- Tomé, G.M.Q. (2011).Grupo de pares, comportamentos de risco e a saúde dos adolescentes portugueses. Dissertação elaborada com vista à obtenção do Grau de Doutor em Ciências de Educação. Universidade Técnica de Lisboa-Faculdade de motricidade Humana, Lisboa.
- Valéria C. P. Verzignasse, V.C.P., & Térzis, A. (2008). Acting out em um grupo de adolescentes. *Vínculo - Revista do NESME*,2 (5), 101-219.
- Vaz Serra, A. (1986). A importância do auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7(2), 57-66.
- Verzignasse, V.C.P., & Térzis, A. (2008). Acting Out em um grupo de adolescentes. *Vínculo - Revista do NESME*, 2 (5), 101-219.
- Vieira, A., & Soeiro, C. (2002). Agressividade e Psicopatia. *Temas Penitenciários* , 25-35.
- Vigil-Colet, A., Ruiz-Pamies, M., Anguiano-Carrasco, C., & Lorenzo-Seva, U. (2012).The impact of social desirability on psychometric measures of aggression. *Psicothema*, 24(2), 310-315.
- Walker, L.S.,& Greene, J.W. (1986).The Social Context of Adolescent Self-Esteem. *Journal of Youth and Adolescence*, 15(4), 345-322.
- Wasserman, G.A., Miller, L.S., and Cothorn, L. 2000. Prevention of Serious and Violent Juvenile Offending. Bulletin. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

- Wasserman, G.A., Keenan, K., Tremblay, R.E., Coie, J.D., Herrenkohl, T.I., Loeber, R. & Petechuk, D. (2003). Risk and Protective Factors of Child Delinquency. *Juvenile Justice Clearinghouse*, 1-18-
- Wells, L. E. & Marwell, G. (1976). *Self-Esteem: Its Conceptualization and Measurement*. Sage Publications, London.
- Woessner, G., & Schneider, S. (2013). The role of self-control and self-esteem and the impact of early risk factors among violent offenders. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 23, 99- 112.
- Yasemin, R., E. & Orth, U. (2011). Self-Esteem Development From Age 14 to 30 Years: A Longitudinal Study: *Journal of Personality and Social Psychology*. 101 (3), 607-619.
- Zuckerman, M., Kuhlman, D. M., Joireman, J., Teta, P., & Kraft, M. (1993). A comparison of three structural models for personality: the big three, the big five, and the alternative five. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65(4), 757-768.

## ANEXOS



## ANEXO A

## Consentimento Informado

Eu, \_\_\_\_\_ **aceito participar** de livre vontade no estudo da autoria de **Filipa Marques Varandas** (aluna da Universidade da Beira Interior), orientado pelo Professor Doutor Luís Maia (Professor associado da Universidade da Beira Interior), no âmbito da dissertação de mestrado integrado em psicologia, na área de Psicologia Clínica.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo compreendo que **a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento**, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação na área, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração.

Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será **estritamente confidencial** e que a minha identidade, nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

Nome:

assinatura \_\_\_\_\_

data \_\_/\_\_/\_\_



## ANEXO B

Filipa Marques Varandas  
Rua de são Pedro  
6420-723 Vila Franca das Naves  
Correio electrónico: [f.m.varandas@gmail.com](mailto:f.m.varandas@gmail.com)  
Tlm. 967891022

Exmo.º Senhor Director do Centro

Covilhã, 18 de Outubro de 2012

Carríssimo Senhor,

O meu nome é Filipa Marques Varandas e na qualidade de aluna de Mestrado da Universidade da Beira Interior, do curso de Psicologia - Área Clínica e da Saúde encontro-me neste momento em fase de iniciação da minha dissertação a realizar no ano lectivo 2012/2013, sob a orientação do Professor Doutor Luís Maia, cuja temática se debruça sobre a Criminalidade Infantil, mais especificamente sobre o estudo do desenvolvimento dos comportamentos disruptivos e de variáveis psicológicas associados aos comportamentos delinquentes.

Venho por este meio, solicitar a vossa Exa. Autorização para realizar no Centro Educativo o estudo de Investigação académico, acima mencionado, de acordo com o programa de trabalhos e meios apresentados.

Para os devidos efeitos entrego juntamente o Projecto de Dissertação, onde se encontram incluídos os instrumentos de avaliação a serem utilizados.

Estou ao V. dispor caso seja necessária qualquer informação adicional.

Os meus agradecimentos pela atenção dispensada.

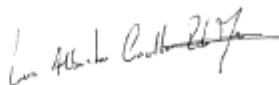
Com a mais elevada consideração, Subscribo-me:

Filipa Marques Varandas -

**Tom ei conhecimento,**

**Prof. Doutor Luís Maia**

O Neuropsicólogo



(Professor Doutor Luís Alberto Coelho Rebelo Maia)

Cédula Profissional da OPP n.º 102.

Neuropsicólogo Clínico e Forense

Professor Auxiliar da Universidade da Beira Interior

Pós Graduação em Ciências Médico-Legais (ICIRAS)

Licenciado em Psicologia Clínica (Universidade do Minho)

Mestre em Neurociências (Faculdade de Medicina de Lisboa)

Geni de Salamanca em Neuropsicologia Clínica (Universidade de Salamanca - Espanha)

Geni de Suficiências Investigadora (Universidade de Salamanca - Espanha)

Doctorado em Neuropsicologia Clínica pela Universidade de Salamanca (Espanha)



## ANEXO C

para mim ▾

Boa tarde,

Relativamente ao pedido de trabalho para o Centro Educativo \_\_\_\_\_, informo que o mesmo foi autorizado por despacho do Senhor Subdirector Geral, Dr. Luis Couto, de 03-12-2012.  
Deverá contactar o Centro Educativo, oportunamente, para combinar o que houver por conveniente.

Com os melhores cumprimentos

João Agante



Técnico superior

Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento

Serviços Centrais - Av. Almirante Reis, nº 72

1150-020 Lisboa

☎ 211 142 500 📠 213 176 171



## ANEXO D

## Questionário sociodemográfico

Em primeiro lugar, peço-te que respondas às seguintes questões, com total sinceridade.

Cada afirmação neste questionário pode descrever como pensas sobre as coisas na vida. Lê cada afirmação cuidadosamente, depois assinala a resposta que te parece mais correta. Relembro que todas as respostas são anónimas e confidenciais, e só eu terei acesso às mesmas.

As próximas perguntas dizem respeito à tua situação escolar e familiar. Assinala no espaço correspondente a opção que melhor identifica a tua situação.

**1- Tens quantos anos?**

Tenho \_\_\_\_\_ anos.

**3- Em que localidade moras habitualmente?** \_\_\_\_\_

**4- Que escolaridade tens já completa?** \_\_\_\_\_

**5- Qual é a escolaridade dos teus pais?**

	<i>Mãe</i>	<i>Pai</i>
1 ° ciclo (1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup> classe )	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Frequentou ou concluiu o ensino básico (até ao 9 ° ano, antigo 5 ° ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Frequentou ou concluiu o ensino secundário (até ao 12 ° ou antigo 7 ° ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Frequentou ou concluiu o ensino superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**6- Assinala a situação que corresponde melhor à situação dos teus pais:**

- O meu pai e a minha mãe estão casados / vivem juntos
- O meu pai e a minha mãe estão divorciados / separados
- O meu pai já faleceu
- A minha mãe já faleceu

**7- Com quem vives habitualmente em tua casa?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**8- Quantas pessoas vivem em tua casa (incluindo tu)?**

Somos \_\_\_\_\_ pessoas.

**9- Estás a tomar medicamentos para os “nervos” ou “cabeça” (psiquiátricos)?**

Não  Sim

**10- Já te envolveste em atividades ilegais (contra a lei)?**

Não  Sim

**11- Se respondeste Sim, que idade tinhas quando te envolveste pela primeira vez nessas atividades ilegais?**

Tinha \_\_\_\_anos.

**12- Já tiveste problemas com a lei (policia, esquadra, etc.)?**

Não  Sim

**13- Se respondeste Sim, que idade tinhas quando tiveste problemas pela primeira vez com a lei?**

Tinha\_\_\_\_anos.

**14- Atualmente está internado num centro Educativo?**

Não  Sim

**15- Se sim, Que idade tinhas quando estiveste internado pela primeira vez num Centro Educativo?**

Tinha \_\_\_\_anos.

**16 - No espaço correspondente, assinala se algum membro da tua família já teve ou tem alguns destes problemas:**

Toxicodependência

Pai  Mãe  Irmão ou Irmã  Outro

Alcoolismo

Pai  Mãe  Irmão ou Irmã  Outro

Depressão

Pai  Mãe  Irmão ou Irmã  Outro

**17 - De um modo geral, como classificas a relação que manténs com o teu pai?**

Muito Boa

Boa

Razoável

Não tenho uma boa relação com o meu pai

Não tenho contacto com o meu pai

**18- De um modo geral, como classificas a relação que mantens com a tua mãe?**

Muito Boa

Boa

Razoável

Não tenho uma boa relação com a minha mãe

Não tenho contacto com a minha mãe

**19- Preocupas-te com a imagem que passas para os outros, sobre como tu és?**

Sim

Não

**20- Consideras que alguma vez, te sentiste obrigado a fazer algumas coisas para que um grupo (como um grupo de amigos), te aceitasse?**

Sim, algumas vezes

Não, nunca

Uma vez